

 <p>NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE-NUMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA-PPGEDAM</p>	 <p>PPGEDAM</p>
--	---	--

JULIANA LIMA DOS SANTOS

**Comunicação de Risco de Inundação: Uma análise do conteúdo de jornais de
cidades paraenses (2009-2010)**

Belém
2014

JULIANA LIMA DOS SANTOS

**Comunicação de Risco de Inundação: Uma análise do conteúdo de jornais de
cidades paraenses (2009-2010)**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Gestão dos Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Szlafsztein
Coorientação: Prof.^a Dr.^a Luciana Miranda

**Belém
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S725c Santos, Juliana Lima dos

Comunicação de risco de inundação: uma análise do conteúdo de jornais de cidades paraenses (2009-2010) / Juliana Lima dos Santos. – Belém, 2014.
106f.: il.

Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, 2014.

1. Comunicação de Risco. 2. Análise do conteúdo. 3. Inundações no Pará. 4. Gestão de risco. 5. Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. 6. Jornal Correio do Tocantins. I. Título.

CDD: 22 ed. 070

JULIANA LIMA DOS SANTOS

**Comunicação de Risco de Inundação: Uma análise do conteúdo de jornais de
cidades paraenses (2009-2010)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento
Local na Amazônia.**

Defendido e aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Claudio Fabian Szlafsztain – Orientador
PPGEDAM - Universidade Federal do Pará**

**Prof^a. Dr^a. Luciana Miranda Costa – Coorientadora
PPGCOM - Universidade Federal do Pará**

**Membro: Prof^a. Dr^a Marilena Loureiro da Silva
PPGEDAM - Universidade Federal do Pará**

**Membro: Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho
PPGCOM - Universidade Federal do Pará**

RESUMO

Esta dissertação tem como intuito a análise do conteúdo noticioso dos jornais impressos (2009-2010) das cidades paraenses de Santarém e Marabá, que anualmente enfrentam inundações no período do inverno amazônico (de Dezembro a Junho). O objetivo é analisar se há Comunicação de Risco e como o risco é comunicado nos jornais locais no decorrer das etapas da Gestão de Risco. Há efetividade na Comunicação de Risco? Para isso, a metodologia foi pautada na análise do conteúdo, tendo em vista investigar a forma, conteúdo, número e memória midiática do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas - JSBA (Santarém) e do Jornal Correio do Tocantins - CT (Marabá), na temporalidade estabelecida. O principal referencial teórico que serviu de base para pesquisa está vinculado aos conceitos de Comunicação de Risco, Análise do Conteúdo e Gestão de Risco, encontrados respectivamente nas obras de Di Giulio (2008), Bardin (2009) e Jungles (2012). Na comparação entre os jornais, observou-se que o JSBA apresentou maior quantidade de publicações e um conteúdo mais informativo do que o JCT, porém, a forma mostrou-se mais consistentes no segundo jornal. Quanto à memória midiática, o Correio do Tocantins apresentou o elemento do “esquecimento midiático”, que caracteriza a ausência de publicações sobre o tema por um longo período, enquanto que o JSBA abordou a temática em quase todos os meses. Logo, constatou-se que em 2009, os jornais faziam a comunicação do risco e não a Comunicação de Risco. Porém, após o evento extremo (inundação) vivido em 2009, no ano posterior, a Comunicação de Risco, que alerta a população antes da ocorrência do desastre, passou a ganhar seus primeiros contornos no Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, em detrimento do Jornal Correio do Tocantins, que continuou a apresentar os mesmos resultados.

Palavras-chave: Comunicação de Risco. Análise do conteúdo. Inundações no Pará. Gestão de Risco. Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. Jornal Correio do Tocantins.

ABSTRACT

This work has as objective the analysis of journalistic content as printed (2009-2010) of Para cities of Santarém and Marabá, which faces floods annually during the Amazon winter (December to June). The aim is to analyze how risk is communicated in local newspapers throughout the stages of risk management. Is there effective communication of risk? For this, the methodology is based on the content analysis in order to investigate the form, content, number and memory media of newspapers in Gauteng and Lower Amazon (Santarém) and Tocantins Mail (Marabá) established in temporality. The main theoretical framework as a basis for research is linked to the concepts of Risk Communication, Content Analysis and Risk Management, found in the works of Di Giulio (2008), Bardin (2009) and Jungles (2012) respectively. In comparing both papers, it was observed that the JSBA a higher amount of publications and better content than JCT, but the form was more consistent in the second paper. When the memory media, Correio do Tocantins introduced the element of “mediatic oblivion”, featuring the absence of publications on the subject for a long time, while the JSBA addressed the theme in almost every month. Therefore, it was found that in 2009, the newspapers were risk communication and not risk communication. But after the extreme event experienced in 2009, within one year, risk communication, alerting the population before the occurrence of the disaster went on to win their first attempts in the Journal of Santarém and Lower Amazon, to the detriment of the Courier Journal Tocantins, which continued to show the same results.

Keywords: Risk Communication. Analysis of the content. Flood risk management in Pará. Journal of Santarém and Lower Amazon. Tocantins Courier Journal.

“Comunicação não é só o que você fala, mas o que o outro compreende do que foi dito”.

Claudia Belucci

Dedicado ao meu Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por ser o meu sustento, meu amigo e meu abrigo em todos os momentos. Dou honras e glórias a Ele, pois sempre cumpre em minha vida a promessa descrita em Josué 1:9, de “estar comigo onde quer que eu for”. No decorrer desse trabalho reafirmou-se uma das poucas certezas da minha vida: “Eu sei em Quem tenho crido!”.

Agradeço aos meus pais, Maria de Lourdes Lima e Miguel Ferreira Lins, por tanto amor concedido a mim e pelo constante incentivo à realização deste trabalho, certamente o caminho seria intrafegável sem vocês. Estendo meus agradecimentos ao meu irmão, João Rodrigues, e minha cunhada, Jéssica San Martins, por orarem em meu favor e por compartilharem ao meu lado as experiências provenientes desta dissertação.

Sou muito grata também a todos os amigos que me apoiaram, porém não poderia deixar de citar nomes como o de Bárbara Catarina, Denise Marini e Danielle Dias, que foram usadas por Deus para ajudar-me a enfrentar as dificuldades encontradas no decorrer desse período.

Agradeço todas as orações da Igreja Adventista do Sétimo Dia do Conjunto Maguari, em especial as do Grupo Reavivados. Obrigada por serem instrumentos para que Deus fale comigo através de vocês.

Agradeço ao Professor Cláudio Szlafsztein por aceitar me orientar e por toda a dedicação despendida à realização deste trabalho.

Sou grata também a Professora Luciana Miranda pela coorientação, pela amizade e por sempre me incentivar a ser o melhor que eu posso em todas as áreas da minha vida.

Por fim, agradeço ao PPGEDAM, NUMA e UFPA pela oportunidade a mim concedida de desenvolver a dissertação e alcançar a minha principal meta, a conclusão do mestrado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Área de estudo	19
2. DESASTRES NATURAIS NO PARÁ	27
3. INTERFACES DA COMUNICAÇÃO DE RISCO E DA ANÁLISE DO CONTEÚDO	32
4. OBJETIVOS	36
5. MATERIAL E MÉTODOS	37
5.1 Material	37
5.2 Métodos	37
5.2.1 Análise de conteúdo	37
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
6.1 Análise do jornal de Santarém e baixo amazonas (2009-2010)	42
6.1.1 Avaliação de número	42
6.1.2 Avaliação de conteúdo	43
6.1.3 Avaliação da forma	51
6.1.4 Avaliação da memória midiática	53
6.2 Análise do jornal correio do Tocantins (2009 - 2010)	61
6.2.1 Avaliação de número	61
6.2.2 Avaliação de conteúdo.....	62
6.2.3 Avaliação da forma.....	71
6.2.4 Avaliação da memória midiática	79
6.3 Comparação entre o jornal Correio do Tocantins e o jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2009 - 2010)	83
6.3.1 Avaliação de número	83
6.3.2 Avaliação de conteúdo	85
6.3.3 Avaliação da forma recursos gráficos.....	89
6.3.4 Avaliação da memória midiática	90
7. PROPOSIÇÃO	96
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
9. REFERÊNCIAS	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Representação de um rio em sua vazão normal, em situação de enchente e de inundação ..	13
Figura 2:	As etapas da Gestão de Risco	15
Figura 3:	Mapa de localização do município de Santarém	20
Figura 4:	Mapa de localização do Município de Marabá	20
Figura 5:	Médias Pluviométricas de Santarém (2009 - 2010)	21
Figura 6:	Médias Pluviométricas de Marabá (2009 - 2010)	22
Figura 7:	Cota Fluviométrica do Rio Tapajós em Santarém (1931 - 2011)	24
Figura 8:	Cota Fluviométrica do Rio Tocantins em Marabá (1971 - 2013)	24
Figura 9:	Rio Arapiunas em período seco, Santarém, PA	28
Figura 10:	Rio Arapiunas em período seco, Santarém, PA	29
Figura 11:	Danos humanos causados no estado do Pará por inundações bruscas (1991 - 2010)	30
Figura 12:	Número de publicações do JSBA (2009 - 2010)	42
Figura 13:	Origem das publicações do JSBA (2009)	45
Figura 14:	Classificação dos argumentos do JSBA (2009 - 2010)	47
Figura 15:	Enchente e chuvas deixam Santarém à beira de calamidade pública. Edição de 22 a 28 de Maio de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	48
Figura 16:	Defesa Civil divulga novo balanço das ações assistenciais. Edição de 14 a 20 de agosto de 2009, Jornal Santarém e Baixo Amazonas	48
Figura 17:	Conferência Estadual da Defesa Civil discute prevenção de desastres. Edição de 5 a 11 de Fevereiro de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	49
Figura 18:	Número de publicações em páginas ímpares no JSBA (2009 - 2010)	53
Figura 19:	Nível de Subida do Rio Tapajós preocupa Marinha. Edição de 28 de Março a 3 de Abril de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	56
Figura 20:	Enchente deixa várias famílias desabrigadas na cidade. Edição de 4 a 19 de Abril de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	56
Figura 21:	Comércio corre atrás de lucro perdido. Edição de 26 a 2 de Julho de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	57
Figura 22:	Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2009)	58
Figura 23:	Defesa Civil monitora áreas de risco em Santarém. Edição de 5 a 11 de Fevereiro de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	59
Figura 24:	Chuva deixa Novo Progresso embaixo d'água. Edição de 17 a 22 de Abril de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	59
Figura 25:	Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2010)	61
Figura 26:	Número de Publicações do JCT (2009 - 2010)	62
Figura 27:	Origem das publicações do JCT (2009 - 2010)	65
Figura 28:	Enchente continua a oferecer perigo. Edição de 12 a 14 de Fevereiro de 2009, Jornal Correio do Tocantins	67
Figura 29:	Garantindo o apoio do Estado a Marabá. Edição de 12 a 13 de Maio de 2009, Jornal	

Correio do Tocantins	68
Figura 30: Rios continuam a subir e desabrigar. Edição de 9 a 11 de Janeiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins	69
Figura 31: Enchente atinge quase 700 em Marabá. Edição de 12 a 13 de Abril de 2010, Jornal Correio do Tocantins	70
Figura 32: Enchente atinge novas áreas. Edição de 2 a 4 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins.....	70
Figura 33: Publicações do JCT em páginas ímpares (2009 - 2010)	73
Figura 34: Marabá em emergência com Rio acima de 12 metros. Edição de 12 a 14 de Fevereiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins	74
Figura 35: Cheia atinge 5.700 famílias. Edição de 14 a 15 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins	75
Figura 36: Marabá lança SOS para desabrigados. Edição de 9 a 11 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins	76
Figura 37: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2009)	79
Figura 38: Elevação dos rios é preocupante. Edição de 5 a 6 de Janeiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins	80
Figura 39: Defesa Civil garante que famílias vão receber ajuda. Edição de 17 a 19 de Abril de 2010, Jornal Correio do Tocantins	81
Figura 40: Memória Midiática de notícias sobre inundações no JCT (2010)	83
Figura 41: Número de publicações no JSBA e JCT (2009 - 2010)	84
Figura 42: A origem da informação do JCT e JSBA (2009 - 2010)	86
Figura 43: Número de recursos gráficos no JSBA e JCT (2009 - 2010)	90
Figura 44: Número de publicações segundo a abordagem da informação no JSBA e JCT (2009)	91
Figura 45: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2009)	92
Figura 46: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2009)	92
Figura 47: Número de publicações segundo a abordagem da informação no JSBA e JCT (2010)	93
Figura 48: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2010)	94
Figura 49: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2010)	94

INDICE DE TABELAS

Tabela 1:	Características climáticas, morfológicas, hidrográficas e da vulnerabilidade social das cidades de Santarém e Marabá	25
Tabela 2:	Ocorrência de Inundações nos estados do Norte do Brasil de 1991-2010	29
Tabela 3:	Relação entre as fases de Gestão de Risco e os meses do ano	39
Tabela 4:	Classificação das publicações sobre inundações em cada edição do JSBA (2009)	43
Tabela 5:	Classificação das publicações sobre inundações em cada edição do JSBA (2010)	44
Tabela 6:	Recursos gráficos utilizados no JSBA (2009)	51
Tabela 7:	Recursos gráficos utilizados no JSBA (2010)	52
Tabela 8:	Transformação da abordagem do JSBA no decorrer do tempo (2009)	53
Tabela 9:	Transformação da abordagem do JSBA no decorrer do tempo (2010)	60
Tabela 10:	Classificação das publicações segundo a ocorrência no JCT (2009)	63
Tabela 11:	Classificação das publicações segundo a ocorrência no JCT (2010)	63
Tabela 12:	Recursos gráficos utilizados no JCT (2009)	71
Tabela 13:	Recursos gráficos utilizados no JCT (2010)	72
Tabela 14:	Transformação da abordagem do JCT no decorre do tempo (2009)	77
Tabela 15:	Transformação da abordagem do JCT no decorre do tempo (2010)	81
Tabela 16:	Comparação da classificação da informação dos Jornais nos anos de 2009 e 2010	85
Tabela 17:	Porcentagem dos entrevistados em ambos os jornais (2009 - 2010)	87
Tabela 18:	Porcentagem da recorrência de denominações do fenômeno ambiental em ambos os jornais, no período de 2009 – 2010	88
Tabela 19:	Localidades mais citadas no JSBA (2009 - 2010)	88
Tabela 20:	Localidades mais citadas no JCT (2009 - 2010)	89

1. INTRODUÇÃO

As inundações são um fenômeno ambiental recorrente que afeta cerca de duzentos milhões de pessoas todos os anos (EIRD/ONU, 2004). Freitas e Ximenes (2010) afirmam que, na América Latina e no Caribe, as inundações correspondem a 70% dos desastres ambientais registrados; já no Brasil, a 60% dos registros. O estado do Pará contabiliza um elevado número de pessoas afetadas por inundações entre 1991 e 2010 (137.285 pessoas deslocadas, 48.041 desabrigadas, 51.525 enfermas e 72 mortas) (JUNGLES, 2011). Os municípios de Santarém e Marabá, no estado do Pará, somam 29.197 pessoas afetadas pelas inundações entre 2008 e 2012 (BRASIL, 2013).

Enchentes são caracterizadas pela elevação do nível da água no canal do rio, devido ao aumento da vazão, atingindo cota máxima sem extravasar. Já a inundação é o transbordamento da água do curso fluvial, e atinge a planície de inundação ou área de várzea (BRASIL, 2007a) (Figura 1).

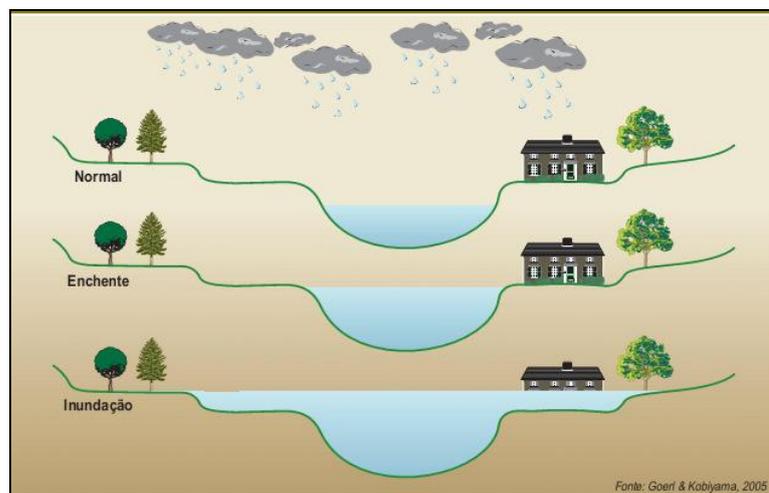


Figura 1: Representação de um rio em sua vazão normal, em situação de enchente e de inundação.

Fonte: Sausen e Narvaes (2013).

As inundações, ou outros fenômenos naturais extremos, podem gerar desastres ou danos humanos, materiais, ambientais, econômicos e sociais sobre um sistema socioeconômico, que excedem à capacidade desse sistema de eliminar, conviver com o impacto ou diminuir as ameaças (MARCELINO, 2004). O risco de desastre caracteriza-se pela probabilidade de ocorrência de um determinado evento

associado ao grau de preparo da ação da população a ser atingida (KOBAYAMA et al., 2006; BRASIL, 2007b).

O desastre ainda pode ser intensificado pela vulnerabilidade ou pela predisposição de sistemas a serem afetados por ameaças, em função das características de sua localização, suscetibilidade e capacidade de resposta (FARIAS; SZLAFSZTEIN, 2013). Burton et al. (1978) sugerem sete parâmetros relacionados aos eventos naturais que estão diretamente vinculados aos desastres naturais: magnitude (alta – baixa); frequência (frequente – rara); duração (longa – curta); extensão areal (ampla – limitada); velocidade de ataque (rápida – lenta); dispersão espacial (difusa – concentrada); espaço temporal (regular – irregular).

Os danos resultantes do desastre podem ser classificados segundo uma escala temporal e a partir da relação de efeito e reação provocada pelos eventos adversos. Os danos ocasionados pelas inundações não ocorrem tão somente após o desastre natural, mas também continuam evidenciando-se por dias, meses ou anos depois do desastre. Os danos diretos são resultantes do contato direto da inundação com bens e indivíduos, os indiretos ocorrem sem o contato direto com as águas, levando, entre outras coisas, à redução da atividade econômica (MACHADO et al., 2005).

A Gestão de Risco de Desastre tem o intuito de minimizar os danos e as vulnerabilidades, tendo como fim último a redução ou previsão e controle permanente de riscos na sociedade (CEPREDENAC-PNUD, 2003). As etapas da Gestão de Risco de inundações são formadas pela Redução de Risco, o Monitoramento de Desastre e a Recuperação (Figura 2), que compreendem, respectivamente, ao período anterior, contemporâneo e posterior à ocorrência do desastre.

Para Araújo (2000) a Redução de Riscos é composta por medidas classificadas nas sub-etapas, segundo seus objetivos de:

- a. Prevenção: Reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da avaliação das ameaças e/ou vulnerabilidades, minimizando os prejuízos socioeconômicos e os danos humanos, materiais e ambientais.

- b. Mitigação: Reduzir causas ou consequências dos desastres a um mínimo aceitável de riscos ou danos.
- c. Preparação: Minimizar os efeitos de desastres, por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos.
- d. Alerta: Notificar formalmente a presença iminente de um perigo.

O Monitoramento está composto pela sub-etapa de Resposta - ações que se levam a cabo durante um desastre e objetivam salvar vidas, reduzir o sofrimento e diminuir as perdas materiais ou no meio ambiente.

A Recuperação está composta pelas sub-etapas de:

- a. Reabilitação: Reparo dos danos físicos, sociais e reativação dos serviços básicos como água, energia e vias de acesso.
- b. Reconstrução: Restauração dos danos físicos, sociais e econômicos a um nível de desenvolvimento semelhante ou igual ao anterior ao desastre.

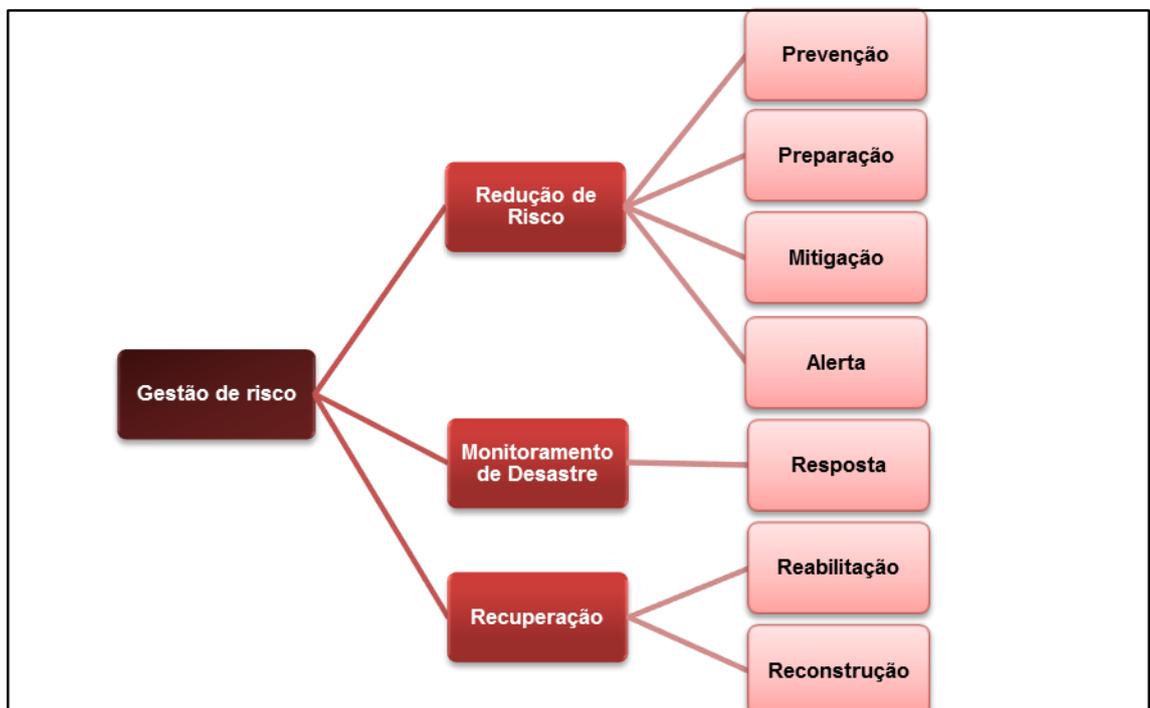


Figura 2: Etapas da Gestão de Risco.

Fonte: LOPES et al., (2010) apud BRASIL (2007a).

As regiões em desenvolvimento não possuem boa infraestrutura e sofrem muito mais com os desastres do que os países desenvolvidos, principalmente

quando se relaciona o número de vítimas (COELHO et al., 2010). Na região amazônica, os desastres geram impactos negativos ao desenvolvimento e podem prejudicar seriamente atividades socioeconômicas e assentamentos humanos mais vulneráveis, como comunidades agrícolas ou ribeirinhas (SZLAFSZTEIN et al., 2012).

Di Giulio et al. (2013) afirma que a falta de compreensão da população sobre a ameaça a ser enfrentada é um fator que prejudica a aceitação das medidas sugeridas pela Gestão de Risco. Uma das formas de minimizar a vulnerabilidade e, conseqüentemente, reduzir os danos, é desenvolver a percepção de risco da população, ou seja, contribuir para que a sociedade interprete uma situação de perigo e minimize a exposição a ela. A autora ainda afirma que a percepção de risco é, sobretudo, determinada pela forma como o risco é comunicado através da mídia e de outras fontes - incluindo cientistas e autoridades.

Percepção é o processo de interpretar, organizar e selecionar os estímulos e informações que recebemos do ambiente em que estamos inseridos. Todo ser humano tem a capacidade da percepção, que está relacionada aos seus processos cognitivos, e afetivos, constituindo os seus comportamentos. Como processo, a percepção se transforma, se desenvolve, se amplia, a depender da qualidade das relações dos seres humanos uns com os outros e deles com o meio ambiente. Então, não está pronta e nem acabada, a percepção muda (JUNGLES, 2012).

Segundo El Hajji et al. (2009), se a população crê que pode tomar certas medidas para se precaver de um risco é mais provável que ela o aceite; entretanto, se esses riscos não forem familiares ou não estiverem de acordo com os valores da comunidade, as pessoas sentir-se-ão mais ameaçadas e não aceitarão tais medidas. Neste sentido, a Comunicação de Risco surge com o intuito de informar sobre o risco e aumentar a percepção da população e, desta forma, possibilitar que as etapas da Gestão de Risco sejam desenvolvidas eficientemente.

Comunicação de Risco é o processo interativo de troca de informações e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições, que frequentemente envolve várias mensagens sobre a natureza do risco ou expressa preocupações e

opiniões legais e institucionais sobre a Gestão de Risco (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1989).

Galloway e Tinker (2009) observam que, para que a comunicação ocorra de forma efetiva, é necessário que esteja presente em todo o processo da Gestão de Risco. Portanto, é imprescindível uma boa comunicação no período pré-inundação (ex. a conscientização do risco e preparação de inundação), durante as inundações (ex. avisos de inundações abrangentes) e no pós-inundação (período de Recuperação do desastre).

Segundo UNISDR (2004), a eficácia da gestão do risco de desastres depende cada vez mais da participação de todos os atores envolvidos no processo, tornando-se indispensável promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação. A análise de como estas informações são comunicadas pode resultar no aumento ou redução das preocupações relacionadas a determinado risco. Portanto, a informação errada ou alarmista é um fator que impede a compreensão sobre o risco e dificulta que a população tome atitudes.

Segundo Di Giulio et al. (2008), o processo comunicativo deve estar associado ao conhecimento científico e à compreensão de fatores (cultura, condição social, conhecimento sobre a ameaça enfrentada) que influenciem as respostas dos indivíduos e grupos ao risco. Uma dessas influências é a mídia, em seu papel na divulgação de informações, na tomada de ação da população, e da ajuda na construção da percepção de risco, a partir da forma como divulga a notícia.

Tão importante quanto conhecer esses fatores, é buscar compreender a influência da mídia na divulgação científica e na ampliação da percepção de risco, já que a forma como os meios de comunicação retratam os riscos, comumente mais interessados em noticiar conflitos e histórias sensacionalistas, pesa no tipo de reação que as pessoas têm sobre os riscos e colabora para a estigmatização de indivíduos e locais (DI GIULIO et al., 2008).

O tempo de permanência da temática na mídia e a associação a impactos primários e secundários decorrentes das inundações influenciam a percepção de risco.

Segundo Jungles (2011), o Pará é o estado que proporcionalmente possui o maior número de pessoas atingidas por inundações na região Norte do Brasil. Considerando-se a grande recorrência de inundações e os danos provocados pelo fenômeno, sobretudo nos municípios de Marabá e Santarém, se torna de grande importância compreender como este perigo está sendo comunicado no decorrer das fases da Gestão de Risco (antes, durante e depois da ocorrência do fenômeno natural).

Apesar de existirem inúmeros trabalhos sobre a temática Comunicação de Risco em escala global (FERNANDEZ-BILBAO et al., 2008; HÖPPNER et al., 2010) e nacional (DI GIULIO et al., 2008), os municípios de Marabá e Santarém, ainda não possuem um estudo desenvolvido na área. O trabalho de Carvalho e Antunes (2011) efetua a análise do conteúdo produzido pelo Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (Santarém). Porém, apesar de se focar na análise ambiental, não aborda a Comunicação de Risco.

Nesta dissertação, o método da análise do conteúdo é aplicado às mídias impressas: Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (Santarém) e ao Jornal Correio do Tocantins (Marabá). O ineditismo do trabalho está na abordagem sobre a efetividade da Comunicação de Risco divulgada pelos jornais no decorrer das fases da gestão. Para que a Comunicação de Risco ocorra de forma efetiva é necessário um conteúdo que informe sobre a ameaça enfrentada (SHEPPARD, 2011), a utilização de recursos gráficos que destaquem a informação e facilitem a compreensão da informação sobre o risco, e a frequente abordagem do assunto nos jornais, permitindo o constante alerta da população (MILETI; KULIGOWSKI, 2006).

A escolha da mídia impressa local é relevante devido a um princípio básico do jornalismo: a proximidade, fator ligado ao espaço físico e ao modo de convivência entre pessoas de uma mesma região, onde o veículo de comunicação está localizado (TELLAROLI, 2006). Portanto, quanto mais próximo o leitor do local onde

ocorre a notícia, mais ela o afetará, e mais haverá interesse por ela, fator primordial em caso de risco.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro apresenta a Introdução, com a contextualização geral da temática abordada, além de caracterizar e delimitar a área de estudo. O segundo capítulo aborda os desastres ambientais mais recorrentes no Pará, com foco no fenômeno natural inundação. O terceiro capítulo define e relaciona a Comunicação de Risco e a análise do conteúdo jornalístico, além de especificar os objetivos e a metodologia que norteará a pesquisa. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados da análise do conteúdo do Jornal Correio do Tocantins e Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, a partir dos critérios estabelecidos na metodologia. No quinto capítulo, encontram-se considerações finais sobre a pesquisa e se conclui o resultado das análises do conteúdo jornalístico.

1.1. Área de estudo

O Estado do Pará é o segundo estado do Brasil em extensão territorial (1.247.950 Km²; 16,6 % do território brasileiro e 26% da região amazônica). Os 144 municípios são agrupados em seis mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste, Sudeste e Sudoeste, sendo a capital o município de Belém (IBGE, 2010). A área de estudo abordada nesta dissertação corresponde aos municípios paraenses de Marabá e Santarém (Figuras 3 e 4).

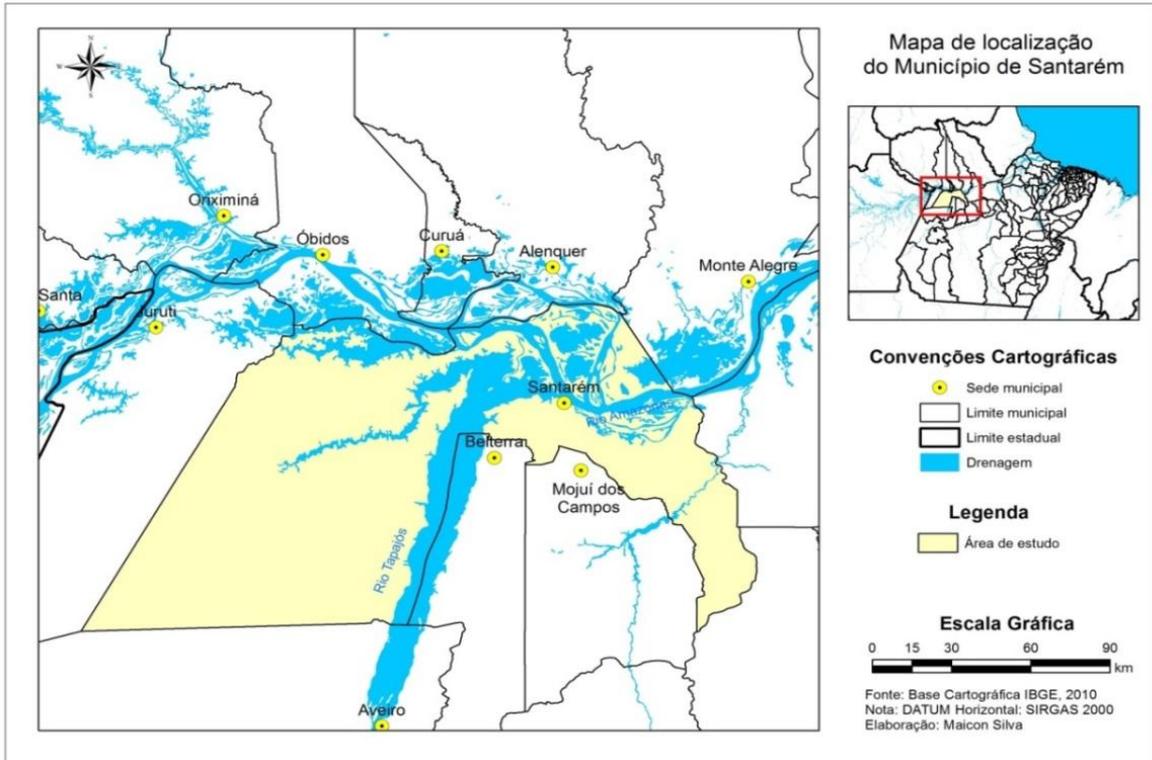


Figura 3: Mapa de localização município de Santarém.
 Fonte: Base Cartográfica. IBGE 2010.

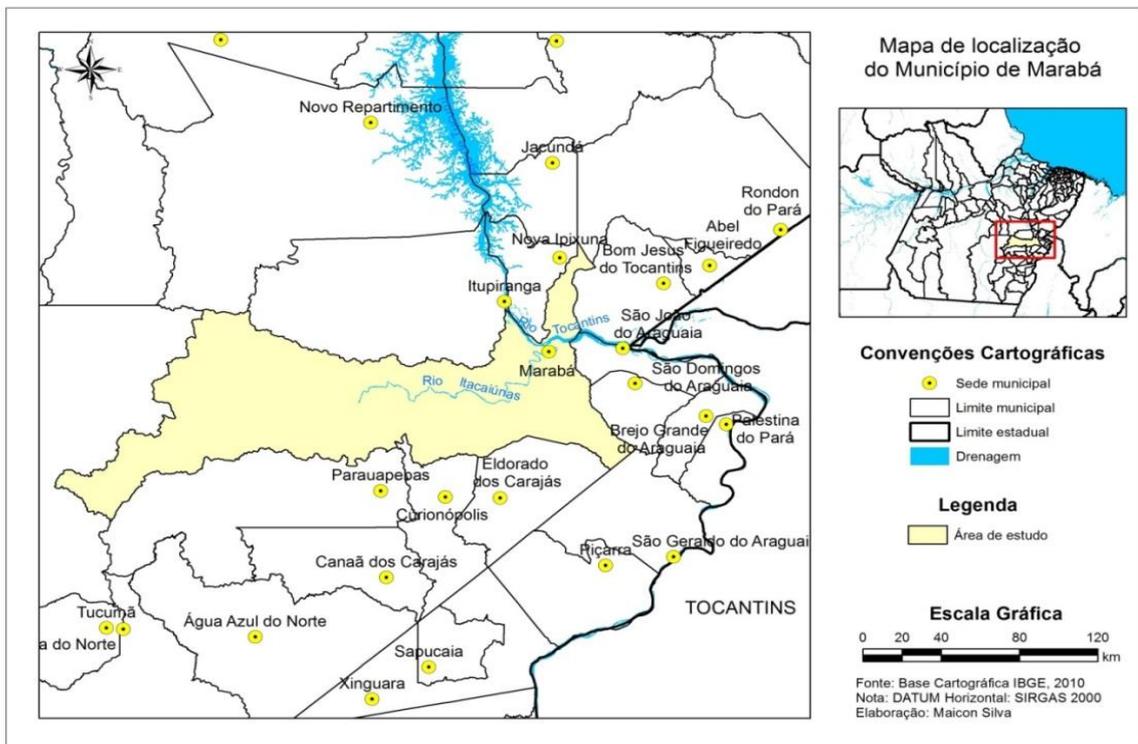


Figura 4: Mapa de localização do município de Marabá
 Fonte: Base Cartográfica (IBGE, 2010).

A população da sede do município de Santarém é de aproximadamente 294.580 habitantes (73% da população total do município), sendo o terceiro município paraense mais populoso (IBGE, 2010). Ocupa uma área de 22.887 km², na qual 77 km² estão no perímetro urbano (PONTE, 2006). A sede municipal de Marabá apresenta 215.790 mil habitantes, 69% da população do município (IBGE, 2010).

Em Santarém, a temperatura do ar é sempre elevada, com média anual de 25,6°C e valores médios para as máximas de 31°C e para as mínimas de 22,5°C (Tabela 1). A umidade relativa apresenta valores acima de 80% em quase todos os meses do ano. Em Marabá, a temperatura média anual é de 26,5°C, apresentando a média máxima em torno de 31°C e mínima de 22°C (SEPOF, 2013a). Nos dois municípios, a pluviosidade se aproxima dos 2.000 mm anuais. As estações chuvosas coincidem com os meses de Dezembro a Junho, e as menos chuvosas, com os meses de Julho a Novembro (Figura 5 e 6).

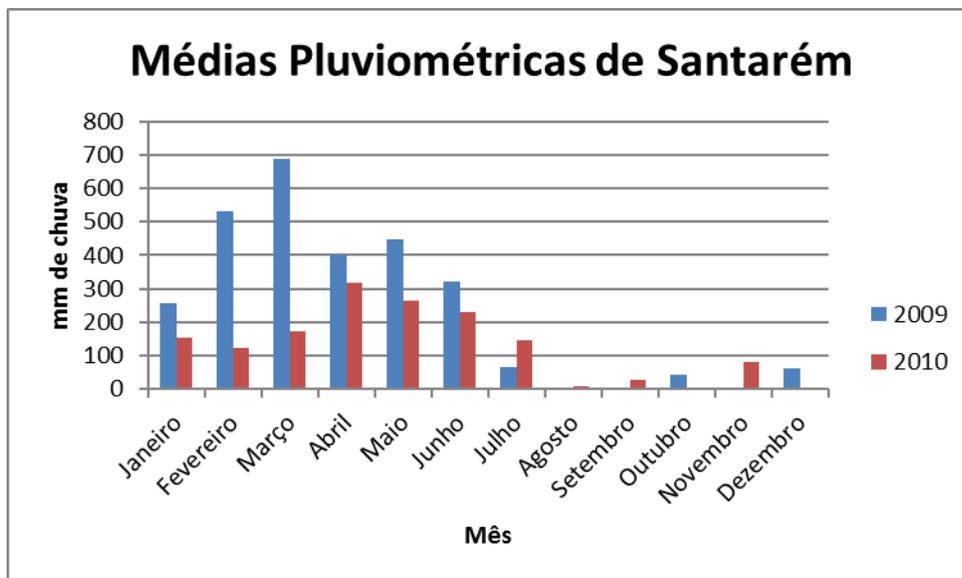


Figura 5: Médias Pluviométricas de Santarém (2009-2010).
Fonte: ANA (2014).

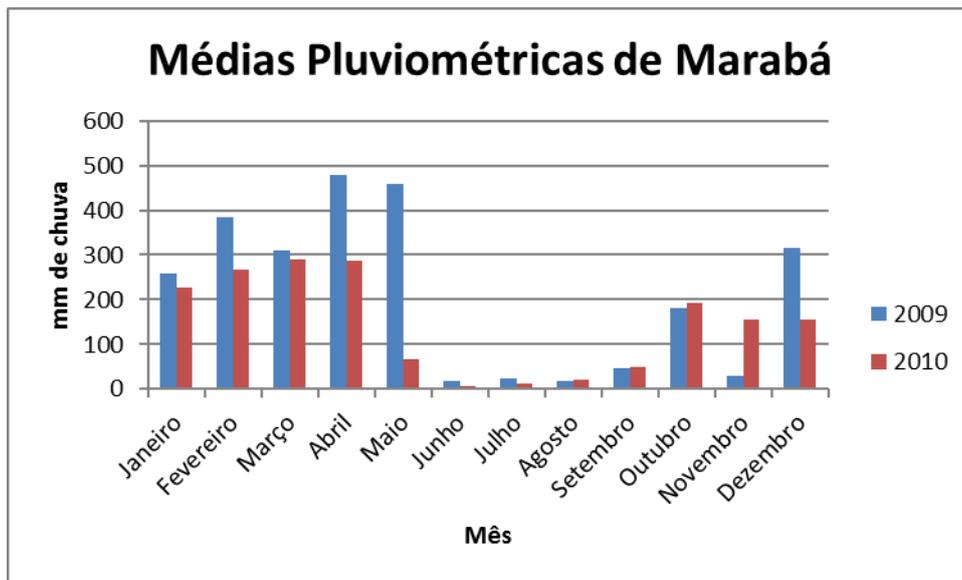


Figura 6: Médias Pluviométricas de Marabá (2009-2010).

Fonte: ANA (2014).

No município de Santarém, os rios mais importantes são o Tapajós e o Amazonas, que na sua foz, pela margem direita, situam a sede municipal. O rio Tapajós recebe, como principal afluente pela margem esquerda, o rio Arapiuns. O rio Amazonas, com seus furos¹, ilhas², paranás³ e lagos, limita o município, ao Norte com os municípios de Alenquer, Óbidos e Monte Alegre (SEPOF, 2013b). O município de Marabá está situado às margens do rio Tocantins. O principal acidente hidrográfico é a bacia do rio Itacaiúnas, afluente pela margem esquerda do rio Tocantins, em cuja foz encontra-se a sede municipal. Cortando o seu território em direção oeste/leste, o rio Tocantins apresenta como principais tributários pela margem direita, os rios Madeira, Parauapebas, da Onça e Vermelho (SEPOF, 2013a).

Grande parte das cidades amazônicas se desenvolveu ao longo dos rios, por serem historicamente um meio para a realização de atividades econômicas, como a pesca. Além disso, o rio também é o caminho para escoar o extrativismo vegetal, como era recorrente com a Borracha no século XIX, tal ocorrência era motivada pela

¹ Termo regional característico da regional, característico da rede fluvial da Região Amazônica. Braços fluviais que interligam cursos de água, formando rede de labirintos fluviais (IBGE, 2010).

² Porção relativamente pequena de terra circundada de água (IBGE, 2010).

³ Recebem o nome de "paraná" alguns rios que ocorrem nas laterais de rios de maior porte na Amazônia, mais especificamente nas planícies de inundação (AB' SABER, 2004).

ausência de um fluxo terrestre no Pará até a década de 1950, quando foram efetuadas as construções das estradas (TAVARES, 2008).

Sendo Marabá e Santarém ocupadas a partir de fatores históricos, como os apresentados, houve um aumento da vulnerabilidade ao risco de inundação.

Ponte (2006) afirma que, devido ao relevo e à característica da ocupação, toda a microrregião em torno do município de Marabá apresenta problemas de drenagem urbana e ocupações precárias em áreas de encosta. Em Santarém, o cenário histórico é o mesmo. A partir da década de 1970, com o processo de urbanização e o crescimento do número de migrantes, aumentou a quantidade de pessoas que residem em locais com grande vulnerabilidade às cheias dos rios.

A partir da década de 70, Santarém passou a receber um grande fluxo de migrantes oriundos principalmente de outros municípios e da zona rural. Como a cidade não dispunha de infraestrutura adequada para comportar todo esse contingente, a população foi chegando e ocupando áreas de risco, tais como o bairro do Uruará, Mapiri, Pérola do Maicá, entre outros – que sofrem com riscos naturais, a exemplo das enchentes – e o Bairro do Santo André – que, além de lidar com os riscos naturais, como os alagamentos, escorregamentos, ainda têm que enfrentar os transtornos advindos da ação antrópica, tais como as doenças advindas do lixo localizado no bairro (GONÇALVES et al., 2012).

Desde a década de 1950 há registro de danos ocasionados pelas inundações na sede urbana do município de Santarém. As precipitações mais intensas nos meses de Janeiro a Julho permitem o aumento das cotas fluviométricas dos rios (Figuras 7 e 8), que resultam no transbordamento fluvial e na ocorrência das inundações. As cotas de alerta fluviométricos⁴, segundo informações da Defesa Civil do Estado do Pará, são de 10 m em Marabá e de 7,10 m em Santarém.

Para evidenciar fenômenos, como o ocorrido em 2009, convencionou-se observar dados que abrangem um período mínimo de 30 anos, para compreender o comportamento dos níveis fluviométricos e a existência de inundações nesse período e no ano de 2010.

⁴ Nível máximo alcançado pelo rio para que este não transborde.

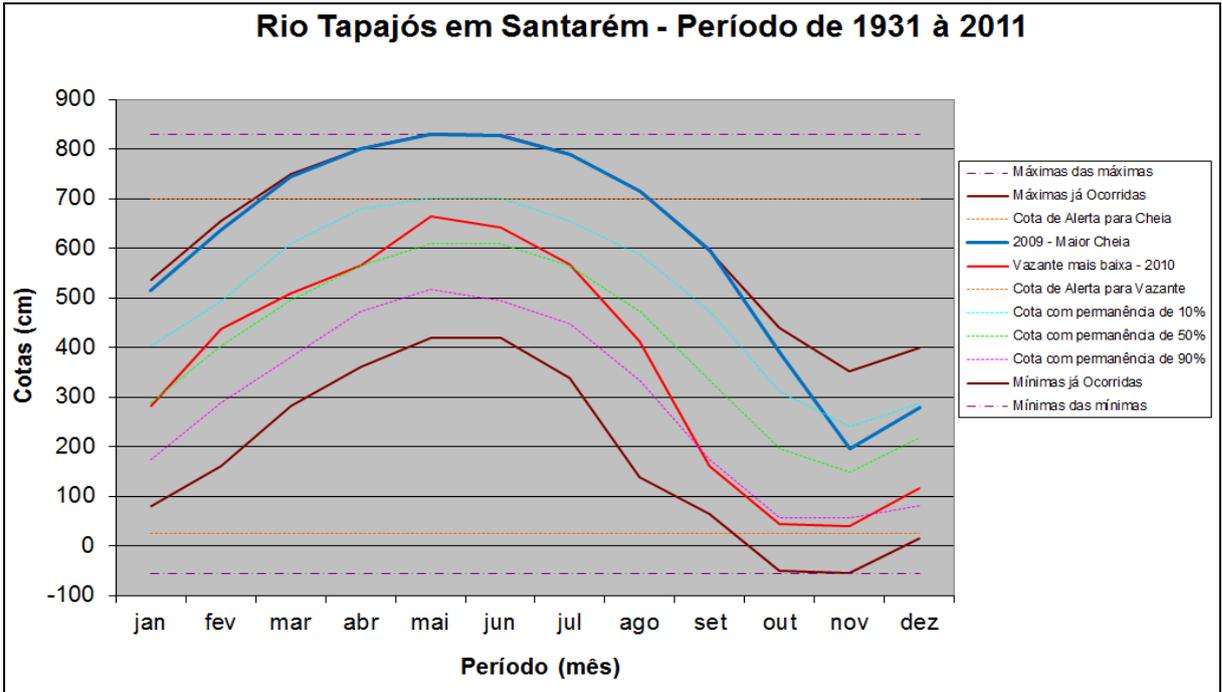


Figura 7: Cota fluviométrica do Rio Tapajós em Santarém (1931-2011).

Fonte: ANA (2014).

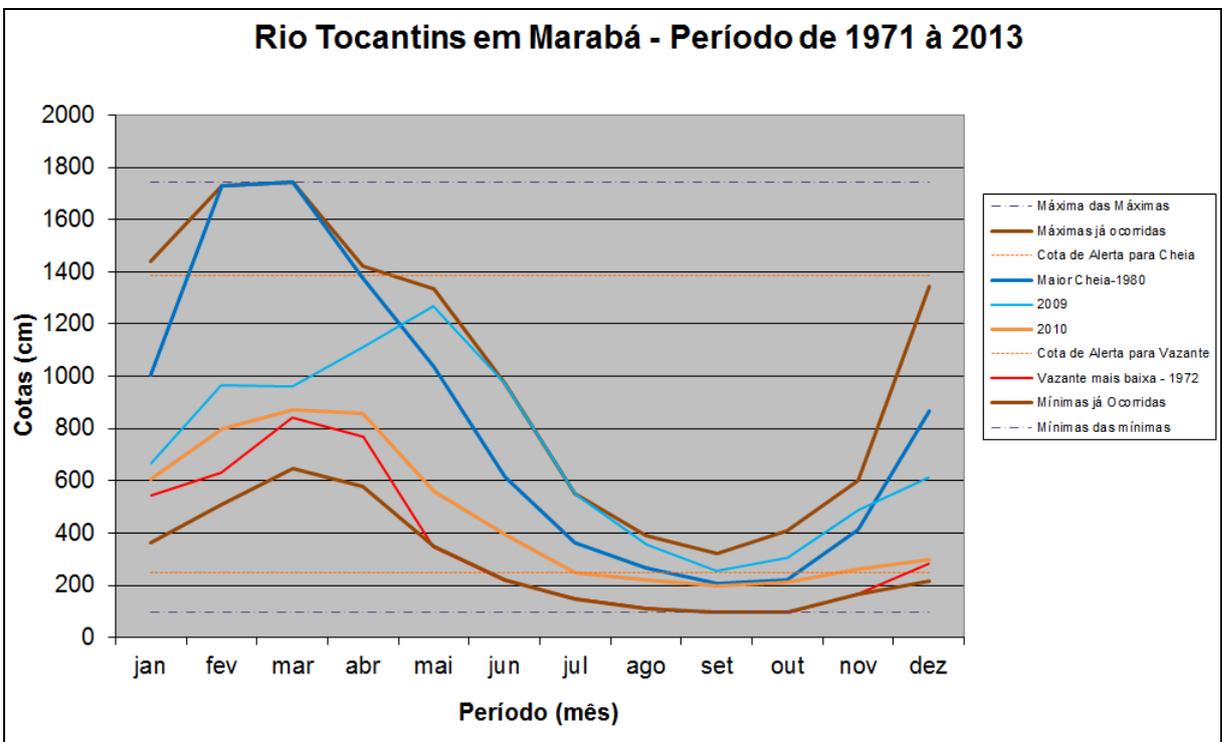


Figura 8: Cota Fluviométrica do Rio Tocantins em Marabá (1971-2013).

Fonte: ANA (2014).

Ambos os gráficos possuem as mais intensas mínimas e máximas observadas durante mais de 40 anos, assim como a cota de permanência dos rios, que se trata da regularidade do rio em um determinado nível no decorrer dos anos. Tais fatores nos permitem constatar que a inundação de 2009, representada pela linha azul (Figura 7) e pela linha anil (Figura 8), foi maior do que as comumente observadas nos outros anos.

O ano de 2009 é caracterizado, até o momento, pela maior inundação de Santarém, com cota fluviométrica de 831 cm no mês de Maio (Figura 7). Em Marabá, caracteriza-se a segunda maior inundação dos últimos 40 anos, quando o rio Tocantins chegou a alcançar uma cota fluviométrica de 1242 cm (Figura 8), também no mês de Maio. Fica em evidência, na Figura 7 e 8, que os meses que apresentam cotas fluviométricas mais altas correspondem a Março, Abril, Maio e Junho, caracterizados pela maior incidência de inundações. Notou-se que o ano de 2010, representado pela linha vermelha (Figura 7) e pela linha laranja (Figura 8), foi marcado por baixas nas cotas fluviométricas em ambos os rios, chegando a apresentar um período de estiagem, de Agosto a Dezembro, especificamente no município de Santarém.

Tabela 1: Características climáticas, morfológicas, hidrográficas e da vulnerabilidade social das cidades de Santarém e Marabá

Cidade	Marabá	Santarém
Temperatura	Média anual: 26,5�C M�dia máxima: 31�C Media mínima de 22�C	Média anual: Média máxima: 31�C Media mínima: 22,5�C
Precipita�es Pluviométricas	2.000 mm/ano	2.000 mm/ ano
Rio principal	Tocantins	Amazonas
Vazão	11.000 m ³ /s	13.500 m ³ /s
Morfologia	Suas formas de relevo estão englobadas pela unidade morfoestrutural denominada de Depressão Periférica do Sul do Pará, onde dominam os planaltos amazônicos rebaixados e dissecados, e das áreas colinosas, com áreas montanhosas mais ao Sul.	�reas de várzeas, terraços e praias fluviais, correspondentes ao Quaternário e por tabuleiros e baixas colinas nas áreas Terciárias. No relevo santareno há, portanto, quatro unidades morfoestruturais: Planalto da Bacia Sedimentar do Médio Amazonas, Planalto Residual do Tapajós, Planalto Tapajós-Xingu e Depressão Periférica do Sul do Pará.
Vulnerabilidades	Aumento da densidade demográfica e	Aumento da densidade demográfica e

Sociais	assentamentos precários; degradação ambiental; ocupação inadequada do solo; planejamentos urbanísticos inadequados.	assentamentos precários; degradação ambiental; ocupação inadequada do solo; inexistência de planejamentos urbanísticos.
---------	---	---

Fonte: IDESP, IEC, UFF⁵.

⁵Informações disponíveis em: ESTATÍSTICA MUNICIPAL DE MARABÁ. Governo do Pará. Belém, v.1, 54 p. 2013.

<<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Maraba.pdf>>.

<<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Maraba.pdf>>;

<<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/santarem.pdf>>

<http://www.uff.br/cienciaambiental/biblioteca/geobrasil/rec_hidricos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

2. DESASTRES NATURAIS NO PARÁ

Quando os diferentes níveis de governo não têm condições de recuperar e reabilitar a área afetada por um desastre ambiental é declarada situação de emergência ou calamidade pública. O intuito da declaração é solicitar, do estado ou da União, o restabelecimento da situação de anormalidade no menor tempo possível.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, Lei 12608 de 10 de Abril de 2012, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil, traz o seguinte conceito de situação de emergência:

Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

O Estado de Calamidade Pública no Brasil também encontra seu conceito na Lei 12608:

Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Por vezes, o estado de calamidade pública é uma sequência de fatores provenientes da situação de emergência, e nesta última há a concentração de recursos financeiros na recuperação dos danos do desastre e não na preparação da sociedade:

Com a concentração de ações na recuperação e reabilitação dos danos, escassos recursos associam-se à preparação e prevenção da sociedade, resultando em crônico ciclo de assistência pós-desastre para os municípios, uma vez decretados os estados de emergência e de calamidade pública (FARIAS; SZLAFSZTEIN, 2013).

Dentre os desastres ambientais comuns no Pará, são recorrentes fenômenos como a estiagem, as enxurradas e as inundações graduais.

A estiagem é um fenômeno climático natural, causado por um período prolongado de pluviosidade baixa ou ausente, em que a perda da umidade do solo é superior a sua reposição. A forma mais intensa de estiagem denomina-se seca (CASTRO, 2003). Segundo Jungles (2011), no estado do Pará os desastres relativos à seca e estiagem totalizaram cerca de 28 registros oficiais de 1991 a 2010. Especificamente o ano de 2010 foi marcado por baixas nas cotas fluviométricas do rio Tocantins devido a estiagem no referido ano, impossibilitando a navegação, isolando as comunidades, e prejudicando as principais fontes de renda da região (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Rio Arapiunas em período seco em Santarém.
Fonte: Jungles (2012).



Figura 10: Rio Arapiunas em período seco em Santarém
Fonte: Jungles (2012).

Outro fenômeno natural recorrente são as inundações. Segundo Jungles (2011), o estado do Pará é o que possui a maior quantidade de municípios afetados por inundações e o que proporcionalmente possui o maior número de ocorrências entre 1991–2010, dentre os estados da região amazônica do Brasil (Tabela 2).

Estado	Municípios afetados	Ocorrências
AC	5	10
AP	4	6
AM	57	142
PA	57	223
RO	8	9
RR	8	12
TO	21	31

Tabela 2: Ocorrência de Inundações nos estados do Norte do Brasil de 1991-2010.
Fonte: CEPED 2012.

Segundo CEPED (2012), o Pará é caracterizado por possuir dois padrões principais de inundações: graduais ou lentas e bruscas ou rápidas, mesmo que por vezes seja difícil a classificação do fenômeno inundaçã. Logo, provavelmente registros oficiais sobre inundações bruscas explicitem apenas parte da realidade, mas não a representem totalmente (KOBİYAMA et al., 2006).

No estado do Pará, as inundações bruscas somam um total de 155 registros oficiais de desastres entre 1991 e 2010, com maior incidência nos meses de Abril a Junho, e apresentam grandes danos materiais e humanos (JUNGLES, 2011) (Figura 11). Castro (2003) identifica as inundações graduais por possuírem sazonalidade e ocorrerem quando a água se eleva de forma lenta e previsível, além de apresentarem escoamento gradual, sendo características de grandes bacias hidrográficas. Entre 1991 a 2010 ocorreram mais de 253 registros oficiais de inundações graduais. Marabá decretou 14 declarações de estado de emergência no referido período, seguida cidade de Santarém, com 6 declarações (JUNGLES, 2011). O mesmo autor afirma que cerca de 800 mil pessoas foram atingidas pelo evento no mesmo período. O número de afetados se deve também ao fato de muitos indivíduos residirem em área de várzea. Em época de inundações, a agricultura de subsistência, a pesca e a caça são comprometidas, o que modifica a dinâmica social.

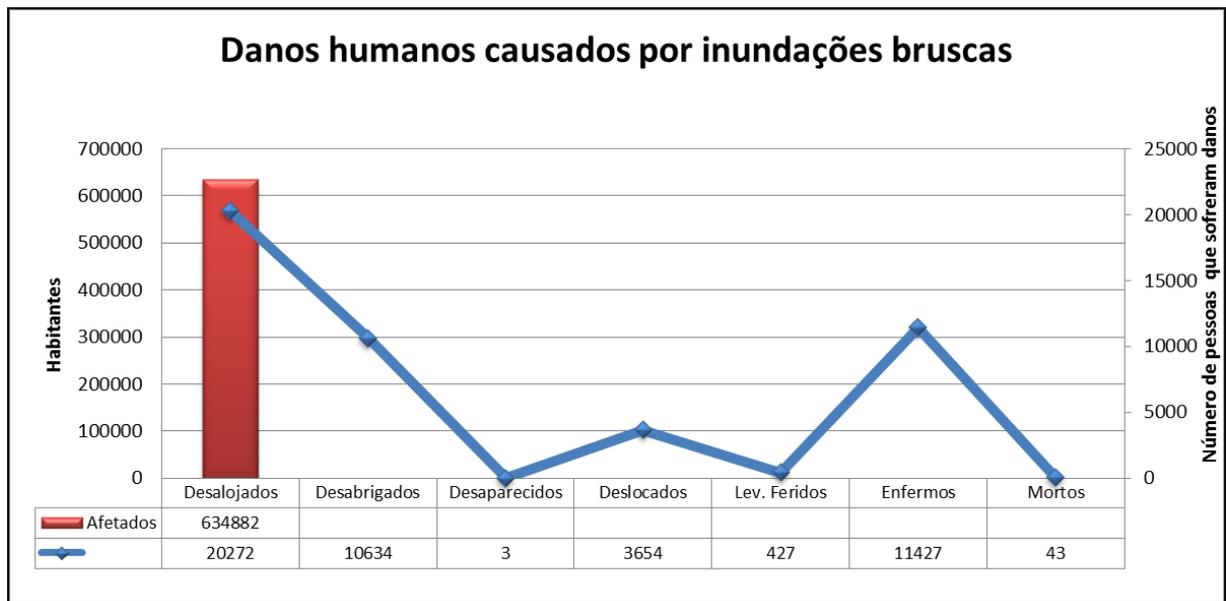


Figura 11: Danos humanos causados no estado do Pará por inundações bruscas (1991-2010).

Fonte: Jungles (2011).

Segundo Szlafsztein et al. (2012), os municípios da Amazônia estão entre os mais acometidos por inundações no Brasil e, por encontrarem uma frágil estrutura de resposta na população, nas instituições e infraestruturas, acabam provocando situações de desastre.

O ano de 2009 é caracterizado como o que possui a maior inundação dos últimos 50 anos na cidade de Santarém, e a segunda maior na cidade de Marabá. Jungles (2011), afirma que o ano de 2009 apresentou 66 ocorrências oficiais de inundações bruscas, também foram catalogadas 46 ocorrências oficiais de inundações graduais. Comparando aos anos anteriores a 2009, o fenômeno natural foi registrado no máximo 29 vezes nos municípios. O motivo das intensas cheias de 2009 foi a influência do fenômeno *La Niña*⁶, concomitante com o dipolo favorável do Atlântico na permanência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) sobre águas mais quentes do que o normal no Atlântico Tropical Sul, que causou precipitações extremas no Pará (LEAL; SOUZA, 2011).

Brasil (2013) afirma que 8.295 e 78.825 pessoas foram afetadas por inundações em 2009, respectivamente, nas cidades de Marabá e Santarém. O mesmo autor ainda assegura que no ano de 2010, o estado do Pará não apresentou índices pluviométricos tão alarmantes, mas ainda assim houve inundações bruscas em sete municípios (Novo Progresso, Trairão, Medicilândia, Sapucaia, Pau D'arco, Santo Antônio do Tauá e Curuçá), e graduais em 4 municípios (Marabá, Porto de Moz, Eldorado dos Carajás e Parauapebas). Mesmo ocorrendo de forma mais amena, as inundações no Pará em 2010 não deixaram de provocar danos materiais e prejuízos à população.

⁶Aquecimento anormal do Oceano Pacífico, que provoca mudanças na atmosfera resultando em inundações e secas (MAROUN, 2007).

3. INTERFACES DA COMUNICAÇÃO DE RISCO E DA ANÁLISE DO CONTEÚDO

A comunicação pode ou não ser pretendida, mas não só ao Homem é impossível não comunicar como também, para o Homem, o mundo é cheio de significados e só é inteligível e compreensível porque lhe atribuímos significados e o interpretamos (GILL; ADAMS, 1998).

Comunicar é inerente ao homem, e este é um dos meios que permite socializá-lo e estar em constante transformação e compreensão de si e da sociedade que o cerca. Além disso, comunicar também é uma forma de consistentemente formar opinião e educar (LOPES, 2010). A comunicação é estratégica, inclusive no ato de conscientizar, minimizar perdas e salvar vidas, como ocorre em casos de risco.

A mídia tem participado historicamente da cobertura de desastres desde o início da imprensa (SANTOS, 2012). Segundo Lopes (2010), entre 1960 e 1970 os jornalistas já discutiam a participação da mídia na cobertura de desastres ao questionar sobre a hierarquização da notícia, sobre o que realmente era importante para sociedade e o nível de impacto. Entretanto, Wayne (1988 apud SERPA e PRADO-MONGE, 2000) comenta que devido à gravidade de acidentes com substâncias químicas, ocorridos entre 1972 e 1985, a comunicação passou a ser preocupação permanente das autoridades governamentais, da própria sociedade e da indústria.

A partir desse cenário a sociedade e a mídia argumentaram que se tivessem sido previamente informados sobre os riscos aos quais estavam expostos e se houvesse orientação prévia sobre como proceder nesta situação, muitas mortes teriam sido evitadas.

A esta forma de comunicar que objetiva informar, conscientizar e transmitir os fatores de risco (existência, natureza e forma, gravidade) convencionou-se chamar Comunicação de Risco. Moreno (2011), considera a Comunicação de Risco uma troca de informações no que diz respeito à interação entre as pessoas envolvidas em uma situação de ameaças à saúde, segurança e meio ambiente.

A Comunicação de Risco pode ser oral, visual ou textual, e tem como objetivo principal aumentar a conscientização e mudar o comportamento das partes interessadas (pessoas expostas, especialistas e gestores, autoridades, público em geral e da mídia), habilitá-las ao diálogo e melhorar o conhecimento (HÖPPNER et al., 2010). El Hajji et al. (2009) afirmam que se deve evitar alardes e preocupações indevidas à população e de romper com a barreira da linguagem técnico-científica.

Segundo Rinaldi (2007), a principal contribuição desse tipo de comunicação é que o tema pode auxiliar na construção da confiança e credibilidade de indivíduos, grupos ou instituições, a partir do momento em que é incorporada como uma atividade pertencente à Gestão de Risco, com começo, meio e fim. Lopes et al. (2010), afirmam que na ocorrência de eventos adversos, a Comunicação de Risco se torna imperativa, tanto na Gestão de Risco, quanto na gestão do próprio desastre.

A Comunicação de Risco serve para garantir que no recebimento de alguma informação, os receptores da mensagem se comportarão de forma a tomar medidas para reduzir e mitigar os riscos (FUJIMI et al., 2011). Porém, é necessário salientar que segundo El Hajji (2009), a visão mecanicista, que é compreendida por um emissor, um canal de transmissão e um receptor passivo a informação, foi superada. Atualmente sabe-se que o fato da mensagem ser emitida não quer dizer que será compreendida da forma desejada pelo emissor. O mesmo autor ainda afirma que, segundo a Ciência da Informação, o indivíduo sempre é um receptor em potencial e há aspectos que o influenciam na forma de compreender a mensagem, tais como a sua cultura, o grau de instrução, a condição de acesso ao meio, a acuidade visual, além do contexto ao qual está inserido.

Inúmeros fatores devem ser considerados para que ocorra a efetividade da comunicação, como: o conteúdo abordado, a evidência dada à forma, o número de publicações dos jornais sobre a temática e a permanência do assunto na mídia. Por isso, na Comunicação de Risco midiática deve considerar todos os pontos a seguir antes, durante e após a ocorrência do desastre:

1. Utilizar múltiplas formas de apresentação da informação (visual, verbal e matemática).

2. Estabelecer uma escala temporal para divulgação do tema sobre o risco, visando corroborar estratégias de adaptação (MILETI; KULIGOWSKI, 2006).
3. Propagar informações que esclareçam a ameaça que está sendo enfrentada pela população, pois o conhecimento sobre o perigo aumenta a percepção de risco (MARTIN et al., 2009).
4. Adequar a mensagem para um dado contexto social e usar como fontes pessoas que possuam credibilidade para abordar o assunto, visto que a confiança nos emissores também é fator crucial para a potencial aceitação (MCCAFFREY; STEELMAN, 2013).

A imprensa está presente em todas as etapas da Gestão de Risco, portanto, o trabalho da mídia se torna essencial em casos de risco, pois contribui na educação da população antes da ocorrência do desastre, além de ser motivadora da resposta pública, política e institucional. (LOPES et al., 2010).

Para que a Comunicação de Risco seja efetuada com sucesso é necessário considerar formas específicas de comunicar em cada fase da Gestão de Risco.

Logo, na fase de Redução de Risco, a mídia auxilia no maior conhecimento da população sobre a ameaça e contribui na prevenção do desastre, informando sobre como proceder, caso a população seja acometida pelo perigo. Na fase de monitoramento do desastre, a Comunicação de Risco midiática fortalece o trabalho da fase anterior e traz informações atualizadas sobre o desastre. Na fase de Recuperação, a comunicação tem a função de facilitar os debates e estabelecer um diálogo entre cidadãos e autoridades, dando voz a todos os grupos e sendo um meio para que a sociedade seja reconstruída conjuntamente após o desastre (DI GIULIO et al., 2008).

Poffo (2000) afirma que ao exercer a comunicação em massa, a maioria dos atores envolvidos na divulgação dos fatos não percebe os efeitos impactantes e abrangentes que as palavras e imagens utilizadas podem ter para os diferentes tipos de receptores, podendo inclusive ampliar as consequências indiretas da ocorrência.

Muitos receptores acreditam nos jornais como fonte de informação, sem checar a veracidade do que é divulgado. Em uma situação de risco, este fato é preocupante, pois da mesma forma como a mídia pode exercer uma comunicação

comprometida com a verdade, também pode comunicar de forma controversa e gerar desinformação.

A participação da imprensa nas políticas de Redução de Risco e desastre se torna então, inevitável, uma vez que, mesmo sem tomar consciência, a mera cobertura do desastre já contribui, positiva ou negativamente, para informar - ou desinformar - a população (SANTOS, 2012).

O'Sullivan et al. (2012) abordam os principais problemas da comunicação ineficiente evidenciados nos processos de Gestão de Risco, que são a falta de confiança da população nas autoridades que fornecem a informação (BASHER, 2006), a falha na compreensão da mensagem recebida (FERNANDEZ-BILBAO et al., 2008), e a divulgação de notícias contraditórias relatadas na mídia nacional e local (MARTENS et al., 2009). Diante disso, a mídia pode gerar a *incomunicação*, entendida como incompreensão (WOLTON, 2006), que resulta em danos à sociedade e pode vir a estigmatizá-la. Desta forma, a comunicação ineficaz é definida como uma possível vulnerabilidade da população que se encontra em situação de risco (HORNER; WALSH, 2000).

O jornalista tem a função de divulgar informações com clareza e de forma objetiva, com o intuito de informar a população sobre maneira como ocorrem os desastres naturais e sobre como agir em situações de risco, em cada fase da gestão. Então, é relevante considerar que interferências no processo comunicacional podem afetar o desempenho satisfatório da missão de gerenciar os desastres ambientais.

Nora (1988) afirma que os jornais, como líderes de opinião e cristalizadores de visões acerca do real, acabam por ocupar um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social. A imprensa faz parte do processo de construção da memória coletiva, logo, a assiduidade das notícias em jornais e a forma como é propagada, a partir do discurso midiático ou da ausência dele, contribui para a criação de novos sentidos ou esquecimentos, o que irá refletir na preparação da sociedade para o risco.

4. OBJETIVOS

O objetivo principal que norteou esta dissertação foi verificar se de fato está ocorrendo a Comunicação de Risco e, em caso positivo, identificar a efetividade da Comunicação de Risco nos jornais impressos das cidades de Santarém (Jornal de Santarém e Baixo Amazonas) e Marabá (Jornal Correio do Tocantins) sobre a temática inundação, no decorrer das fases de Redução de Risco, Monitoramento de Desastre e Recuperação. Como objetivos específicos, buscou-se efetuar a intersecção entre a Comunicação de Risco e a análise do conteúdo visando estabelecer um método que permitisse perceber a efetividade da comunicação sobre inundações; e analisar o conteúdo noticioso de jornais de Santarém (Jornal de Santarém e Baixo Amazonas) e Marabá (Jornal Correio do Tocantins) quanto ao número, conteúdo, forma e memória midiática, nos anos de 2009 e 2010.

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Material

Os impressos analisados são o Jornal Correio do Tocantins, da cidade de Marabá, e o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, da cidade de Santarém. Ambos os jornais foram escolhidos devido à grande abrangência e tiragem, que corresponde a 13 mil no Jornal Correio do Tocantins, que tem como responsável João Chomon Neto, e 7500 no Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, que possui como proprietário Júlio César Aquistapase (CARVALHO; ANTUNES, 2011).

O Jornal Correio do Tocantins há três décadas circula no município de Marabá em versão impressa, e desde 2008 está disponível em formato digital (<http://www.ctonline.com.br>). Comumente o jornal é formado por oito páginas, que constituem cinco editorias: Cidade, geral, esporte, polícia e política.

O Jornal de Santarém e Baixo Amazonas tem 38 anos de existência. O impresso dedica-se a publicar em sua maioria notícias referentes à cidade de Santarém e circula em 23 municípios do oeste paraense e em Belém, Macapá (AP) e Manaus (AM). O jornal é constituído de 32 páginas em formato Standard (55cm de comprimento). Segundo Carvalho e Antunes (2011), o jornal é uma empresa que faz parte do mesmo grupo da “Agência Amazônia”, empresa noticiosa que tem como principal cliente “O Liberal”, jornal regional das Organizações Rômulo Maiorana. A versão digital do impresso está disponível em <http://pt.calameo.com/read/001507549f0749cdd8b27>.

5.2 Métodos

5.2.1 Análise de conteúdo

A análise do conteúdo é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, sistematicamente, de forma qualitativa e quantitativa, visando analisar o conteúdo a partir de uma categorização de critérios. Moraes (1999) afirma que a análise de conteúdo é composta pelo rigor da objetividade dos números, além de abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de

compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar. Para aplicação do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados⁷, deve-se ter como ponto de partida o contexto, a categorização, descrição e interpretação (BARDIN, 2009).

CONTEXTO

Herscovitz (2008) afirma que os melhores resultados da análise do conteúdo são obtidos ao se utilizar tanto a contagem da frequência (análise quantitativa) quanto à avaliação do conteúdo, do contexto, dos meios que o veiculam ou dos públicos (análise qualitativa). Ou seja, a observação do contexto ao qual o objeto de estudo está inserido permite uma compreensão mais ampla dos resultados.

A justificativa para a proposição do contexto se fundamenta na convicção já manifesta de que, ainda que se possa dividir uma mensagem em unidades de significado independentes, as unidades de análise sempre se perderão significados neste processo. Por isto é importante poder periodicamente retornar ao contexto donde cada unidade de análise provém, para assim poder explorar de forma mais completa todo seu significado (MORAES, 1999).

CATEGORIZAÇÃO

A categorização é um meio de agrupar os dados considerando as semelhanças entre eles, através do uso de critérios semânticos, temáticos e temporais. O processo de categorização deve ser entendido em sua essência como um processo de redução de dados, destacando seus aspectos mais importantes (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989). Entretanto, devem-se considerar alguns pontos para que a categorização ocorra da forma devida, tais como a pertinência dos dados, a homogeneidade dos critérios e a objetividade.

As categorias que orientam a análise do conteúdo utilizados nesta dissertação são a avaliação de número, de conteúdo e de forma, como já utilizados por Carvalho e Antunes (2011), entretanto com o diferencial da avaliação da memória midiática, que considerou prioritariamente o tempo de permanência das informações sobre

⁷ Enunciado é uma função de existência, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e as faz aparecer com conteúdos concretos, no espaço e no tempo (GIACOMONI; VARGAS, 2010).

inundações nos jornais impressos, mas também, observou de forma secundária o resultado das avaliações de número, forma e conteúdo propagado no período estudado.

Nesta dissertação foram estabelecidas duas vertentes de análise do conteúdo jornalístico, uma espacial e outra temporal. A primeira compara a abordagem sobre o tema inundações entre os jornais, a segunda compara o assunto entre os anos 2009 e 2010 em cada jornal, de forma individual.

A avaliação da memória mediática permeia todas as outras, considerando dois fatores fundamentais:

1. O tempo de permanência da temática “inundação” nos jornais considerando a relação existente com as fases da Gestão de Risco de inundação e o ciclo pluviométrico da Amazônia (JUNGLES, 2011), em ausência de eventos extremos (Tabela 3).

Tabela 3: Relação entre as fases da Gestão de Risco e os meses do ano

Fase da Gestão de Risco	Nome	Redução do Risco	Monitoramento de Desastre	Recuperação
	Relação temporal com o evento	Antes	Durante	Depois
	Correspondência em meses	Novembro a Fevereiro	Março a Junho	Julho a Outubro

2. As características numéricas, de conteúdo e de forma e suas transformações no decorrer do tempo.

- i. Avaliação de Número

Considerando que o sucesso das estratégias de Comunicação de Risco depende da escala temporal utilizada (MILETI; KULIGOWSKI, 2006; ADGER et al., 2005) é importante compreender a frequência de notícias sobre o risco. Portanto, a avaliação será efetuada considerando a quantidade de publicações sobre o tema inundação no decorrer das fases da Gestão de Risco nos anos de 2009 e 2010, em ambos os jornais. Devido à frequência semanal destes, a definição do número de publicações

mensais considerou a pertença da edição ao mês no qual apresentasse números predominantes de dias⁸.

ii. Avaliação de Conteúdo

Segundo Mccaffrey e Steelman (2013), para que ocorra uma boa Comunicação de Risco é necessário considerar a clareza e objetividade da informação, além da credibilidade do emissor. Os seguintes critérios de avaliação do conteúdo se estabeleceram (a) a origem das informações publicadas e os sujeitos⁹ do discurso, (b) as principais vozes existentes no discurso e as vozes excluídas¹⁰ (c) os tipos de argumentos utilizados sobre o assunto - positivos, negativos ou neutros¹¹, (d) o lugar de ocorrência da notícia, e (e) o conceito propagado pelos jornais sobre o fenômeno natural.

iii. Avaliação da Forma

Na Comunicação de Risco, a mensagem necessita ganhar notoriedade nos diferentes tipos de mídias para que a informação promova o constante alerta do receptor (MCCAFFREY; STEELMAN, 2013). Neste sentido, analisa-se a forma a partir da recorrência de recursos gráficos (figuras, gráficos, tabelas, fontes chamativas), do tipo de informação (nota, notícia, release, artigo, reportagem¹²), e da presença da notícia em páginas ímpares de maior notoriedade em jornais, ou pares (DAMASCENO, 2013).

⁸ A publicação de 29 de janeiro a 6 de fevereiro de 2009 é catalogada como sendo publicada no mês de fevereiro, em decorrência da edição abranger um número maior de dias neste mês.

⁹ O discurso gera sentidos, que são produzidos por um sujeito. Essa aproximação entre o sentido e sujeito mostra as relações de identificação do sujeito, relações entre sujeitos que produzem e interpretam sentidos, relações entre o sujeito e diferentes textos e diálogos, tudo isso se dá no âmbito do discurso. Segundo Foucault (1986 apud ARAÚJO, 2000, p. 122), “o discurso forma os sujeitos, e essa é uma idéia que se choca com a concepção de que é o sujeito que determina o discurso”. Orlandi (1993 apud ARAÚJO, 2000, p.122) acrescenta: “o sujeito imagina-se fonte do sentido do que diz, embora esteja apenas retomando sentidos preexistentes”.

¹⁰ Segundo Foucault (1995, p. 28), o discurso não é necessariamente o que se diz, mas também as discontinuidades e dispersões. Ou seja, não é só o que é dito, mas também o “não dito”.

¹¹ Os argumentos positivos abordam informações relacionadas à temática “inundação” de forma otimista; negativos, os que propagam a informação de forma pessimista; e neutros, os que não se posicionam nem de forma negativa ou positiva sobre o tema abordado.

¹² Notícia: registro puro dos fatos, sem opinião. Nota: notícia curta. Artigo: texto jornalístico interpretativo e opinativo, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada

DESCRIÇÃO

Uma etapa muito importante da análise do conteúdo é a descrição, que é definida como a primeira parte da apresentação dos resultados. É o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. Uma apresentação quantitativa é composta por uma apresentação de gráficos, tabelas, computando-se frequências e percentuais referentes às mesmas. Para cada categoria pode ser gerado um texto síntese que apresentará de forma qualitativa os resultados.

INTERPRETAÇÃO

A segunda parte da exposição dos resultados refere-se à interpretação. Segundo Bardin (2009), há duas formas de análise do conteúdo. No primeiro caso, a interpretação é feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise. No segundo, teorização, interpretação e compreensão constituem um movimento circular em que a cada retomada do ciclo se procura atingir maior profundidade na análise.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Análise do jornal de Santarém e baixo Amazonas (2009-2010)

6.1.1 Avaliação de número

Em 2009, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (JSBA) apresentou 93 publicações referentes ao assunto “inundações”, particularmente entre Abril e Junho. Na figura 12 nota-se o crescimento gradual destas edições, de Janeiro a Junho, e a diminuição considerável de Julho a Dezembro, seguindo o mesmo ciclo do aumento das cotas fluviométricas dos rios e da ocorrência de inundações. Em 2010, o JSBA apresentou apenas 16 publicações que abordavam a temática inundações, o que equivale a um decréscimo de 70% no número de abordagens, quando comparado a 2009, possivelmente pela diminuição da pluviosidade. A comparação também permitiu a identificação no aumento do número das publicações em Janeiro e em Fevereiro do ano de 2010 (Figura 12). Tais números significam que a temática inundações foi mais recorrente em 2009, em detrimento de 2010, isso ocorreu porque o fenômeno natural foi mais intenso no primeiro ano mencionado. Para que a Comunicação de Risco fosse efetiva no JSBA seria necessário que as edições sobre o assunto fossem melhores distribuídas no decorrer do ano inteiro e não se concentrassem apenas nos meses de maior incidência da inundações, pois assim a população estaria mais atenta para a temática e melhor preparada antes da eminência de um desastre.



Figura 12: Número de publicações do JSBA (2009-2010)

6.1.2 Avaliação de conteúdo

CLASSIFICAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

Dos 93 textos analisados em 2009, 55 são classificados como reportagens jornalísticas, 19 como notas, 17 como notícias e dois releases (Tabela 4). A maior parte das publicações se concentrou no caderno “Atualidades”.

Tabela 4: Classificação das publicações sobre inundações em cada edição do JSBA (2009).

Edição de 2009		Classificação das Publicações		
		Reportagem	Notícia	Nota
Janeiro	3 a 9	1	0	0
Fevereiro	29 a 6	2	0	0
Março	7 a 13	0	1	0
	14 a 20	2	0	0
	21 a 27	1	1	2
28 de Março a 3 de Abril		2	1	1
Abril	4 a 10	4	0	0
	18 a 25	2	0	0
26 de Abril a 1 de Maio		4	1	2
Maio	1 a 7	5	3	1
	8 a 14	4	1	2
	15 a 21	7	2	2
	22 a 28	5	0	1
29 de Maio a 4 de Junho		2	1	1
Junho	5 a 11	3	1	0
	12 a 18	3	1	3
26 de Junho a 2 de Julho		3	0	0
Julho	17 a 23	2	0	0
	28 a 29	1	0	0
31 de Julho a 6 de Agosto		1	1	0
Agosto	7 a 13	0	1	0
	14 a 20	0	0	2
	21 a 27	2	0	0
Outubro	2 a 8	0	0	1
Novembro	6 a 12	1	0	0
	13 a 19	0	0	1
	6 a 12	1	1	0
Dezembro	28 a 21	0	1	0

O maior número de reportagens foi observado nos meses de Abril a Junho, evidenciando que a abordagem mais profunda, ou seja, com mais informações, ocorreu no período de maior incidência das inundações. Já as notícias, notas e releases foram mais recorrentes nos períodos Janeiro-Março e Julho - Dezembro.

Em 2010, das 16 matérias publicadas sobre o tema inundação, oito foram classificadas como reportagens, quatro como notas e quatro como notícias (Tabela 5). Os meses de Janeiro e Fevereiro apresentaram maior quantidade de reportagens (31% do total), o que mostra que a abordagem em relação à temática inundação foi mais profunda em tal período. A partir de Abril, as abordagens sobre inundações se tornaram cada vez menos recorrentes e mostraram-se de maneira menos profunda, chegando a serem reduzidas a simples notas.

Tabela 5: Classificação das publicações sobre inundações em cada edição do JSBA (2010).

Edição de 2010		Classificação das Publicações		
		Reportagem	Notícia	Nota
Janeiro	8 a 14	1	0	0
	22 a 28	1	0	0
29 de Janeiro a 4 de Fevereiro		0	0	1
Fevereiro	5 a 11	2	0	0
	12 a 16	1	0	0
Abril	2 a 8	0	0	1
	9 a 15	1	1	0
	17 a 22	0	1	1
28 de Maio a 1 de Junho		0	1	0
Agosto	10 a 26	1	0	0
Outubro	8 a 14	0	1	0
29 de Outubro a 4 de Novembro		0	0	1
Novembro	19 a 25	1	0	0

Mostrou-se evidente a diferença da classificação das notícias nos anos analisados. Em 2009, claramente a maior quantidade de reportagens foi observada em Abril, Maio e Junho, período de maior incidência de inundações. Entretanto, apesar de não ter havido significativas inundações em 2010, ainda houve abordagem sobre o assunto, a maioria das reportagens ocorreu no mês de Janeiro e Fevereiro. Isso se deu porque a população e a Defesa Civil ficaram em alerta desde o início do referido ano, temendo que o fenômeno natural ocorresse da mesma forma como foi manifestado no ano anterior, por isso, realizaram-se ações preventivas, que foram divulgadas pelo jornal no mês de Janeiro e Fevereiro. Em consequência da pouca ocorrência de inundações no decorrer do ano, as publicações sobre o assunto foram reduzindo gradualmente de Março a Dezembro de 2010, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

Portanto, as informações sobre inundações em 2009 só foram abordadas de forma mais profunda no momento da ocorrência do fenômeno natural e, em 2010, tal

tipo de abordagem ocorreu apenas no início do ano. Logo, nos meses que não correspondem aos períodos mencionados, a informação sobre o assunto foi superficial, o que comprometeu a compreensão mais profunda do leitor sobre o risco e dificultou uma comunicação efetiva. Afinal, para se minimizar as vulnerabilidades é necessário que o leitor compreenda o risco ao qual está enfrentando.

ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES E SUJEITO DO DISCURSO

Em 2009, o JSBA privilegiou publicações próprias, entretanto, notou-se também a divulgação de produções jornalísticas de agências e assessorias de comunicação (Figura 13). No ano de 2010, o único produtor de informações das publicações referentes à inundação foi o próprio Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, que por isso é definido como o sujeito do discurso jornalístico impmdido nos jornais. Tal constatação permite responsabilizar o jornal de qualquer informação erroneamente produzida sobre o fenômeno inundação nesse período.

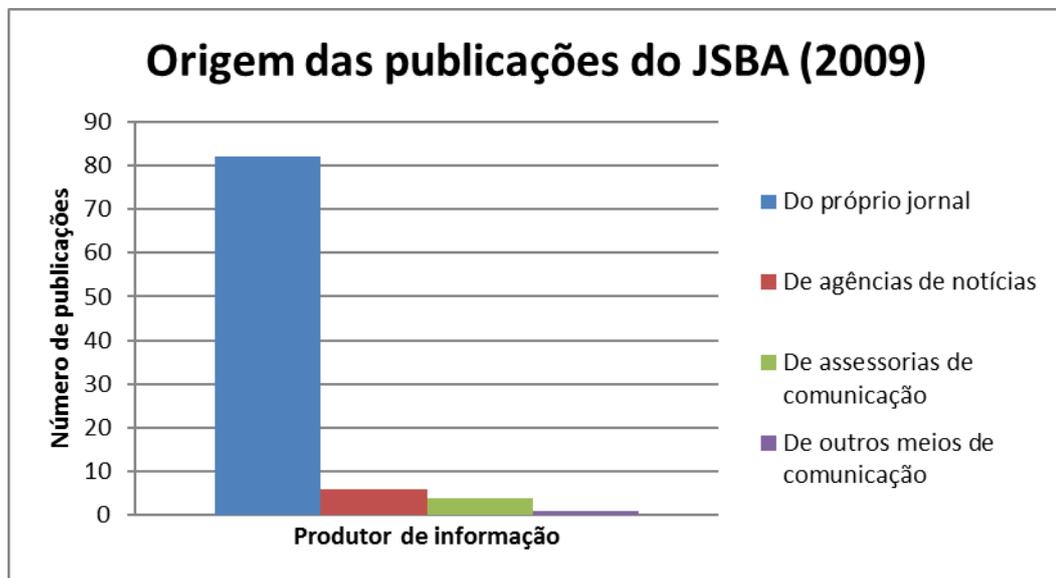


Figura 13: Origem das publicações do JSBA (2009).

NÚMERO DE ENTREVISTADO

Partindo-se do pressuposto que na Comunicação de Risco é importante dar voz a todos os envolvidos na Gestão de Risco, analisou-se o número de entrevistados. Das 93 publicações em 2009, 65 utilizaram entrevistados para

corroborarem o discurso, entretanto 28 publicações não usaram fonte alguma e se limitaram unicamente ao ponto de vista do próprio jornal. Das fontes utilizadas, 43% eram autoridades ou personalidades ligadas ao governo, 27% tratava-se de representantes da Defesa Civil e 30% eram pessoas da comunidade ou moradores afetados direta ou indiretamente pelas inundações. Apenas um especialista sobre a temática foi entrevistado. Das 16 publicações analisadas em 2010, 36% não utilizaram entrevistado algum e se limitaram ao discurso do próprio jornal. Pessoas da comunidade ou moradores afetados foram entrevistadas em 36% das publicações, já a Defesa Civil em 18% das edições e autoridades ou personalidades do governo representaram 10% dos entrevistados.

Portanto, autoridades ligadas ao governo ganharam mais destaque nas edições do JSBA em 2009, devido à divulgação de medidas tomadas para minimizar a situação da população em meio ao risco. Em 2010, os entrevistados de maior representatividade no jornal foram os moradores afetados por inundações, que relataram suas inseguranças em relação a um possível desastre naquele ano. Desta forma, o JSBA priorizou o discurso político e popular sobre a temática, mas em nenhum dos anos analisados concedeu maior destaque a especialistas sobre o assunto ou mesmo à Defesa Civil, fator que comprometeu a efetiva Comunicação de Risco, visto que mostrou a frágil abordagem sobre o fenômeno natural e carência de informações concedidas ao leitor no decorrer dos anos.

VOZES PRIVILEGIADAS E VOZES EXCLUIDAS

O principal discurso evidenciado em todas as publicações foi pautado na associação sinonímia entre inundação e enchente e o enfoque foi na destruição causada pelo fenômeno natural. Para corroborar o discurso abordagem privilegiada foi a humanizada, por isso o maior número de entrevistados foram moradores locais.

As vozes excluídas do discurso foram os posicionamentos científicos acerca do fenômeno natural inundação em ambos os anos analisados.

ARGUMENTOS SUGERIDOS

Os argumentos sugeridos pelo JSBA nas publicações analisadas sobre a temática inundação foram classificados em positivos, negativos e neutros no decorrer dos anos de 2009 e 2010 (Figura 14).

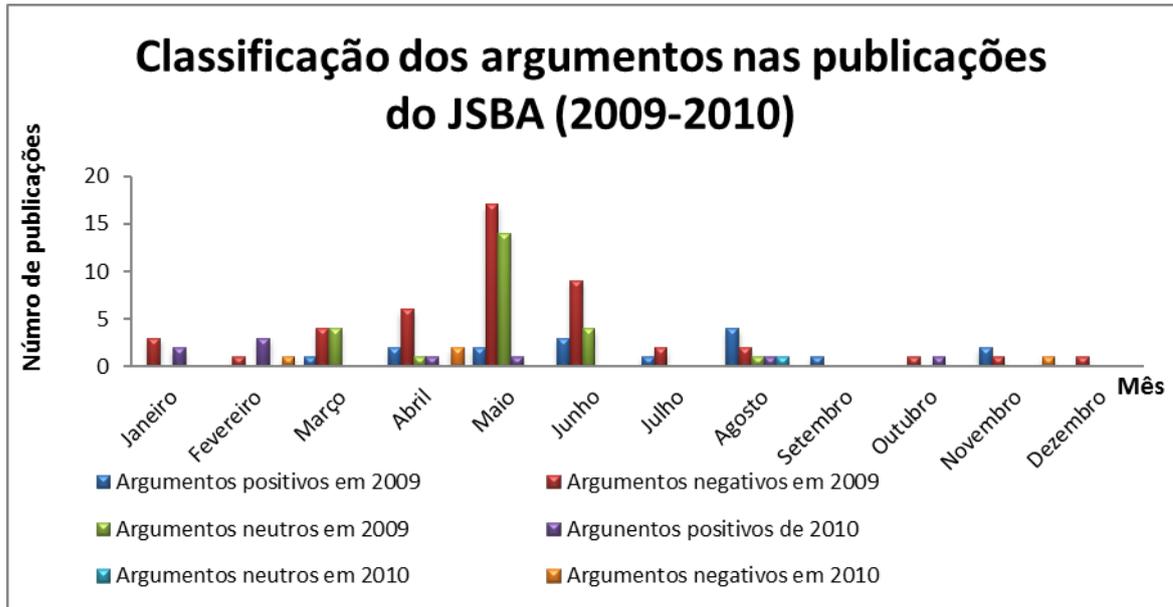


Figura 14: Classificação dos argumentos do JSBA (2009-2010).

Em 2009, 46% das publicações apresentaram argumentos classificados como negativos em relação ao tema inundações (Figura 15), iniciando-se em Janeiro, mas com maior número em Maio e focados nos danos diretos e indiretos provocados.



Figura 15: Enchente e chuvas deixam Santarém à beira de calamidade pública. Edição de 22 a 28 de Maio de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Cerca de 26% das publicações mostraram argumentos neutros e 30% positivos. Os argumentos positivos (Figura 16) foram mais evidentes a partir do mês de Julho, tendo seu ápice no mês de Agosto.

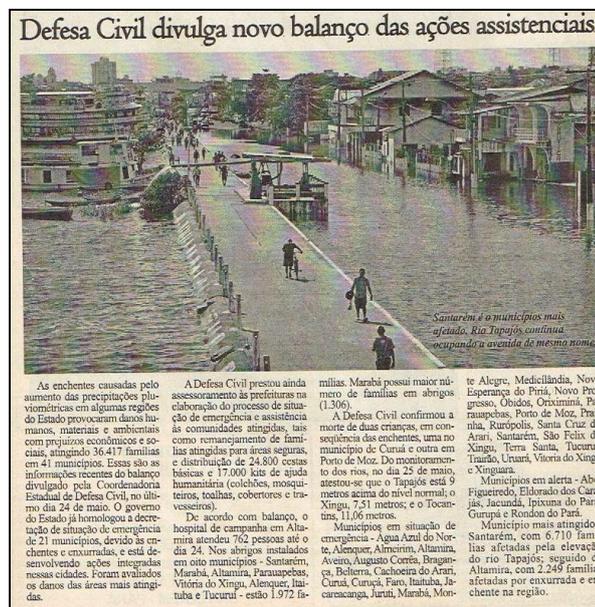


Figura 16: Defesa Civil divulga novo balanço das ações assistenciais. Edição de 14 a 20 de Agosto de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Observou-se, portanto, uma mudança de foco das publicações no decorrer dos meses de 2009. De Janeiro a Junho, a abordagem principal foi negativa,

referentes aos danos ocasionados pelas inundações. De Julho a Novembro as abordagens foram principalmente neutras e positivas, relatando as atitudes da Defesa Civil e dos políticos visando minimizar a situação de calamidade.

Das 16 publicações analisadas em 2010, 63% tiveram argumentos positivos, 25% negativos e 12 % neutros. O aumento de 33% dos argumentos positivos, em relação ao ano anterior, deve-se ao fato de que a maioria das publicações em 2010 abordou a preparação da população e da Defesa civil, antes da ocorrência da inundação, e tal tomada de atitude foi propagada como positiva pelo JSBA (Figura 17). Diferente do ano anterior, 2010 apresentou argumentos positivos em Janeiro e Fevereiro e a partir de então a ausência de argumentos devido a falta de abordagem da temática no referido jornal.

A maioria dos argumentos em 2009 foi negativo, ano de intensa ocorrência de inundação, entretanto, em 2010, ano de menor intensidade pluviométrica, foram positivos. Portanto observou-se, que apesar do fenômeno ambiental ser recorrente e da população ter conhecimento das consequências negativas do mesmo, o jornal só as propagou quando de fato estavam ocorrendo e não abordaram tais assuntos com antecedência, com o intuito de preparar a população para o risco. A falta de debate do jornal sobre as inundações e os impactos decorrentes delas no transcorrer do ano comprometeu a preparação dos leitores para o desastre, visto que os mesmos só foram lembrados do assunto no momento em que ele estava ocorrendo (fase de Monitoramento de Desastre).



Figura 17: Conferência Estadual da Defesa Civil discute prevenção de desastres. Edição de 5 a 11 de Fevereiro de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

TIPO DE ENUNCIADO

Em 2009, 93% das expressões utilizadas nas publicações para definir o fenômeno natural ocorrido foram “enchente” e “cheia”, termos que repetidas vezes foram utilizados erroneamente como sinônimo de inundações. Cerca de 6% das publicações usaram “alagamento”¹³ e em 1%, o enunciado de inundação da forma correta. Em 2010, 69% das edições definiram o fenômeno natural ocorrido como “enchente” ou “cheia” e também o apresentaram de forma incorreta como sinônimo de inundação. Aproximadamente 13% das publicações o definiram como inundação, usando o termo de forma correta. Por fim, em 18% das publicações o termo foi definido como alagamento. Logo, em ambos os anos o enunciado de inundação foi propagado de forma equivocada, fator que compromete a Comunicação de Risco, visto que para ser efetiva é necessário que a população tenha conhecimento sobre a ameaça que enfrenta.

LUGAR DE OCORRÊNCIA DA NOTÍCIA

Em 2009, a cidade de Santarém, sede do Jornal, foi a localidade mais citada em 75% das publicações no período analisado, sendo os demais municípios citados Aveiro (7%), Prainha (5%), Monte Alegre (4%), Juruti (2%), Itaituba (3%), Terra Santa (2%), Parintins (1%) e Belterra (1%). Em 2010, a localidade mais citada foi Santarém em 88% das publicações. Os outros municípios citados na publicação foram Novo Progresso (6%) e Rurópolis (6%). Partindo-se do pressuposto de que o JSBA é um jornal com sede em Santarém foi importante o fato de priorizar as notícias referentes ao risco que ocorre no município, visto que quanto mais próxima a informação sobre o risco for do indivíduo potencialmente atingido, mais interesse haverá nela, o que é imprescindível para que a Comunicação de Risco seja efetiva.

¹³ Alagamento é um acúmulo momentâneo de água no leito das ruas e no perímetro urbano, causado por fortes precipitações pluviométricas em cidades com sistema de drenagem deficiente e baixo coeficiente de escoamento superficial (FARIAS e SZLAFSZTEIN, 2013).

6.1.3 Avaliação da forma

RECURSOS GRÁFICOS

Em 2009 contabilizou-se 80 fotos, particularmente apresentando ruas e casas inundadas. Nos meses de maiores incidências de inundações (Abril a Junho), o número de recursos gráficos foi maior. Os títulos de todas as publicações foram escritos em negrito e na cor preta (Tabela 6). Em 2010 foram contabilizadas apenas 11 fotos nas publicações do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, sendo que a maioria concentrou-se nos meses de Janeiro e Fevereiro (Tabela 7). Logo, o destaque gráfico da informação ocorreu de Abril a Maio de 2009, já em 2010 se deu de Janeiro a Fevereiro, entretanto, no período em que não houve incidência de inundações os recursos gráficos foram praticamente inexistentes, mesmo se tratando de informações sobre o risco, o que prejudica a atenção do leitor ao assunto.

Tabela 6: Recursos gráficos utilizados no JSBA (2009).

Edição de 2009		Recursos Gráficos	
		Foto	Caixa de Texto ¹⁴
Janeiro	3 a 9	1	0
Fevereiro	29 a 6	2	0
Março	7 a 13	0	0
	14 a 20	3	0
	21 a 27	3	1
28 de Março a 3 de Abril		0	0
Abril	4 a 10 de	6	0
	18 a 25	4	0
26 de Abril a 1 de Maio		5	0
Maio	1 a 7	0	0
	8 a 14	4	1
	15 a 21	11	0
	22 a 28	10	0
29 de Maio a 4 de Junho		8	0
Junho	5 a 11	4	0
	12 a 18	6	0
26 de Junho a 2 de Julho		4	0
Julho	17 a 23	0	0
	28 a 29	0	0
31 de Julho a 6 de Agosto		1	0

¹⁴ Espaço graficamente delimitado que normalmente inclui um texto explicativo sobre o assunto abordado na matéria principal (BRITO, 2011).

Agosto	7 a 13	0	0
	14 a 20	0	0
	21 a 27	1	0
Setembro	18 a 24	1	0
Outubro	2 a 8	0	0
Novembro	6 a 12	3	0
	13 a 19	0	0
Dezembro	28 a 21	1	0

Tabela 7: Recursos gráficos utilizados no JSBA (2010).

Edição de 2010		Recursos Gráficos (fotos)
Janeiro	8 a 14	1
	22 a 28	0
29 de Janeiro a 4 de Fevereiro		0
Fevereiro	5 a 11	2
	12 a 16	1
Abril	2 a 8	0
	9 a 15	1
	17 a 22	1
28 de Maio a 1 de Junho		1
Agosto	10 a 26	1
Outubro	8 a 14	3
29 de Outubro a 4 de Novembro		0
Novembro	19 a 25	0

PUBLICAÇÕES EM PÁGINAS ÍMPARES

Aproximadamente 47% das publicações em 2009 se concentraram em páginas ímpares, que permitem maior visualização das notícias. O período de maior incidência de informações em páginas ímpares iniciou em Abril e finalizou em Junho, sendo o mês de Maio o de maior registro (Figura 18). Em 2010, 9 das 16 publicações se encontraram em páginas ímpares, particularmente no mês de Fevereiro (28%). As páginas ímpares possuem maior destaque e a informação sobre inundações foram em sua maioria publicadas em tais páginas apenas no período de maior incidência do fenômeno natural ou na ocorrência das ações preventivas de 2010, que foram evidentes nos jornais apenas em Janeiro e Fevereiro. Desta forma, nos meses restantes, o destaque ao assunto novamente se mostrou mínimo. Observou-se que em ambos os anos a informação ficou concentrada apenas em alguns meses, sendo que para que a Comunicação de Risco fosse eficiente o destaque deveria ter sido constante o ano inteiro, porque desta forma o leitor teria

mais possibilidades de ler sobre o assunto e manter-se prevenido antes da ocorrência do desastre.

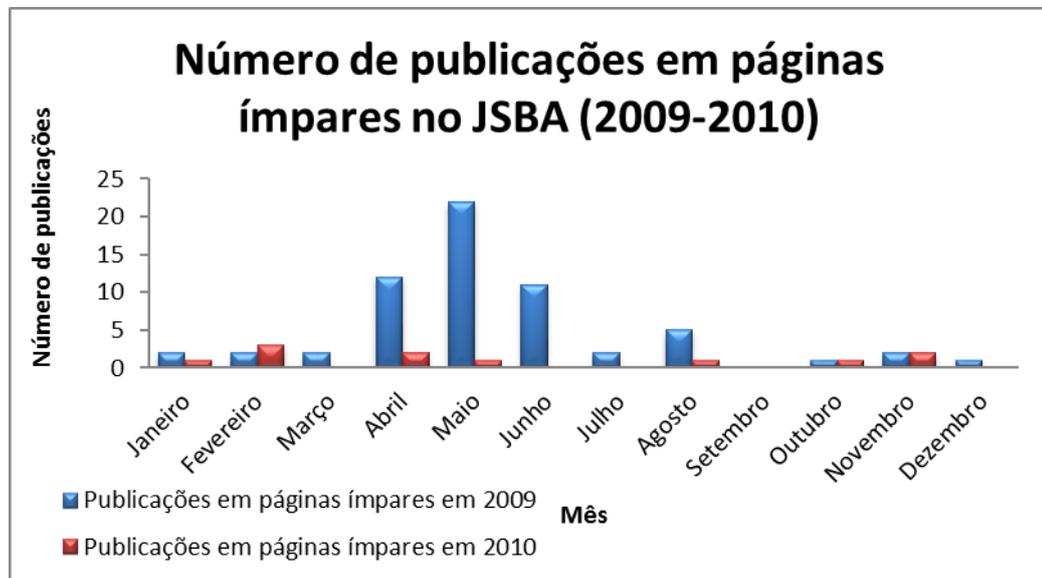


Figura 18: Número de publicações em páginas ímpares no JSBA (2009-2010).

6.1.4 Avaliação da memória midiática

Para explicitar os dados referentes às publicações feitas antes, durante e após a ocorrência do fenômeno natural, usou-se como referência o período de maior incidência de chuvas e de inundações. Constatou-se que na fase de Redução de Risco houve oito publicações, 81 publicações na fase de Monitoramento de Desastre, e quatro na fase de Recuperação. Um grande número de publicações foi efetuado no momento em que o risco estava ocorrendo, em detrimento do reduzido número no período anterior e posterior ao desastre, o que comprometeu a efetividade da comunicação, visto que a informação sobre a ameaça deveria ter sido constante em todas as fases da Gestão de Risco. A redução das publicações sobre o assunto não preparou o leitor para um possível desastre e não contribuiu para redução das vulnerabilidades (Tabela 8).

Tabela 8: Transformação da abordagem do JSBA no decorrer do tempo (2009).

Edição de 2009		Tema principal e manchetes	Tipo de Abordagem
Janeiro	3 a 9	Como conduzir um veículo em lugar alagado.	Secundário.
29 Janeiro a 6 de Fevereiro		<ul style="list-style-type: none"> Lixo na rua. Dificuldades decorrentes da chuva. 	Primário
Março	7 a 13	Água é drenada por bombas em Santarém devido às	Primário

		inundações.	
	14 a 20	Famílias desalojadas devido às inundações e aumento da subida do rio.	Primário
	21 a 27	<ul style="list-style-type: none"> Bomba drena água da avenida Tapajós Prefeitura recebe treinamento para casos de risco Defesa Civil visita atingidos por inundações 	Secundário
28 de Março a 3 de Abril		Bairros alagados e ações emergenciais da Defesa Civil.	Fenômeno natural e primário
Abril	4 a 10	Famílias Desalojadas, transtornos e prejuízos causados pelas inundações, ação da prefeitura visando minimizar os danos.	Primário e secundário
	18 a 24	Enchente e solicitação de ajuda da Defesa Civil	Fenômeno natural e primário
26 de Abril a 1 de Maio		<ul style="list-style-type: none"> Decreto de emergência Crítica à falta de preparo municipal em situação de crise Ajuda à população Inundação da feira do tablado Desabrigados em Juruti. 	Primário e secundário.
Maio	1 a 7	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de situação de emergência Prefeitura ajuda desabrigados Cais sobre erosão devido às inundações Aumento de doenças infecciosas Avenida Tapajós alagada Campanha para arrecadar alimento e roupa em Itaituba Desabrigados em Aveiro e Prainha. 	Primário e secundário
	8 a 14	<ul style="list-style-type: none"> Cheia destrói bomba da COSANPA Comerciantes perdem lucros devido as inundações Políticos visitam desabrigados Inundação como um caso político Crítica a ausência dos políticos em comunidades afetadas 	Primário e secundário.
	15 a 21	<ul style="list-style-type: none"> Cheia ameaça Festival de Parintins e turismo em Alter do Chão Governadora visita desabrigados do Oeste do Pará Rio Tapajós ultrapassa muito o nível de vazão Defesa Civil leva alimentos aos desabrigados. Prefeitura recebe kits de sobrevivência Ajuda chega à Aveiro Desabrigados recebem apoio. 	Primário e secundário.
	22 a 28	<ul style="list-style-type: none"> Taxistas diminuem renda devido o alagamento de avenidas Governo dá 80 milhões para ajudar desabrigados Santarém é a mais afetada pelas inundações Município entrega relatório sobre a situação das enchentes Governadora visita áreas afetadas pelas cheias 	Primário e secundário.
29 de Maio a 4 de Junho		<ul style="list-style-type: none"> Defesa Civil divulga relatório sobre enchente Ajuda aos atingidos pela inundação Defesa Civil leva assistência médica aos desabrigados. 	Secundário.
Junho	5 a 11	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda do Governo aos atingidos pelas inundações Governo investe 80 milhões para reconstruir estradas prejudicadas pelas cheias 	Secundário.

		<ul style="list-style-type: none"> • O comércio está inundado; Ação Global beneficia vítimas das enchentes. 	
	12 a 18	<ul style="list-style-type: none"> • Municípios se preparam para doenças infecciosas, após cheias • Ribeirinhos migram para a cidade devido as inundações • Cheia afeta mais de 6 mil pessoas • Poucos recursos financeiros dificultam a entrega de cestas básicas. • Nível do Rio Tapajós começa a baixar. 	Primário e secundários.
26 de Junho a 2 de Julho		<ul style="list-style-type: none"> • Preço das frutas elevam no período de inundações • Comércio aposta em promoções depois dos prejuízos das cheias • Casas alagadas pelas chuvas. 	Primários e secundário.
Julho	17 a 23	<ul style="list-style-type: none"> • Enchente deixa várias famílias desabrigadas na cidade • Comércio corre atrás dos lucros perdidos pelas cheias. 	Primários e secundário.
	28 a 29	Rio Tapajós dá sinais de estabilidade.	Secundário.
31 de Julho a 6 de Agosto		Crédito do Governo é liberado para os atingidos pela enchente; Santarém vai precisar de 50 milhões.	Secundário.
Agosto	7 a 13	Chegam alimentos para os atingidos pelas cheias.	Secundário.
	14 a 20	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura realiza operação tapa buraco depois das enchentes. • Praias de Santarém ainda estão alagadas. 	Primários e secundário.
	21 a 27	Famílias atingidas por cheias em Uruará recebem donativos	Secundário.
Setembro	18 a 24	Governo ajuda vítimas das enchentes com 25 milhões.	Secundário.
Outubro	2 a 8	Nível do Rio baixa lentamente	Secundário.
Novembro	6 a 12	<ul style="list-style-type: none"> • Cais de Arrimo cai devido as enchentes; • Prefeitura e Defesa Civil ajudam atingidos pelas enchentes; • Depois das enchentes, orla de Santarém é limpa. 	Secundário.
	13 a 19	Inverno e cheias se aproximam	Fenômeno Natural.
Dezembro	28 a 21	Rio Tapajós apresenta os primeiros sinais de enchentes.	Fenômeno Natural.

Legenda: Fenômeno Natural: Matérias que abordam tão somente as inundações como temática principal; Impactos primários: Matérias que abordam os impactos provocados no momento das inundações; Impactos secundários: Matérias que abordam os impactos provocados indiretamente devido às inundações.

Aproximadamente 11% das edições referiram-se somente ao fenômeno natural inundação (Figura 19) e não relataram os impactos, 4% abordaram o fenômeno natural e os impactos primários provocados por ele, e 11% referiram-se tão somente aos impactos primários (Figura 20).

Nível de subida do Rio Tapajós preocupa Marinha

LÍRIA NEVES
DA REDAÇÃO

Com as frequentes chuvas que caem sobre Santarém, o nível do Rio Tapajós esse ano ultrapassou o nível do ano de 2006 em que tivemos a maior cheia dos últimos trinta anos. No ano passado, neste mesmo mês, o nível era de 7m30cm, e em 2006 na maior cheia o nível era de 7m32cm, e esse ano o rio está com 7m70cm. Com esse nível subindo rapidamente Santarém fica prejudicada, pois a cidade não possui infraestrutura para suportar uma quantidade grande de água já que o sistema de esgoto na cidade é precário e os aros perifericos onde não têm asfalto e nem esgoto acabam ficando intransitáveis.

Para o Comandante da Marinha em Santarém o Capitão Evandro, esse ano o rio encheu muito rápido, pois esse ano o nível está 40 centímetros maior que o ano passado. "Esperamos que esse ano não ultrapassasse 2006, pois trará muitos transtornos, principalmente para os comerciantes que tem seus estabelecimentos na frente da cidade, com o aumento das chuvas o sistema de esgoto da frente da cidade não tem para onde escoar a água da chuva e então acaba alagando a avenida, e só com a ajuda de bombas é possível retirar a água", disse o comandante.

Com a cheia do Rio Tapajós, Santarém enfrenta outro problema além da falta de esgoto, existe na cidade locais em que barcos e lanchas atracam sem permissão da Prefeitura, e com o tempo acabam modificando o espaço físico onde atracam.

As lanchas que atracam ao lado do Mascotinho, na orla da cidade, estão quebrando o cais e prejudicando a infraestrutura da obra, por conta do movimento das lanchas e a frequente colisão acaba desgastando e quebrando o cais. A Marinha está ciente do problema, mas é competência da Prefeitura, mais precisamente da Secretaria de Infraestrutura verificar e resolver o problema, já que as lanchas atracam lá sem a autorização da Prefeitura.

Santarém não possui um Planejamento de Ordenamento Aquaviário que é um órgão que trata da organização das embarcações. "Esse órgão tem como competência organizar conforme o porte das embarcações onde devem atracar sem que uma embarcação de porte grande atraque ao lado de uma embarcação pequena e com o movimento das águas não prejudique ninguém, então assim teríamos um ordenamento no espaço aquaviário", disse o Comandante da Marinha.

"Se investissemos o apoio da Prefeitura tudo estaria resolvido, a prefeitura entraria com o plano e nós ajudaríamos na execução deste plano e assim o espaço aquaviário de Santarém ficaria organizado e os proprietários de embarcações de Santarém saberiam se organizar e atracar em locais corretos e embarcaria e desembarcaria seus passageiros e suas cargas de forma legal e organizada", informou Capitão Evandro.



Nível de subida do rio Tapajós já ultrapassa a marca de 2006

Figura 19: Nível de Subida do Rio Tapajós preocupa Marinha. Edição de 28 de Março a 3 de Abril de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Enchente deixa várias famílias desabrigadas na cidade

LÚCIO COSTA
DA VEIROS

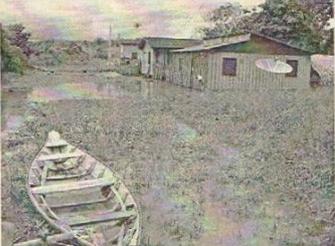
Homem tenta através de tecnologia prever certos fenômenos natureza, mas é bom que se que nunca vai saber mais se Deus. Os tempos furtivos porque a população do tempo eram poucas. Hoje, a população cresceu e tudo ficou mais fácil. Como os tempos mudam natureza, os fenômenos também aparecem pegando-nos de surpresa.

A enchente atual já se registra na das maiores da nossa região, assim também como já tivemos uma das maiores secas, e tudo isso acontece sem que os governantes possam fazer algo que se impeça esses catástrofes. Falando da cidade de Aveiro, praticamente vivemos em uma ilha, em volta da cidade, que poderia ser muito bem planejada área urbana da cidade, para que se evitassem com que, essas famílias, viessem sofrer com a subida das águas do Rio Tapajós. Mas nenhum Plano de Governo traz conteúdo o planejamento de uma estrutura física para a cidade de Aveiro.

Mostrando através das fotos casas, famílias saindo de seus locais, para residir em outros locais, casa de amigos, solicitando casas e locais desocupados. Essa semana como em outros anos temos acompanhado o sofrimento de diversas famílias nesse período de inverno. Ficamos sabendo através dos agentes de saúde que as famílias que moram nas áreas alagadas, o poder público está oferecendo um local que segundo informações a prefeitura comprou, para que as famílias saem desses locais e deixem suas casas, mas antes, tem que assinar um papel, se comprometendo que nunca, mas vão retornar para essas áreas.

Mas ai vem um porém, o caboclo sai, deixa a casa, que construiu com muito sacrifício, trabalhou longos anos de sua vida, deixando um trabalho de muitos anos. Segundo informações, existe uma proposta, se as pessoas quiserem sair do contrário sairão se quiserem, mas assinaram um termo de responsabilidade, se ficar no local. E tudo que acontecer é responsabilidade do proprietário.

Vem outra questão, se foi comprado uma área dentro da Floresta (Floresta Nacional) do Tapajós, não é crime? E resta saber quem é o proprietário dessa terra e, valor, para poder prestar conta com a população. Afinal de contas, se sabe que muita gente foi beneficiada com venda de terras dentro da Floresta. Ainda nessa semana estaremos percorrendo as áreas ribeirinhas do município de Aveiro.



Casas foram tomadas pelas águas do rio Tapajós em Aveiro

Figura 20: Enchente deixa várias famílias desabrigadas na cidade. Edição de 4 a 19 de Abril de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Os impactos primários e secundários foram recorrentes em 39% das publicações. Cerca de 36% das edições abordaram só o impacto secundário (Figura 21) ocasionados pelas inundações.



Figura 21: Comércio corre atrás de lucro perdido. Edição de 26 a 2 de Julho de 2009, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

A mudança da abordagem sobre o assunto no decorrer do tempo permitiu observar que a temática iniciou com publicações referentes ao fenômeno natural de forma pouco destacada e referiam-se à elevação do rio de forma gradual, ainda em Janeiro, na fase correspondente a Redução de Risco. Entretanto, de Fevereiro a Abril, após a ocorrência das primeiras inundações, os impactos primários se tornaram constantes, período que abrangeu parte da fase de Monitoramento de Desastre. A apresentação simultânea de ambos os impactos, primários e secundários, foram recorrentes entre Maio e Julho, quando publicações sobre ajuda aos desabrigados se tornaram mais repetitivas e as inundações mais intensas se mostraram recorrentes. De Agosto a Outubro, na fase Monitoramento dos Desastres, as edições observadas referiam-se aos impactos secundários, ou seja, as consequências indiretas das inundações. A partir de Novembro, o fenômeno natural começou a ser mencionado novamente, em um número reduzido de publicações, devido à proximidade do inverno amazônico.

O jornal seguiu um ciclo de publicações (Figura 22), onde as informações foram relatadas na medida em que aconteciam, e não se observou a intenção de

abordar o assunto inundações ou suas consequências antes da ocorrência do desastre, visando alertar o leitor antes da eminência do risco.

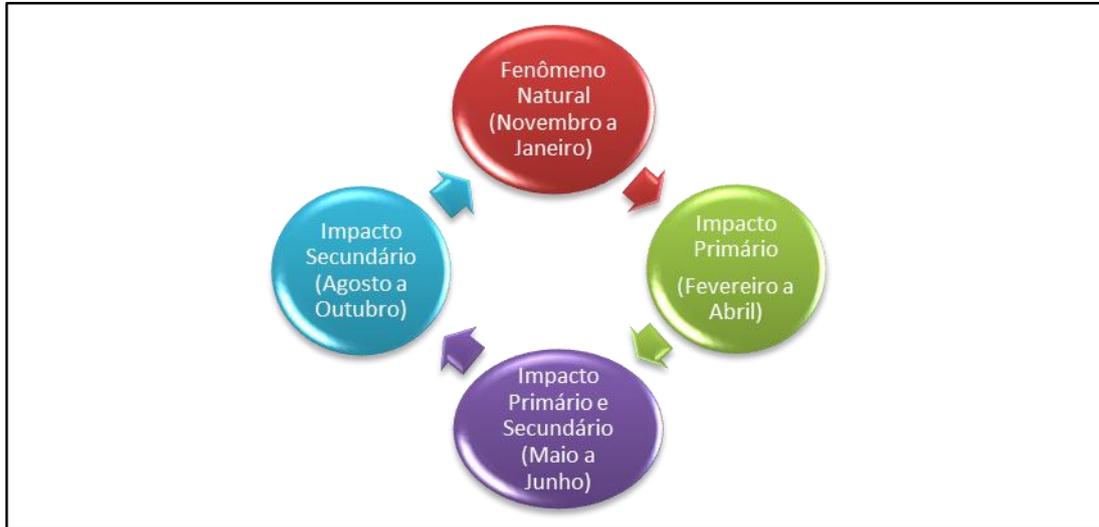


Figura 22: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2009).

Em 2010, dez publicações ocorreram na fase de Redução de Risco; cinco no período de Monitoramento de Desastre, e uma na Recuperação. Diferente do ano anterior, na primeira fase, a publicação de informações sobre inundações foi mais intensa. Já durante o Monitoramento de Desastre, as publicações sofreram um decréscimo. Porém, como não houve a incidência de muitas inundações no referido ano, o assunto foi sendo reduzido gradualmente. Apenas no mês de Novembro, o tema passou a ser tratado novamente. Desta forma, observou-se que o Jornal exerceu a função de preparar o leitor para o risco apenas nos primeiros meses do ano, porém no decorrer dos meses essa função deixou de ser efetuada (Tabela 9). Notou-se que 58% de todas as edições sobre o tema deram ênfase ao fenômeno natural, 17% das publicações abordaram o fenômeno natural e os impactos primários (Figura 23).



Figura 23: Defesa Civil monitora áreas de risco em Santarém. Edição de 5 a 11 de Fevereiro de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Aproximadamente 8% das publicações se limitaram aos impactos primários. O impacto secundário se destacou também em 8% das edições. A abordagem tanto dos impactos primários quanto secundários mais uma vez representaram 8% do todo (Figura 24).



Figura 24: Chuva deixa Novo Progresso embaixo d'água. Edição de 17 a 22 de Abril de 2010, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

A abordagem em 2010 foi limitada às publicações factuais, ou seja, enquanto o fenômeno natural estava ocorrendo se tornava notícia, quando não, era esquecido

pele jornal. Assim como foi observado em 2009, tal fator comprometeu a constante preparação do leitor.

Tabela 9: Transformação da abordagem do JSBA no decorrer do tempo (2010).

Edição de 2010		Temática principal e manchetes	Tipo de Abordagem
Janeiro	8 a 14	Vendas de final de ano aqueceram a economia local, após enchentes.	Secundário
	22 a 28	Tablado suscetível por conta das cheias/ Defesa civil monitora áreas de risco em Santarém	Secundário e fenômeno natural
29 de Janeiro a 4 de Fevereiro		Rio Tapajós sobe aos poucos	Fenômeno natural
Fevereiro	5 a 11	Governo preparado para enfrentar enchente/ 73 milhões serão utilizados em ações preventivas nos municípios	Fenômeno natural
	12 a 16	Comerciantes não estão com medo da cheia	Fenômeno natural
Abril	2 a 8	Cheia do rio é bem menor do que a de 2009	Fenômeno natural
	9 a 15	Chuva é tormento para bairro da periferia/ retirada de lixo das ruas e desobstrução da drenagem visando preparação para o inverno.	Primário secundário
	17 a 22	Chuva deixa Novo progresso debaixo da água	Primário
28 de Maio a 1 de Junho		Defesa civil monitora municípios atingidos por enchentes em 2009	Fenômeno natural
Agosto	10 a 26	Defesa civil firma parceria visando capacitar líderes de municípios caso ocorra evento adverso	Fenômeno natural
Outubro	8 a 14	Prefeitura continua trabalho nas vicinais após as enchentes	Secundário
29 de Outubro a 4 de Novembro		Trabalhos continuam antes das enxurradas	Fenômeno natural
Novembro	19 a 25	Fenômenos naturais preocupam: Enchente em 2009 e seca em 2010.	Fenômeno natural

Legenda: Fenômeno Natural: Matérias que abordam tão somente as inundações como temática principal; Impactos primários: Matérias que abordam os impactos provocados no momento das inundações; Impactos secundários: Matérias que abordam os impactos provocados indiretamente devido às inundações.

As informações sobre inundações em 2010 iniciaram-se ainda em Janeiro na fase Redução de Desastres, com ênfase aos impactos secundários. Isso ocorreu porque no mencionado mês, o JSBA ainda referiu-se as consequências das inundações de 2009. No decorrer de Janeiro e Fevereiro, a abordagem mais

recorrente passou a ter como tema central o próprio fenômeno natural inundação, sem observar impactos primários e secundários. Tal fator se deu em virtude da condição de alerta da população e do governo, após os danos provocados pelas inundações de 2009. Como o ano de 2010 foi marcado intensamente pela estiagem, a recorrência de informações sobre impactos primários e secundários diminuiu drasticamente em relação ao ano de 2009, os impactos divulgados no JSBA no referido ano eram relativos a outros municípios com ocorrência de inundações, por isso foram representados apenas por uma publicação no mês de Janeiro, Abril e Outubro. Desta forma, no decorrer de 2010, aos poucos o assunto deixou de ser relevante para o jornal. É importante ressaltar que o JSBA abordou o assunto praticamente todos os meses do ano, durante os dois anos analisados, a frequência contribuiu para que a Comunicação de Risco se mostrasse mais efetiva. Observou-se, desta forma, o seguinte ciclo da memória midiática (Figura 25).

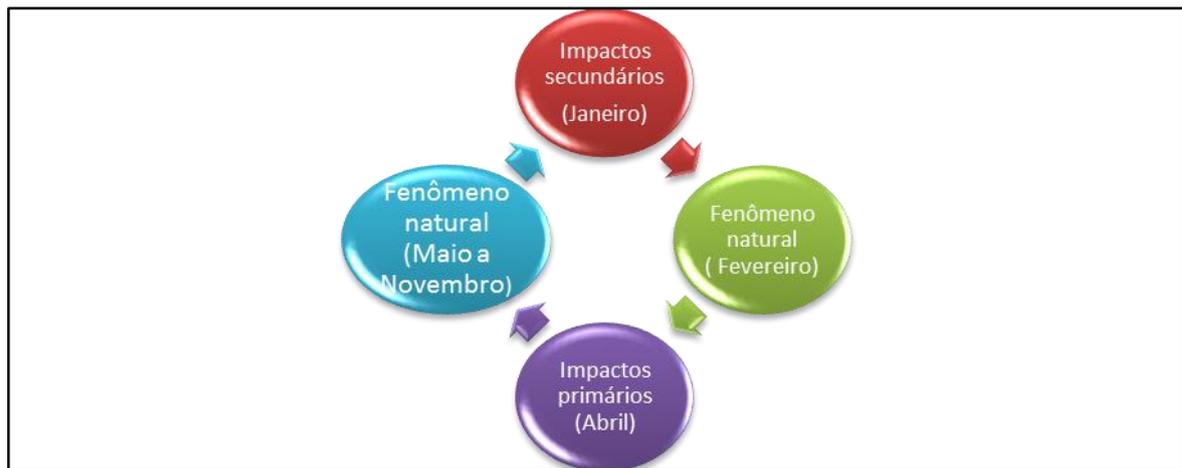


Figura 25: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2010).

6.2 Análise do jornal correio do Tocantins (2009-2010)

6.2.1 Avaliação do número

Em 2009, o Jornal Correio do Tocantins (JCT), apresentou 77 publicações referentes ao tema inundação (Figura 26). Mostrou-se evidente o aumento do número de publicações em Maio, coincidindo com os altos níveis das cotas fluviométricas do rio Tocantins e a maior incidência de inundações. Em 2010, 26 publicações sobre inundações foram quantificadas no JCT (Figura 26). Os meses de Janeiro e Fevereiro de 2010 apresentaram número maior de publicações se

comparado a 2009. Em 2010, o mês de Abril mostrou a maior incidência de publicações sobre inundações (28% do total). Observou-se também o decréscimo das edições a partir de Maio, chegando à ausência de edições sobre a temática nos meses de Junho a Novembro.

A maior incidência da temática apenas no período de inundações e a pouca ou nenhuma abordagem do tema nos meses de reduzida ocorrência do fenômeno natural foi um fator que comprometeu a Gestão de Risco, visto que a comunicação se deu em meses pontuais e não no ano inteiro, como deveria se apresentar para ser efetiva, visto que a frequência da informação é essencial para manter os leitores atentos ao fenômeno natural.



Figura 26: Número de Publicações do JCT (2009-2010).

6.2.2 Avaliação do conteúdo

CLASSIFICAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

Em 2009, das 77 publicações efetuadas, 29 foram classificadas como reportagens, 28 como notícias, 18 como notas, uma como release e uma como artigo. O maior número de abordagens sobre inundações ocorreu em Maio, sendo 42% caracterizadas como notícia e 39% como reportagem (Tabela 10).

Tabela 10: Classificação das publicações segundo a ocorrência no JCT (2009).

Edição do Jornal 2009		Classificação das publicações		
		Reportagem	Notícia	Nota/artigo
Janeiro	6 a 7	0	0	2
	7 a 8	0	1	0
	17 a 19	0	1	0
	24 a 26	0	0	1
Fevereiro	5 a 6	0	1	0
	12 a 14	0	0	1
	21 a 25	0	1	0
	26 e 27	1	0	0
28 de Fevereiro a 2 de Março		0	1	1
Abril	16 a 17	1	0	0
	28 e 29	1	0	1
Maio	2 a 4	1	0	1
	5 e 6	1	1	1
	7 e 8	7	3	5
	9 a 11	4	4	4
	12 e 13	1	2	1
	14 a 15	0	4	0
	19 a 20	0	1	0
	21 a 22	1	0	3
	23 a 25	0	1	0
	26 a 27	1	0	0
30 de Maio a 1 de Junho		1	0	0
Junho	4 a 5	0	1	0
	11 a 12	1	0	0
Julho	4 a 6	0	0	2
	23 a 24	1	0	0
Agosto	15 a 17	1	0	0
Dezembro	19 a 21	1	0	0
	22 a 23	1	0	0

Em 2010, das 26 publicações sobre inundações no JCT, 11 foram classificadas como reportagens, seis como notícias, nove como notas e uma como artigo (Tabela 11). O mês de Abril apresentou o maior número de reportagens, seguido do mês de Janeiro e Fevereiro, 27% das publicações de ambos os meses tiveram esse tipo de classificação.

Tabela 11: Classificação das publicações segundo a ocorrência no JCT (2010).

Edição de 2010		Classificação da publicação		
		Reportagem	Notícia	Nota
Janeiro	5 a 6	1	0	0
	7 a 8	0	0	0
	9 a 11	0	1	0
	14 a 15	0	1	0
	21 a 22	1	0	0
	28 a 29	1	0	0
30 de Janeiro a 1 de Fevereiro		1	0	0

Fevereiro	4 a 5	1	0	0
	11 a 12	0	0	1
	16 a 17	1	0	0
Abril	5 a 7	0	0	1
	8 a 9	0	2	0
	10 a 12	0	0	1
	13 a 14	1	0	0
	15 a 16	1	0	0
	17 a 19	1	1	0
	20 a 21	0	0	1
	22 a 23	1	0	0
	24 a 26	0	0	1
Maio	4 a 5	0	0	3
Dezembro	18 a 20	1	0	0

Quando comparado ao ano anterior, 2010 apresentou uma grande mudança. Em 2009, o mês de Maio foi o que possuiu o maior número de publicações, particularmente reportagens, entretanto, em Maio de 2010 registraram-se poucas abordagens sobre a temática, todas classificadas como notas. Desta forma, mais uma vez observou-se que a profundidade do assunto abordado foi diretamente proporcional a ocorrência de inundações, este fator impossibilitou o alerta da constante dos leitores sobre o assunto, afinal quanto maior fosse o conhecimento sobre o risco e as consequências enfrentadas, maior seria a possibilidade de uma Comunicação de Risco eficiente.

ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES E SUJEITO DO DISCURSO

Em 2009, o JCT privilegiou publicações próprias. Das 77 publicações analisadas, 67 possuíram como produtor de informação o próprio jornal, oito foram notícias provenientes de assessorias de comunicação e duas tiveram como fonte agências de informação. Em 2010, a maioria das abordagens sobre inundações teve como origem da informação o próprio JCT, que mostrou ser produtor de 24 das 26 publicações apresentadas, por isso também considerado o principal sujeito do discurso jornalístico do JCT. Apenas uma informação teve como origem a assessoria de comunicação e uma publicação foi produzida por outros meios de informação (Figura 27). A partir da avaliação dos dados observou-se que o principal produtor de informações foi o JCT, o que o responsabiliza totalmente pela produção eficiente ou não da Comunicação de Risco efetuada pelo jornal no referido período.

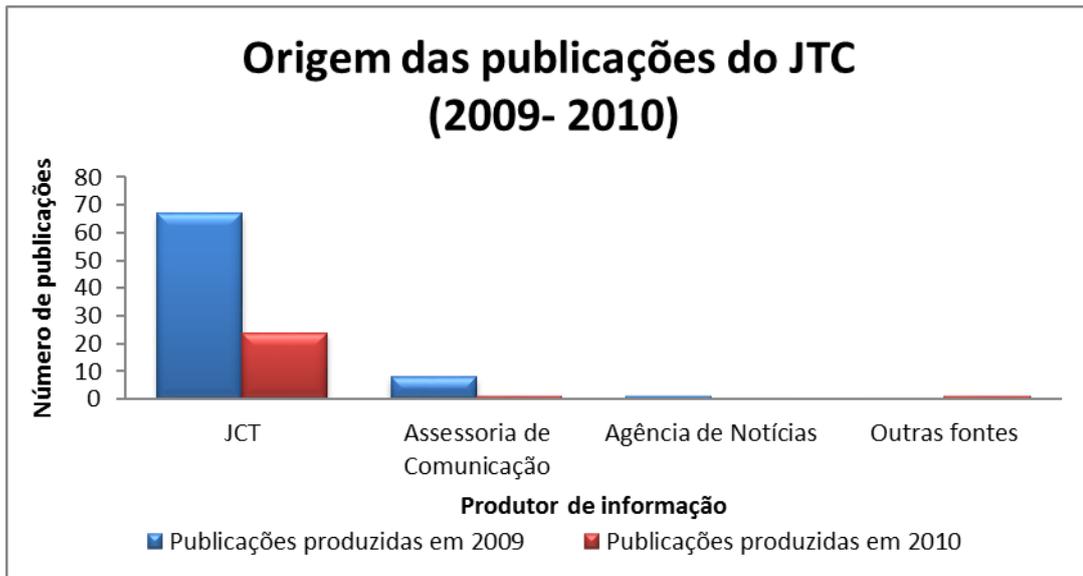


Figura 27: Origem das publicações do JTC (2009-2010).

CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Das 77 publicações analisadas em 2009, 65 usaram entrevistados para corroborarem o discurso jornalístico e 12 não usaram fonte alguma, limitando-se unicamente ao ponto de vista do próprio jornal. As fontes das 65 publicações foram distribuídas da seguinte forma: 36% eram autoridades ou personalidades ligadas ao governo, 16% das fontes eram representantes da Defesa Civil, 35% tratavam-se de pessoas da comunidade ou moradores afetados direta ou indiretamente pelas inundações, e os empresários entrevistados representaram 13%. Nenhum especialista ou pesquisador foi entrevistado. Em 2010, das 26 publicações analisadas, 23 usaram entrevistados para corroborarem o discurso jornalístico. O total de entrevistados se distribuiu da seguinte forma: 2% eram autoridades ou personalidades ligadas ao governo, 41% eram representantes da Defesa Civil, 32% tratavam-se de pessoas da comunidade ou moradores locais, os empresários somaram 4%, e os especialistas 2%.

Em 2009 os principais entrevistados sobre o assunto foram autoridades, diferente de 2010 quando foi a Defesa Civil, isso se deve ao fato da realização de ações preventivas efetuadas pela instituição ainda no início do referido ano e também pelo fato dos representantes da instituição terem sido entrevistados durante as inundações ocorridas em Abril. Partindo-se do pressuposto de que a Defesa Civil

é um órgão especializado no assunto, as entrevistas que mais contribuíram para a compreensão do leitor do fenômeno inundação ocorreram em 2010. Portanto, considerando-se os critérios da Comunicação de Risco eficiente notou-se que o ano de 2010 apresentou melhores resultados do que 2009, no que diz respeito aos entrevistados.

VOZES PRIVILEGIADAS E VOZES EXCLUIDAS

O principal discurso evidenciado em todas as publicações em 2009 teve como enfoque a destruição causada pelas inundações e a reconstrução social promovida pelo Governo. Porém, em 2010 um conteúdo mais técnico sobre o assunto passou a ser divulgado em virtude da voz mais privilegiada no decorrer do ano ter sido a Defesa Civil .

As vozes excluídas do discurso foram os posicionamentos científicos acerca do fenômeno natural inundação em ambos os anos analisados.

ARGUMENTOS SUGERIDOS

Em 2009, 37% das publicações tiveram argumentos negativos em relação ao tema inundações, a maior recorrência de abordagens enfocou os danos provocados pelo fenômeno natural (Figura 28).



Figura 28: Enchente continua a oferecer perigo. Edição de 12 a 14 de Fevereiro de 2009, Jornal Correio do Tocantins.

Aproximadamente 39% dos argumentos se mostraram neutros e 23% foram positivos, devido terem ressaltado a ajuda do governo ou empresários aos atingidos pelas inundações (Figura 29).

Em 2010, 52% das publicações apresentaram argumentos negativos (Figura 30), 30% neutros e 18% positivos. O número alto de argumentos negativos foi devido à ocorrência de inundações e impactos primários decorrentes do fenômeno natural no referido ano. O número de argumentos positivos diminuiu em relação ao ano de 2009, isso ocorreu porque a inundação de 2010 gerou menos impactos secundários.

ENCHENTE • Dois secretários estaduais visitaram o município acompanhados do prefeito

GARANTIDO APOIO DO ESTADO A MARABÁ

Duas mil cestas básicas, mais um kit com 15 mil colchões, mosquiteiros, filtros de água e hipoclorito de sódio, para tratar água, entre outros. Essa é a ajuda prometida pelo governo do Pará para auxílio aos flagelados da cheia dos rios Tocantins e Itacaitinas em Marabá. O anúncio foi feito ao prefeito Maurino Magalhães após visita dos secretários estaduais de Desenvolvimento Urbano, Suely Oliveira, e Integração Regional, André Farias, ao município no sábado (9).

Os secretários, juntamente com o prefeito e membros da Defesa Civil, percorreram de lancha áreas atingidas pela enchente e os abrigos. Os secretários vieram avaliar o quadro da enchente no município e anunciar a ajuda do governo do Estado.

O kit chega nesta terça-feira (12) a Marabá e junto com as cestas básicas serão distribuídos a população afetada pela enchente em parceria com a prefeitura, que já vem dando socorro aos flagelados. Além desse auxílio, está em andamento a *Campanha SOS Marabá*, lançada na última sexta-feira pela Secap (Secretaria de Assistência Social do município), para colher doativos em prol das vítimas da enchente.

O próprio prefeito reconhece que toda essa junção de esforços ainda não vai resolver o problema dos desabrigados, principalmente pela menor qualidade de vida que estão tendo nesse momento, mas que ajuda a amenizar as necessidades. "Estamos fa-



Em lancha do Corpo de Bombeiros, Suely, Maurino e André Farias visitam áreas alagadas

água tenha atingido as obras das casas que estão sendo construídas com recurso do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no Francisco Coelho. Ela lembrou que a obra já foi projetada com uma margem de segurança contra a enchente.

"Se a gente vendo para crer que a água tomou toda aquela área. Vi fotos da enchente, inclusive a que usamos no projeto lá do bairro mostra as ruas alagadas, mas não imaginava que a cidade era afetada dessa maneira", comentou.

No Santa Rosa, Maurino mostrou aos secretários que a água já tomou praticamente todo o bairro. Na passagem pelas ruas submersas, eles conversaram com moradores que não abandonaram as suas casas. Maurino os tranquilizou, dizendo

acolhê-los até o fim da enchente.

Abrigos

Após avaliar a situação da Velha Marabá, o prefeito e os secretários visitaram o abrigo montado no campo do Pipocão, no Bom Planalto, Núcleo Cidade Nova. Em cada barraco, conversaram com os desabrigados e anunciaram a ajuda que vão receber do Estado. Os flagelados aproveitaram a presença do prefeito, para agradecer a preocupação dele em colocar a estrutura do município para ajudar no que é preciso. "É a primeira vez que um prefeito realmente se preocupa com a gente", afirmou Kelly Soares de Souza, que está com os sete filhos no abrigo.

Os desabrigados pediram mais lona plástica e madeira para montagem de barracos. Maurino, alias,

que a prefeitura vem fazendo de coleta de lixo nas áreas afetadas pela enchente e também de transporte dos necessitados.

Ainda de acordo com ele, a Defesa Civil do município tem um quadro pessoal experiente, inclusive o gerente é oriundo do Corpo de Bombeiros, o que facilita as ações. André ressaltou que outros 32 municípios no Pará sofrem com as enchentes, muitos em situação pior que Marabá, como na região oeste do Estado.

Inclusive, adiantou, que nesta quinta-feira (14) Ana Júlia visita essa região na companhia do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que deve anunciar a ajuda que o governo federal dará ao Estado para socorrer aos desabrigados. Faria garantiu que isso já é resultado do

ESTADOS

Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia voltaram

a receber chuvas ontem

Os estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia voltaram a receber chuvas ontem. O Nordeste do País no começo desta semana, segundo o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), com destaque para as chuvas no nordeste da Bahia, Sergipe e Alagoas. Entre nordeste do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio

Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e nordeste da Bahia, incluindo o Recôncavo Baiano, têm tido chuvas significativas. Ceará, Bahia, Maranhão e Piauí são alguns dos Estados mais atingidos pelas chuvas nas últimas semanas no País, temporais que provocaram enchentes e mortes, deixa-

Cerca de 2.600 quilos de alimentos foram distribuídos no domingo às vítimas das enchentes nas comunidades Alegria e Humaitá, zona sul de Teresina, no Piauí. Plantações de arroz, milho, mandioca e feijão foram levadas pelas enchentes, segundo informações da Defesa Civil do Estado, que organizou a distribuição das doações.

Segundo dados da Defesa Civil, 37 municípios estão em situação de emergência por conta das chuvas, que já afetaram 69.155 pessoas. Deste total, 4.149 estão desabrigados e 9.681 estão desalojados. (AÉ)

BRASÍLIA

Lula quer Medida Provisória para recuperar os estragos das chuvas no

Nordeste

O presidente Lula, para Lula, o momento atual deve ser usado por prefeitos e governadores, além da própria Defesa Civil, para fazer levantamentos dos estragos provocados pelas en-

Figura 29: Garantido o apoio do Estado a Marabá. Edição de 12 a 13 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins.



Figura 30: Rios continuam a subir e desabrigar. Edição de 9 a 11 de Janeiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins.

TIPO DE ENUNCIADO

Todas expressões usadas para definir o fenômeno natural ocorrido em 2009 foram “enchente” e “cheia” (Figura 31), utilizadas erroneamente como sinônimo de inundações. Em 2010 ocorreu o mesmo: “enchentes” e “cheia” (96%) (Figura 32). Já o termo inundação, foi recorrente em 4% das publicações. Em ambos os anos, o enunciado de inundações foi equivocado, o que comprometeu a compreensão do leitor do JCT sobre a ameaça que enfrentava e caracterizou uma ineficiente Comunicação de Risco.



Figura 31: Enchente desabriga quase 700 em Marabá. Edição de 12 a 13 de Abril de 2010, Jornal Correio do Tocantins.



Figura 32: Enchente atinge novas áreas. Edição de 2 a 4 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins.

LUGAR DE OCORRÊNCIA DA NOTÍCIA

Em 2009, Marabá foi a localidade onde a temática foi mais abordada (96% das publicações), sendo os demais municípios mencionados: Itupiranga (2%), Tucuruí (1%), Parauapebas (1%). Apesar de outros municípios, como Santarém e Altamira, serem citados em algumas publicações, não houve matéria que se que abordasse as inundações apenas nestes municípios. Em 2010, a maioria das publicações sobre inundações também teve como localidade mais abordada a cidade

de Marabá (92% das publicações), sendo as demais localidades mencionadas Parauapebas (1%), Eldorado de Carajás (7%).

6.2.3 Avaliação da forma

Em 2009, na avaliação do recurso gráfico das publicações registraram-se 80 fotos, que principalmente mostravam ruas e casas inundadas. Todos os títulos de todas as publicações se apresentaram em negrito e na cor preta. O ápice da utilização de recursos gráficos ocorreu no mês de Maio, quando uma única edição publicou 22 fotos referentes às inundações e um anexo sobre a incidência do fenômeno natural composto por 10 fotos áreas de Marabá inundada. A partir de Fevereiro, a informação passou a ser relatada com crescente destaque no jornal, entretanto, foi apenas em Maio que o assunto se tornou recorrente nas manchetes. A partir de Junho observou-se uma regressão na forma, o número de recursos gráficos nas matérias que abordavam a temática diminuiu e o assunto sumiu das manchetes. Entretanto, torna-se relevante ressaltar que praticamente todas as publicações sobre inundações foram acompanhadas de algum tipo de recurso gráfico (foto, caixa de texto, tabela), mesmo nos meses em que o fenômeno natural não foi tão incidente, o que constantemente chamou a atenção do leitor para o assunto referente ao risco e caracteriza um elemento indispensável para que a Comunicação de Risco seja eficiente (Tabela 12).

Tabela 12: Recursos gráficos utilizados no JCT (2009).

Edição de 2009		Recursos Gráficos		
		Foto	Caixa de Texto	Tabela
Janeiro	6 a 7	0	0	0
	7 a 8	2	0	0
	17 a 19	1	0	0
	24 a 26	0	0	0
Fevereiro	5 a 6 de	1	0	0
	12 a 14	0	0	1
	21 a 25	1	0	0
	26 e 27	2	0	0
28 de Fevereiro a 2 de Março		4	0	0
Abril	16 a 17	3	1	0
	28 a 29	4	0	0
Maio	2 a 4	9	0	0
	5 e 6	9	0	0
	7 e 8	22	1	0
	9 a 11	10	0	0
	12 e 13	4	0	0
	14 a 15	4	0	0
	19 a 20	1	0	0

	21 a 22	3	0	0
	23 a 25	1	0	0
	26 a 27	1	0	0
30 de Maio a 1 de Junho		1	0	0
Junho	4 a 5 de	1	0	0
	11 a 12	1	0	0
Julho	4 a 6 de	0	0	0
	23 a 24	1	0	0
Agosto	15 a 17	1	0	0
Dezembro	19 a 21	2	1	0
	22 a 23	1	0	0

Em 2010, 30 fotos foram registradas nas publicações, sendo que a maior parte dos recursos gráficos (67%) foram encontrados em Abril, o mês de incidência das inundações. Houve um aumento das publicações feitas em Janeiro, quando comparado ao ano de 2009. Enquanto foram publicadas apenas três fotos em Janeiro de 2009, no referido mês em 2010 foram publicadas 11 fotos. Entretanto, Fevereiro de 2010 apresentou um número de elementos gráficos inferior ao ano anterior (Tabela 13). Observou-se que o maior destaque da publicação coincidiu com os meses de maior ocorrência de inundações, em detrimento dos outros meses do ano analisado. Essa constatação mostrou que o destaque conferido ao JCT no ano de 2010 foi ineficiente no que se refere à Comunicação de Risco, que deve possuir destaque constante das informações o ano inteiro. Portanto, comparando os dois anos, o destaque da informação foi mais eficiente em 2009.

Tabela 13: Recursos gráficos utilizados no JCT (2010).

Edição de 2010		Recursos Gráficos		
		Foto	Caixa de Texto	Tabela
Janeiro	5 a 6	4	0	0
	7 a 8	0	0	0
	9 a 11	1	0	0
	14 a 15	1	0	0
	21 a 22	1	1	0
	28 a 29	1	0	1
30 de Janeiro a 1 de Fevereiro		1	0	0
Fevereiro	4 a 5	1	0	0
	11 a 12	0	0	1
	16 a 17	3	0	0
Abril	5 a 7	0	0	0
	8 a 9	4	0	1
	10 a 12	0	0	0
	13 a 14	4	0	0
	15 a 16	4	0	0
	17 a 19	3	0	0
	20 a 21	0	0	0
	22 a 23	4	0	1

	24 a 26	1	0	0
Maio	4 a 5	0	0	0
Dezembro	18 a 20	6	0	0

PUBLICAÇÕES EM PÁGINAS ÍMPARES

Cerca de 68% das publicações de 2009 se concentraram em páginas ímpares, particularmente no mês de Maio. Em 2010, das 26 publicações analisadas sobre inundação, 65% encontravam-se em páginas ímpares. O JCT conferiu mais visibilidade as informações sobre inundações em 2009 do que no ano de 2010 (Figura 33), devido ao grande índice pluviométrico de Marabá em 2009. Sendo assim, a informação ficou em maior destaque principalmente em Maio de 2009, mas nos outros meses o destaque foi reduzido e o assunto caiu no esquecimento, comprometendo a Comunicação de Risco feita de forma eficiente, visto que quanto mais destacada estivesse a informação, maior seria a possibilidade do leitor observar e compreender a temática e, assim, se manter em constante alerta para o risco.

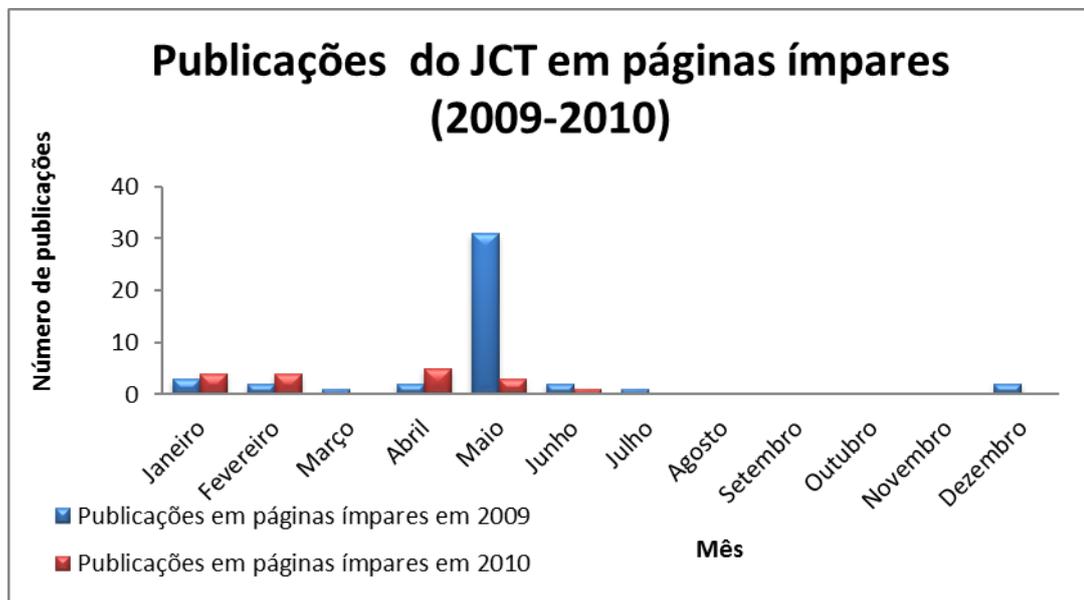


Figura 33: Publicações do JCT em páginas ímpares (2009-2010).

6.2.4 Avaliação da memória midiática

Em 2009, as publicações ficaram distribuídas da seguinte forma no decorrer das fases da Gestão de Risco: sete publicações na fase de Redução de Risco, 65

no período de Monitoramento de Desastre, e quatro na Recuperação. Na avaliação das publicações observou-se a transformação da abordagem no decorrer do tempo. Aproximadamente 15% das edições referiram-se somente ao fenômeno natural inundação (Figura 34), recorrentes nos meses de Janeiro e Fevereiro (fase de Redução de Risco). Aproximadamente 7% abordaram o fenômeno natural e os impactos primários provocados por ele, particularmente nos meses de Março a Maio (fase de Monitoramento de Desastre). Apenas 4% das edições abordaram o fenômeno natural e o impacto secundário. Cerca de 7% enfocaram tanto o fenômeno natural, quanto o impacto primário e secundário.



Figura 34: Marabá em emergência com Rio acima de 12 metros. Edição de 12 a 14 de Fevereiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins.

Em 22% os impactos primários são evidenciados. Os impactos primários e secundários foram notórios em 7% das publicações de uma mesma edição do jornal (Figura 35).

CHEIA ATINGE 5.700 FAMÍLIAS

Chega a 5.700 famílias de famílias flageladas pela cheia dos rios Tocantins e Itacaitanas em Maranhão. A estimativa preliminar, após alguns levantamentos, foi confirmada nesta quinta-feira (13) pela Comissão Coordenadora Municipal de Defesa Civil. O alívio nas últimas 48 horas veio com o recuo do nível das águas que chegou a atingir 12,70 metros de elevação e sem ambrósio em 12,20 metros. O fluxo de vazões da Eletrobras prevê que o recuo se manterá até 11,08 metros no dia 18 de maio.

O leve recuo do nível ainda não tranquiliza a situação em Maranhão, uma vez que as cheias continuam atingindo a região e principalmente regiões de rios afluentes do Tocantins e Itacaitana.

Segundo o levantamento da Comissão, grande parte das edificações está abrigadas em casas de parentes, amigos ou conhecidos de abrigos; nos abrigos de responsabilidade da administração municipal estão 400 famílias, o que corresponde a mais ou menos duas mil pessoas, consideradas como a parte mais frágil dessa situação sazonal.

Previsão

A previsão da Eletrobras para os próximos dias é que o rio Tocantins continue a baixar em uma média diária de 1 a 10 centímetros. Para hoje a previsão é que o rio retorne a 12,13 metros e há a esperança de que não haja refluxo da cheia. Apesar da boa notícia, a Defesa Civil alerta a população que deve se deslocar para as áreas de voluntários e receberem o rio venha voltado ao nível normal.

Muitas doenças podem ser transmitidas por meio da água contaminada, como por exemplo, a leptospirose, que é transmitida ao homem através da



HIPERTENSÃO
Município intensifica campanha de controle e prevenção do diabetes

Está em andamento nos pontos de saúde e em casa. A campanha de prevenção de hipertensão arterial e diabetes, por sua vez, agrava a intolerância à glicose.

No Brasil, a hipertensão e o diabetes são problemas prioritários. Por isso, o governo municipal, através da SMS Secretária Municipal de Saúde, realiza em todas as suas ações o teste de PA, Pressão Arterial e glicemia.

O diabetes é mais comum em pessoas que têm parentes com história da doença, quem está com excesso de peso (especialmente do tipo abdominal), vida sedentária e tem mais de 35 anos e ainda não fez tratamento para prevenção de diabetes, como o teste de glicemia e acidente vascular cerebral, além de afetar também os membros inferiores.

Na avaliação feita durante o ano, 306 das pessoas que mostram alteração, assim como 110 das que foram teste de glicemia, também não estavam com a taxa de glicose normal.

Segundo dados médicos, a hipertensão, quando não vista, crônica, eleva o risco de doenças em pessoas com diabetes e aumenta o risco de acidente vascular cerebral e doença coronária.

Geralmente, quando o diabetes e a hipertensão já existem em dois pacientes, que refere a associação de doenças entre as duas enfermidades.

Veja no quadro a previsão da Eletrobras para os próximos cinco dias:

DATA	TUCURUI	MARABÁ
14	11,69	12,13
15	11,55	12,07
16	11,50	12,05
17	11,32	12,02
18	11,42	11,98
Nível de alerta	10	10

Figura 35: Cheia atinge 5.700 famílias. Edição de 14 a 15 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins.

Cerca de 37% das edições abordaram somente os impactos secundários (Figura 36) ocasionados pelas inundações, e foram publicadas no período de Maio a Agosto (abrangendo parte do período de Monitoramento de Desastre e toda a fase de Recuperação). Tal fator ocorreu devido às consequências indiretas às inundações terem sido tão intensas que perduraram por meses no referido ano. Os resultados comprovaram que as publicações seguiram o mesmo ciclo das inundações.



Figura 36: Marabá lança SOS para os desabrigados. Edição de 9 a 11 de Maio de 2009, Jornal Correio do Tocantins.

As informações sobre a temática iniciaram relatando o fenômeno natural e posteriormente suas consequências primárias e secundárias (Tabela 14). Por isso, observou-se que o JCT em 2009 foi factual e divulgou informações sobre o fenômeno apenas no momento em que o risco estava ocorrendo, não houve preocupação em divulgar publicações sobre a temática com antecedência, um fator que comprovou isso foi a ausência de abordagens sobre o assunto assim que as consequências do fenômeno foram reduzidas, o que comprometeu a efetividade da Comunicação de Risco, visto que para preparar a população para o desastre é necessário que as informações sobre o fenômeno sejam constantes.

O ciclo da memória midiática apresentado comprometeu a adesão do leitor aos objetivos determinados em cada fase da Gestão de Risco e consequentemente aumentou a vulnerabilidade de pessoas expostas ao desastre.

Tabela 14: Transformação da abordagem do JCT no decorrer do tempo (2009).

Edição de 2009		Tema principal e manchetes	Tipo de Abordagem
Janeiro	6 a 7	Cheia	Fenômeno natural
	7 a 8	Prefeitura estuda construir abrigo para atingidos pelas enchentes	Primário
	17 a 19	Defesa Civil define área para desabrigados.	Primário
	24 a 26	Imprevisibilidade das enchentes	Fenômeno natural
Fevereiro	5 a 6 de	Defesa Civil estadual capacita técnicos	Primário
	12 a 14	Aumento do nível do Rio	Fenômeno natural
	21 a 25	Rio continua subindo	Fenômeno natural
	26 e 27	Rio chega a 9 metros e defesa civil está alerta	Fenômeno natural
28 de Fevereiro a 2 de Março		Itacaiúnas transborda e desabriga.	Fenômeno natural e Primário.
Abril	16 a 17	Rio Ultrapassa Nível e já deixa desabrigados.	Fenômeno natural e Primário
	28 e 29	Rio deve ultrapassar os 11 metros	Fenômeno natural
Maio	2 a 4	Enchente atinge novas casas	Impacto Primário
	5 e 6	Iniciado atendimento de saúde aos flagelados/ Nível do Rio Tocantins sobe/ Município intensifica socorro aos desabrigados/	Fenômeno natural, primário e secundário.
	7 a 8	<ul style="list-style-type: none"> • Marabá pode ficar sem combustível devido as enchentes. • Enchente pode obrigar transferência do Hospital Municipal. • Cidadãos reclamam dos perigos trazidos pelas enchentes. • Dificuldades para descarregar o lixo nas enchentes. • Falta de conhecimento técnico da prefeitura dificulta repasse de verba aos desabrigados. • Enchente facilita extração ilegal de areia do rio Itacaiunas. • Trechos inundados podem ser foco de endemia. • Enchente de 2009 pode ser a maior dos últimos anos. • Torneio dos Flagelados vai arrecadar alimentos. • Vereadores ajudam vítimas de enchentes. • Itacaiúnas desabriga família/ População se surpreende com a enchente 	Primário e secundário
	9 a 11	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão para tratar da saúde dos desabrigados reúne com vereadores • Correio do Tocantins conclama leitores para solidariedade aos desabrigados • Rua alagada pela cheia do rio/Chuvvas tendem a diminuir. • Ferrovia segue interditada e compromete abastecimento. 	Primário e secundário

		<ul style="list-style-type: none"> • Vida continua em meio a enchente. • Escola tenta manter aulas mesmo ameaçada com a cheia. • Lançada a campanha SOS Marabá. • Mesmo com as enchentes, dia das mães está sendo de resultados no comércio. 	
Maio	12 e 13	<ul style="list-style-type: none"> • SOS Marabá conclama população a ajudar famílias desabrigadas. • Garantido o apoio do Estado aos flagelados de Marabá. • Prefeito Solicita a retirada de animais domésticos de abrigo das enchentes. • Estado vai doar 2 mil cestas de alimentos aos desabrigados. 	Secundário
	14 a 15	<ul style="list-style-type: none"> • Chuva forte deve continuar no Norte. • Cheia atinge 5.700 famílias. • Cestas Básicas já estão sendo distribuídas. • Bombeiros de Marabá serão imunizados antes de trabalharem em meio a enchente 	Fenômeno natural, primário e secundário.
	19 a 20	Começa nesta quinta a distribuição de ajuda	Impacto secundário.
	21 a 22	Repique do rio Tocantins/ Orientações sobre como conseguir os kits da Defesa Civil.	Fenômeno natural e secundário
	23 a 25	Vale doa cestas básicas para desabrigados em 3 estados	Secundário
	26 a 27	Evento evangélico arrecada alimentos para desabrigados pelas cheias	Secundário
30 de Maio a 1 de Junho	Ação de Marabá em favor dos flagelados	Secundário	
Junho	4 a 5	Desbravadores trocam jornais por alimento para desabrigados	Secundário
	11 a 12	Depois das enchentes, times voltam a usar o estádio de futebol.	Secundário
Julho	4 a 6	Seasp divulga relatório dos auxiliados nas enchentes	Secundário
	23 a 24	Continua o mutirão de obras depois das enchentes	Secundário
Agosto	15 a 17	Secretário faz diagnóstico da saúde	Secundário
Dezembro	19 a 21	Comércio com vendas aquecidas após as enchentes	Secundário
	22 a 23	General faz avaliação positiva da atuação da Defesa Civil no período das enchentes	Secundário

Legenda: Fenômeno Natural: Matérias que abordam tão somente as inundações como temática principal; Impactos primários: Matérias que abordam os impactos provocados no momento das inundações; Impactos secundários: Matérias que abordam os impactos provocados indiretamente devido às inundações.

A temática seguiu o seguinte ciclo da memória midiática no Jornal Correio do Tocantins (Figura 37).



Figura 37: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2009).

A memória midiática do jornal permitiu destacar em 2009, o surgimento de um novo elemento: o período do “esquecimento midiático”, que se definiu como a ausência da temática inundações por três meses ou mais. O elemento do “esquecimento midiático” ocorreu no período de Setembro a Novembro, em que não foram observadas publicações referentes ao tema no Jornal Correio do Tocantins.

Em 2010, a distribuição das publicações feitas no decorrer das fases da Gestão de Risco foi a seguinte: oito na fase de Redução de Risco; 15 no período de Monitoramento de Desastre e apenas uma na Recuperação. Em relação ao número total de publicações de 2010 sobre o tema, notou-se maior quantidade de informações sobre o assunto no período de Redução de Risco. Porém, se comparado à quantidade de publicações no mesmo período em 2009, chega-se a conclusão de que o número de publicações durante tal fase permaneceu praticamente o mesmo. Ainda por comparação, notou-se que a quantidade de publicações foi reduzida no período de Monitoramento de Desastre e Recuperação. Tal fator deveu-se a diminuição dos índices pluviométricos de Marabá no referido ano. Dentre todas as publicações, 48% referiam-se principalmente ao fenômeno natural inundações. 5% mencionaram não só o fenômeno natural, mas também os impactos primários.

O fenômeno natural (Figura 38) e os impactos secundários foram mencionados em 5%. Os impactos primários foram o assunto principal abordado em 23% das edições. Já os impactos primários e secundários foram evidenciados em uma mesma publicação em 5% das edições.



Figura 38: Elevação dos rios é preocupante. Edição de 5 a 6 de Janeiro de 2010, Jornal Correio do Tocantins.

Os impactos secundários (Figura 39) eram o tema central em 15% das publicações. Observou-se em 2010 uma abordagem semelhante a avaliada em 2009. Novamente o ciclo da memória midiática seguiu o ciclo das inundações, e assim que as consequências do fenômeno foram reduzidas, a propagação sobre o assunto se findou, caracterizando a fase do “esquecimento midiático”, fator que contribuiu para comprometimento do constante alerta do leitor em meio à situação de perigo ao qual estava submetido.

Defesa Civil garante que famílias vão receber ajuda

Cestas-básicas chegam aos abrigos oficiais na segunda-feira

Já as famílias que estão em abrigos públicos oficiais e não-oficiais vão receber ajuda da Prefeitura de Marabá. A informação vem da coordenação da Defesa Civil Municipal, a qual sempre atua que a partir de segunda-feira (15), a Associação Maranhense de Assistência Social (Socaj) vai começar a distribuir 300 cestas-básicas às famílias abrigadas pelo enchente.

De acordo com João Pires, coordenador da Defesa Civil, a distribuição das cestas será feita nos abrigos públicos oficiais, a começar pelo da Folha 16, assim que esse foi o primeiro local montado para receber as famílias. "Vale dizer que as pessoas que estão em abrigos não-oficiais também serão atendidas", assegura, acrescentando que até a manhã de segunda-feira (15), a Defesa Civil havia consultado

as famílias que estão em abrigos públicos oficiais e 34 não-oficiais.

Confirmando João Pires, até o momento, a Prefeitura vem levando "a situação da enchente nos olhos". "Os serviços, com poucos recursos, apesar de 24 câmeras em pontos estratégicos, sendo atendidas as famílias, de forma que são poucos os voluntários

do Corpo de Bombeiros, onde especialistas de resgate e socorristas municipais estiveram envolvidos para montar um plano emergencial no atendimento às famílias atingidas pela cheia. Segundo ele, o objetivo foi garantir a situação para os próximos, ao mesmo tempo, em a consequência da seca.

"A intenção de saber se que eles poderiam ser ajudados para fazerem", revela, acrescentando que o atendimento local, por exemplo, não tem contabilidade, mas apenas quando acontece. "Em algumas situações, alguns empresários e políticos se prontificaram a doar para ajudar um pouco", diz.

Confirmando João, a situação social existente é com o Estado e o Corpo de Bombeiros. No município, há, o apoio empresarial é pequeno. "O nosso País é muito solidário, mas apenas quando acontece uma situação. Na prevenção, poucos governos estão", defende, informando que a Defesa Civil é composta por todos os órgãos municipais, estaduais e federais.




NA PRÓXIMAS HORAS Situação de Emergência pode ser decretada

O acordo com a Defesa Civil, quando o nível do rio chegar aos 12 metros, o município vai decretar situação de Emergência. No final da tarde de 16 de janeiro, o nível do rio chegou aos 10,5 metros.

Segundo João Pires, até as 12 horas o município não decretou situação de emergência. Contudo, a partir das 14 horas, o nível do rio chegou aos 11 metros e a situação é crítica. "O Estado tem a responsabilidade, mas sempre em parceria com o município", explica, acrescentando que a Defesa Civil é formada por voluntários e funcionários públicos. "Como o decreto, muitas situações podem ser resolvidas mais rapidamente, porque não precisa de licitação para compra de materiais e não há necessidade de licitação para contratação de serviços", afirma.

Em relação ao atendimento às famílias que estão abrigadas, até o sábado do dia 13, o município recebeu, beneficiou e acolheu 5.500 famílias atingidas. Atualmente, o município possui 2.300 famílias abrigadas que precisam de

atendimento do apoio do município", revela, acrescentando que a situação é crítica e que o nível do rio chegou aos 10,5 metros. "O nível do rio hoje chegou aos 10,5 metros e a situação é crítica", afirma, acrescentando que até as 14 horas o nível do rio chegou aos 11 metros. "E, se há batidas no rio, que não mudem, que vai subir também".

Segundo o coordenador, a partir do momento que o nível do rio chegar aos 12 metros, a Defesa Civil vai decretar situação de emergência. "Como o decreto, muitas situações podem ser resolvidas mais rapidamente, porque não precisa de licitação para compra de materiais e não há necessidade de licitação para contratação de serviços", afirma.

Em relação ao atendimento às famílias que estão abrigadas, até o sábado do dia 13, o município recebeu, beneficiou e acolheu 5.500 famílias atingidas. Atualmente, o município possui 2.300 famílias abrigadas que precisam de

HOSPITAL Hospital de Campanha já está montado

O Hospital de Campanha do Corpo de Bombeiros montado. Se possível, o município vai decretar situação de emergência. No final da tarde de 16 de janeiro, o nível do rio chegou aos 10,5 metros.

Segundo João Pires, até as 12 horas o município não decretou situação de emergência. Contudo, a partir das 14 horas, o nível do rio chegou aos 11 metros e a situação é crítica. "O Estado tem a responsabilidade, mas sempre em parceria com o município", explica, acrescentando que a Defesa Civil é formada por voluntários e funcionários públicos. "Como o decreto, muitas situações podem ser resolvidas mais rapidamente, porque não precisa de licitação para compra de materiais e não há necessidade de licitação para contratação de serviços", afirma.



Figura 39: Defesa Civil garante que famílias vão receber ajuda. Edição de 17 a 19 de Abril de 2010, Jornal Correio do Tocantins.

Em 2010, a transformação da abordagem da notícia ocorreu da seguinte forma (Tabela 15).

Tabela 15: Transformação da abordagem do JCT no decorrer do tempo (2010).

Edição de 2010	Tema principal e manchete	Tipo de abordagem	
Janeiro	5 a 6	Elevação dos rios é preocupante	Fenômeno Natural
	7 a 8	Possibilidade de enchente reúne comissão de políticos	Fenômeno natural
	9 a 11	Águas continuam subindo rápido	Fenômeno natural
	14 a 15	Autoridades acreditam que cheias podem alcançar 13 metros	Fenômeno natural
	21 a 22	Celso recomenda cuidados em período chuvoso	Impactos primários
	28 a 29	Defesa Civil faz nova reunião sobre cheia/ Nível do rio Tocantins volta a subir.	Fenômeno natural
30 de Janeiro a 1 de Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> Rio estável nos próximos dias. Infectologista adverte para doenças sazonais após enchentes. 	Fenômeno natural e impacto secundário	
Fevereiro	4 a 5	Defesa Civil Estadual capacita técnicos	Fenômeno natural
	11 a 12	Nível do rio continua estável	Fenômeno natural
	16 a 17	Rio chega a 9 metros e Defesa Civil está em alerta	Fenômeno natural
Abril	5 a 7	Cronologia dos 100 anos de Marabá	Fenômeno natural
	8 a 9	Águas passam dos 10 metros e Marabá fica em estado de alerta.	Fenômeno natural

	10 a 12	É declarado estado de emergência após a intensificação das chuvas em Eldorado	Primário
	13 a 14	Enchente já desabriga 672	Primário
	15 a 16	Mais de 700 fora de casa em Parauapebas	Primário
	17 a 19	<ul style="list-style-type: none"> Defesa Civil garante que famílias vão receber ajuda financeira. Situação de emergência pode ser decretada nas próximas horas. 	Primário e secundário
	20 a 21	Diminuição do nível das águas do rio	Fenômeno natural
	22 a 23	Enchentes exigem prevenção de doenças	Secundário
	24 a 26	Nível do rio baixa e lixo aparece.	Secundário
Maio	4 a 5	Rio baixa e desabrigados voltam para as suas casas	Secundário
Dezembro	18 a 20	Durante Temporal, grota transborda e inunda casas.	Primário

Legenda: Fenômeno Natural: Matérias que abordam tão somente as inundações como temática principal; Impactos primários: Matérias que abordam os impactos provocados no momento das inundações; Impactos secundários: Matérias que abordam os impactos provocados indiretamente devido às inundações.

Em 2010, as informações sobre o fenômeno natural inundação se iniciaram ainda em Janeiro e ocorreram de forma mais intensa até a metade do mês de Abril (fase de Redução de Risco e Monitoramento de Desastre), a partir de então os impactos primários começaram a ser mais recorrentes até o fim do referido mês (Monitoramento de Desastre).

Os impactos secundários foram pouco expressivos, mas predominantes no mês de Maio (Monitoramento de Desastre). De Junho a Novembro não houve publicações sobre a temática, o que convencionamos denominar como “período de esquecimento midiático”. Em Dezembro, o jornal voltou a abordar em uma única publicação o assunto inundação. Além da concentração de publicações apenas no período em que a inundação estava ocorrendo, a ausência do assunto durante um longo período foi um fator que contribuiu para inviabilizar a lembrança do leitor sobre o risco, o que conseqüentemente compromete a redução de vulnerabilidades e impossibilita a Gestão de Risco.

A memória midiática seguiu o seguinte ciclo no ano de 2010 no Jornal Correio de Tocantins (Figura 40).

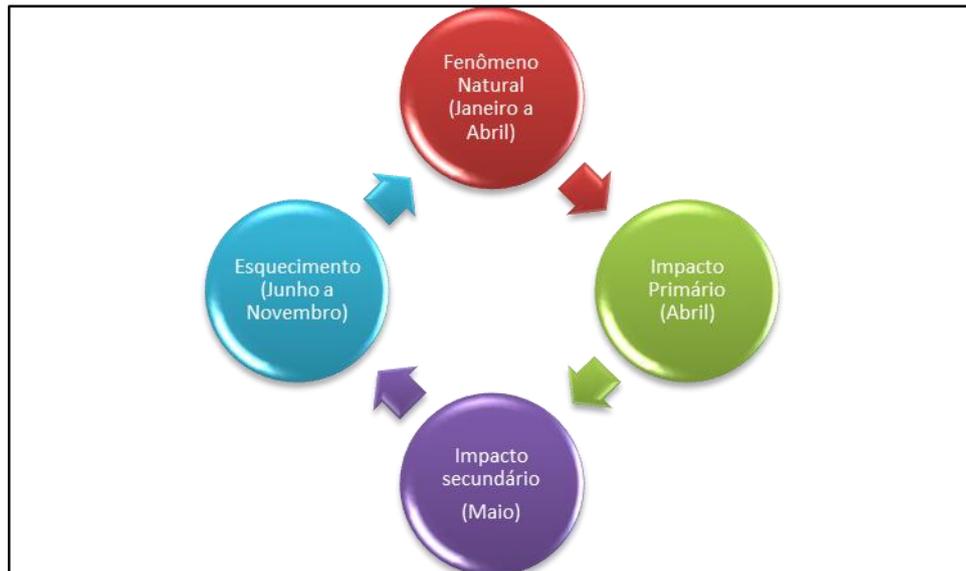


Figura 40: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2010).

Em comparação a 2009, que apresentou mais destaque em Maio, em relação à forma, conteúdo e número de publicações, o ano de 2010 mostrou uma significativa diferença. Em 2010, tais índices tiveram mais destaque no mês de Abril, devido a maior ocorrência de inundações nesse mês. No referido ano, o fenômeno natural e os impactos primários foram mais abordados, porém em 2009, os impactos secundários das inundações foram 15% mais recorrentes. Já o fenômeno natural foi 33% mais abordado do que em 2009, isso ocorreu devido ao fato da população estar mais alerta ao assunto após a grande inundação que assolou a cidade no ano anterior, e também devido o fenômeno natural de 2010 ter sido menos impactante do que em 2009.

6.3 Comparação entre o jornal correio do Tocantins e jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2009 a 2010)

6.3.1 Avaliação de número

O número de publicações apresentadas no Jornal de Santarém e Baixo Amazonas em 2009 e 2010 sobre a temática inundação totalizou 109 (93 publicações em 2009 e 16 em 2010). Quanto ao Jornal Correio do Tocantins, o

número de publicações observadas em 2009 e 2010 foi de 103 (77 no ano de 2009 e 26 no ano de 2010) (Figura 41).

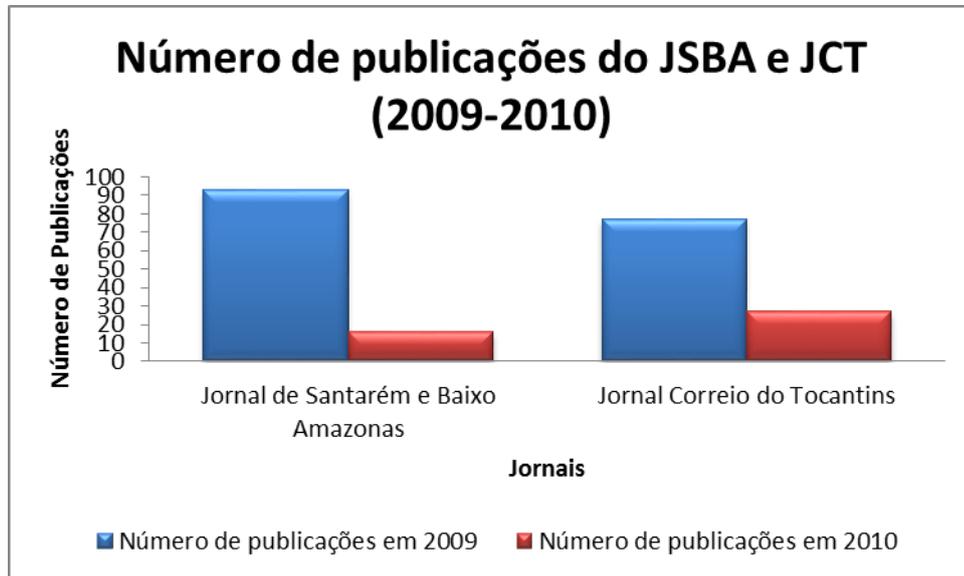


Figura 41: Número de publicações no JSBA e JCT(2009-2010).

O número total das publicações de ambos os jornais foi bem semelhante, entretanto, se compararmos cada ano de forma individual, observa-se que o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas apresentou 85% das publicações no ano de 2009, já o Jornal Correio do Tocantins 75%. Portanto, em relação ao JCT, o JSBA apresentou 11% a mais de publicações em 2009, o que mostra que mesmo Marabá possuindo inundações nos anos de 2009 e 2010, e Santarém apresentando o fenômeno natural apenas em 2009, ainda assim o JSBA publicou um maior número de edições sobre o assunto quando comparado ao JCT. Ou seja, o JSBA permitiu que seu leitor ficasse mais alerta sobre a temática em detrimento do leitor do Jornal Correio do Tocantins. Por isso, na avaliação de número, quem apresentou uma comunicação mais efetiva foi o JSBA, pois manteve a frequência da informação e alertou o seu leitor para o perigo eminente, ainda que as publicações tenham sido distribuídas de forma irregular no decorrer dos anos analisados e tenham maior concentração no período de Monitoramento de Desastre.

6.3.2 Avaliação do conteúdo

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As 109 publicações do JSBA foram classificadas em 63 reportagens, 27 notas, 17 notícias e dois releases. Já o Jornal Correio do Tocantins apresentou suas 103 publicações classificadas em 40 reportagens, 35 notícias, 27 notas, um release e dois artigos (Tabela 16).

Tabela 16: Comparação da classificação da informação dos JTC e JSBA (2009- 2010).

		Jornal de Santarém e Baixo Amazonas		Jornal Correio do Tocantins	
Ano		2009	2010	2009	2010
Classificação da Informação	Reportagens	55	8	29	11
	Notícia	13	4	29	6
	Nota	23	4	17	9
	Release	2	0	1	0
	Artigo	0	0	1	1

Observa-se que no ano de 2009 o jornal que mais publicou reportagens sobre a temática inundação foi o JSBA, tal dado mostrou que houve maior preocupação em abordar mais profundamente a temática do que o Jornal Correio do Tocantins, que apresentou apenas 29 reportagens e um número maior de abordagens superficiais, representadas por notas e notícias. Em 2010, o número de reportagens publicadas pelos dois jornais foi bem semelhante, mas o Jornal Correio do Tocantins ainda chegou a apresentar três reportagens a mais do que o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas. Comparando o valor total das publicações, notou-se que o JSBA se aproximou de realizar a Comunicação de Risco, pois contribuiu para que o leitor ficasse mais bem informado sobre o fenômeno natural do que o JCT. Porém, ainda assim, a Comunicação de Risco foi ineficiente em ambos os jornais ao considerar tal critério avaliado, visto que a abordagem mais profunda sobre o assunto aconteceu nos meses de ocorrência das inundações, enquanto que os outros meses apresentaram informações superficiais sobre a temática.

ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES E SUJEITO DO DISCURSO

A maioria das publicações de ambos os jornais apresentou como principal origem de informação as próprias mídias impressas Correio do Tocantins e Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (Figura 42), e também foram identificados como principais sujeitos do discurso jornalístico evidenciado em ambas as publicações. Fator que comprovou a responsabilidade dos jornais sobre a produção e divulgação de qualquer informação errônea feita sobre a temática de forma indevida.

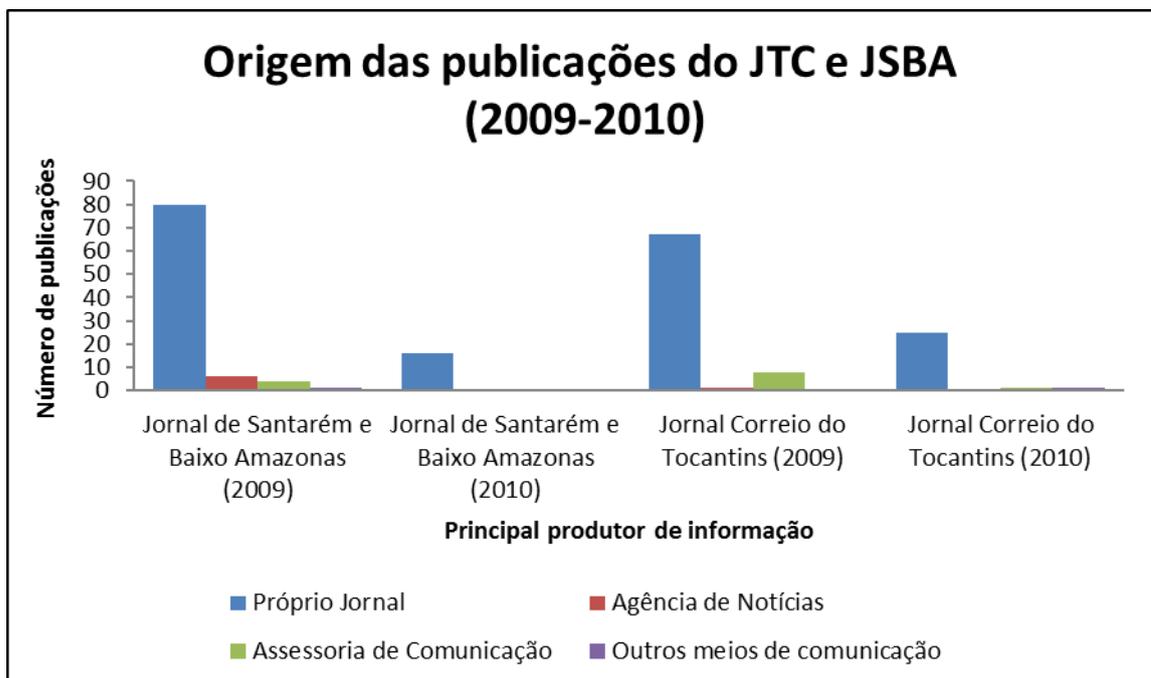


Figura 42: A origem da informação no JCT e JSBA (2009- 2010).

CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Das 109 publicações feitas sobre o assunto inundação pelo Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2009-2010), 75 apresentaram entrevistados. No Jornal Correio do Tocantins, das 103 publicações analisadas, 88 apresentaram entrevistados (Tabela 17).

Tabela 17: Porcentagem dos entrevistados em ambos os jornais (2009-2010).

		Jornal			
		Santarém e Baixo Amazonas		Correio do Tocantins	
Ano		2009	2010	2009	2010
Número total de publicações		93	16	77	26
Entrevistados	Autoridades governamentais	43%	10%	36%	2%
	Defesa Civil	27%	18%	16%	41%
	Moradores	30%	36%	35%	32%
	Empresários	0%	0%	13%	4%
	Especialistas	0%	0%	0%	2%

Em ambos os jornais, os entrevistados mais ouvidos foram os moradores das localidades afetadas por inundações, esse tipo de entrevistado apareceu em 30% das publicações de 2009 e 36% das de 2010, no JSBA. Já no JCT, 35% desses entrevistados foram recorrentes em 2009 e 32% em 2010. Em segundo lugar, as autoridades ligadas ao governo foram as mais ouvidas. Observou-se que especialistas sobre o assunto, que poderiam contribuir com debate sobre a temática, foram pouco solicitados, fator que fragilizou o conteúdo do jornal e dificultou a efetividade da Comunicação de Risco.

VOZES PRIVILEGIADAS E VOZES EXCLUIDAS

O principal discurso evidenciado no JSBA foi pautado em informações provenientes da população e praticamente nenhuma informação científica a respeito do fenômeno natural enfrentado. O JCT abordou uma discurso pautado nas reações governamentais perante as inundações, porém em 2010 observou-se uma abordagem técnica sobre o fenômeno, no qual privilegiou-se a voz da Defesa Civil no Discurso.

Portanto, conclui-se que em ambos os jornais a principal voz excluída foram os posicionamentos científicos acerca do fenômeno natural inundação em ambos os anos analisados. Fator que vai comprometer a compreensão do leitor acerca do fenômeno ao qual enfrenta.

TIPO DE ENUNCIADO

Quanto ao enunciado, a utilização do termo enchente, usado de forma incorreta, foi a mais recorrente em ambos os jornais, seguidas do termo alagamento (Tabela 18). Apesar disso, notou-se que em 2010 o JSBA apresentou um significativo aumento na utilização do termo “inundação” da forma correta, em detrimento do JCT. Considerando o tipo de enunciado, ambos os jornais efetuaram uma Comunicação de Risco não efetiva, porém em 2010 observou-se uma comunicação mais comprometida com a divulgação correta do risco no JSBA.

Tabela 18: Porcentagem do tipo de enunciado do fenômeno ambiental no JCT e JSBA (2009-2010).

		Jornal			
		Santarém e Baixo Amazonas		Correio do Tocantins	
Ano		2009	2010	2009	2010
Número total de publicações		93	16	77	26
Enunciado	Enchente e Cheia	93%	69%	100%	94%
	Alagamento	6%	12%	0%	2%
	Inundação	1%	19%	0%	4%

LUGAR DE OCORRÊNCIA DA NOTÍCIA

O lugar mais citado de ocorrência nas publicações do JCT foi Marabá e no JSBA, Santarém (Tabelas 19 e 20). Entretanto, é importante salientar que o JCT apresentou mais publicações que se referem ao fenômeno natural na cidade sede do jornal do que o JSBA apresentou em Santarém. Logo, quanto mais próxima a notícia for do local do risco maior será o interesse nela, fator imprescindível para a efetividade da Comunicação de Risco.

Tabela 19: Localidades mais citadas no JSBA (2009-2010).

		Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	
		2009	2010
Ano		2009	2010
Número de publicações		93	16
ocorrência da notícia (% das)	Santarém	75	88
	Aveiro	7	0
	Prainha	5	0
	Monte Alegre	4	0
	Juruti	2	0
	Itaituba	2	0
	Terra Santa	2	0

	Parintins	1	0
	Belterra	1	0
	Novo Progresso	0	6
	Rurópolis	0	6

Tabela20: Localidades mais citadas no JCT (2009-2010).

		Jornal Correio do Tocantins	
		2009	2010
Ano		2009	2010
Número de publicações		77	26
Lugar de ocorrência da notícia (% das publicações)	Marabá	76	92
	Itupiranga	1	0
	Tucuruí	1	0
	Parauapebas	1	3
	Eldorado dos Carajás	0	4
	Maranhão	1	0
	Rio de Janeiro	0	3

6.3.3 Avaliação da forma recursos gráficos

Nos anos de 2009 e 2010, 110 fotos foram encontradas no JCT, sendo 80 no ano de 2010 e 30 no ano de 2009. Já no JSBA foram contabilizadas 91 fotos, sendo 80 fotos em 2009 e 11 em 2010 (Figura 43). O número de recursos gráficos usados no ano de 2009 em ambos foi equivalente, entretanto, o número de fotos em 2010 foi bem maior no JCT. No ano de 2009, a incidência dos recursos gráficos em nos jornais foi maior de Abril a Junho. Entretanto, em 2010, os meses nos quais as notícias tiveram maior destaque foram de Janeiro a Fevereiro no JSBA, e Abril no JCT. Salienta-se que as fotos utilizadas por ambos os jornais eram semelhantes e apresentavam como foco principal ruas e casas alagadas. Observou-se que só o JCT apresentou recursos gráficos em praticamente todas as publicações sobre inundações e, por tanto, maior destaque visual no que se refere às informações sobre o risco, quando comparado ao JSBA. Sendo assim, neste critério, a Comunicação de Risco foi mais bem desenvolvida pelo JCT.



Figura 43: Número de recursos gráficos no JSBA e JCT (2009-2010).

NÚMERO DE PÁGINAS ÍMPARES

Das 109 publicações do JSBA, 53 abordaram a temática inundação em páginas ímpares (44 publicações em 2009 e 9 em 2010). O JCT apresentou 70 publicações em páginas ímpares (52 publicações em 2009 e 18 em 2010). Desta forma, observou-se que o JCT ofereceu mais destaque às informações do que o JSBA.

6.3.4 Avaliação da memória midiática

A distribuição da somatória de publicações do JSBA em ambos os anos nas fases da Gestão de Risco foi 18 publicações na fase de Redução de Risco, 88 no Monitoramento de Desastre e cinco na Recuperação. A somatória dos jornais se mostrou da seguinte forma no JCT, 15 publicações na fase de Redução de Risco, 83 no Monitoramento de Desastre e cinco na Recuperação. Considerando-se o total de publicações, observou-se que o crescimento percentual do JSBA foi maior na fase de Redução de Risco em relação ao JCT.

Ambos os jornais analisados abordaram mais o assunto no momento em que ele estava ocorrendo, ou seja, na fase de Monitoramento de Desastre. Por isto, observou-se a maior incidência de temáticas relacionadas ao fenômeno ambiental e

aos impactos primários. O número de publicações na fase de Redução de Risco ainda é baixo se comparado ao total de publicações, mas de 2009 para 2010 o número aumentou cerca de 43% no JSBA e 27% no JCT. Entretanto, notou-se que ambos os jornais deram prioridade ao fato, no momento em que ele está ocorrendo e não houve grande interesse em alertar e informar a população antes da ocorrência do desastre. No período anterior ao desastre a Defesa Civil desenvolve reuniões e capacita pessoas para agir no momento em que o evento adverso está ocorrendo, entretanto a divulgação de informações como esta deixou de ser propagada intensamente pelos jornais. (Figura 44).

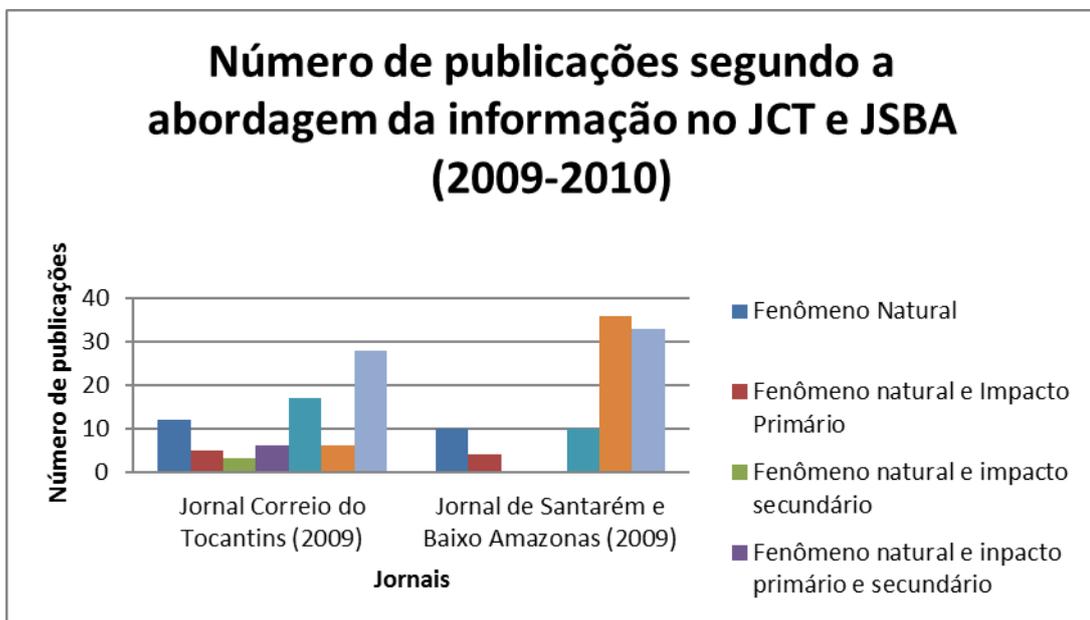


Figura 44: Número de publicações segundo a abordagem da informação no JSBA e JCT (2009).

Os Jornais priorizaram a abordagem dos impactos secundários em 2009. Entretanto, o JSBA também destacou a divulgação dos impactos primários e secundários de forma simultânea, diferentemente do JCT.

O ciclo que representou a memória midiática em 2009, ou seja, o tempo de permanência da notícia no jornal (Figuras 45 e 46).



Figura 45: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2009)

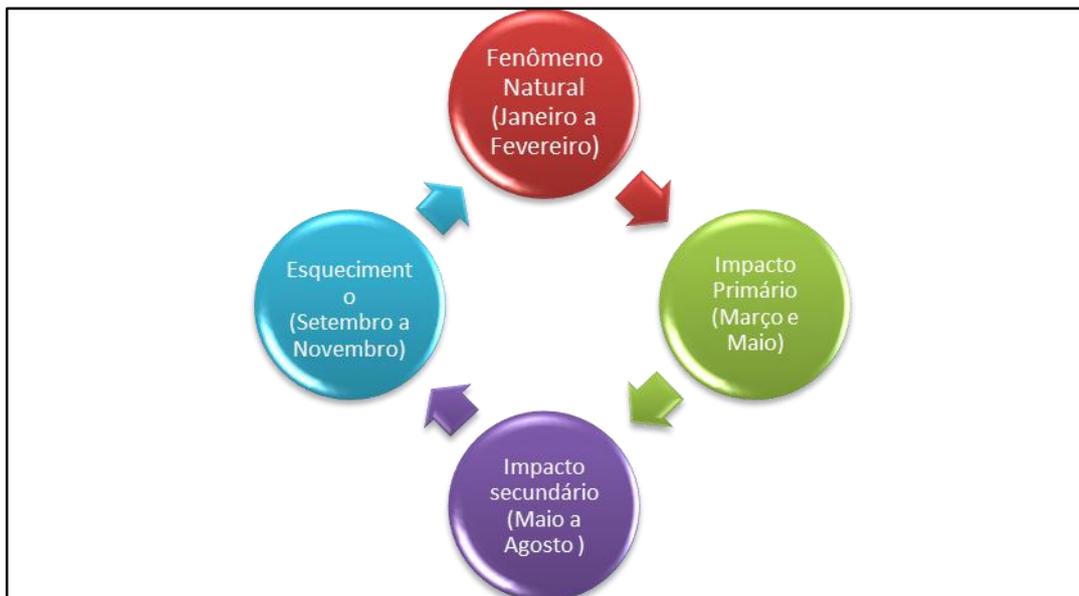


Figura 46: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2009).

A grande diferença entre os dois ciclos é que o JCT, além de não ter abordado com recorrência os impactos primários e secundários em uma mesma publicação, apresentou o que se denominou de “esquecimento midiático”, que se refere a um grande período sem publicações sobre a temática. Já o JSBA abordou primeiramente o motivo do desastre (o fenômeno natural inundações), as consequências diretamente ligadas ao desastre (impactos primários), a transição dos danos diretos para os indiretos (impactos primários e secundários) e as consequências indiretas provocadas pelas inundações (impacto secundário).

No JSBA, em 2009, a fase de Redução de desastres foi caracterizada por notícias sobre o fenômeno natural e os impactos primários, o período de Monitoramento apresentou informações referentes ao impacto primário e secundário e na Recuperação constatou-se apenas o impacto secundário. Já no caso do JCT, as fases de Redução de Risco, Monitoramento de Desastre e Recuperação apresentaram as respectivas abordagens: fenômeno natural, impacto primário e secundário, e a última fase observaram-se o impacto secundário e o “esquecimento midiático”.

A avaliação do conteúdo, forma e número de publicações apresentou maior destaque no mês de Maio, no JSBA e no JCT. Em ambos os jornais, o ano de 2009 ganhou mais destaque devido às inundações terem assolado os dois municípios (Figura 47).

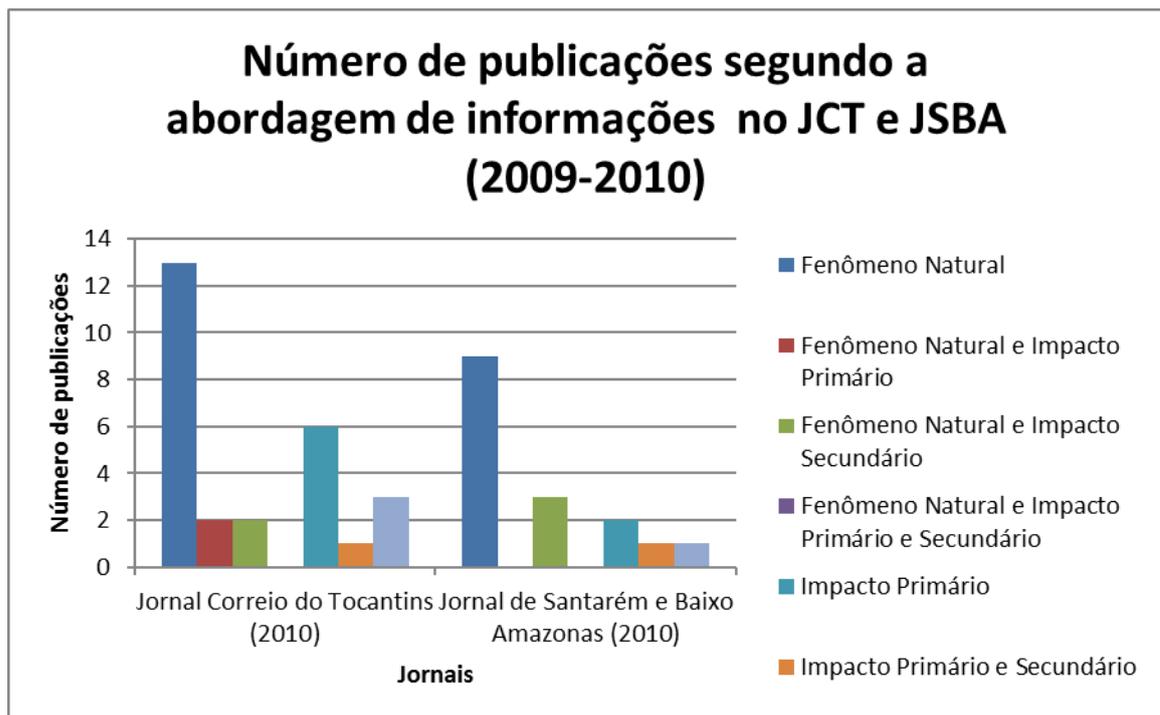


Figura 47: Número de publicações segundo a abordagem da informação no JSBA e JCT (2010).

Em 2010, ambos os jornais apresentaram o maior número de abordagens sobre o fenômeno natural inundações. Em relação a 2009, o número de notícias sobre impactos primários e secundários foi notoriamente diminuído, isso se deve ao fato de que não houve inundações muito significativas em Santarém, já em Marabá

ocorreram inundações, mas pouco impactantes quando comparadas com a ocorrida em 2009 (Figuras 48 e 49).

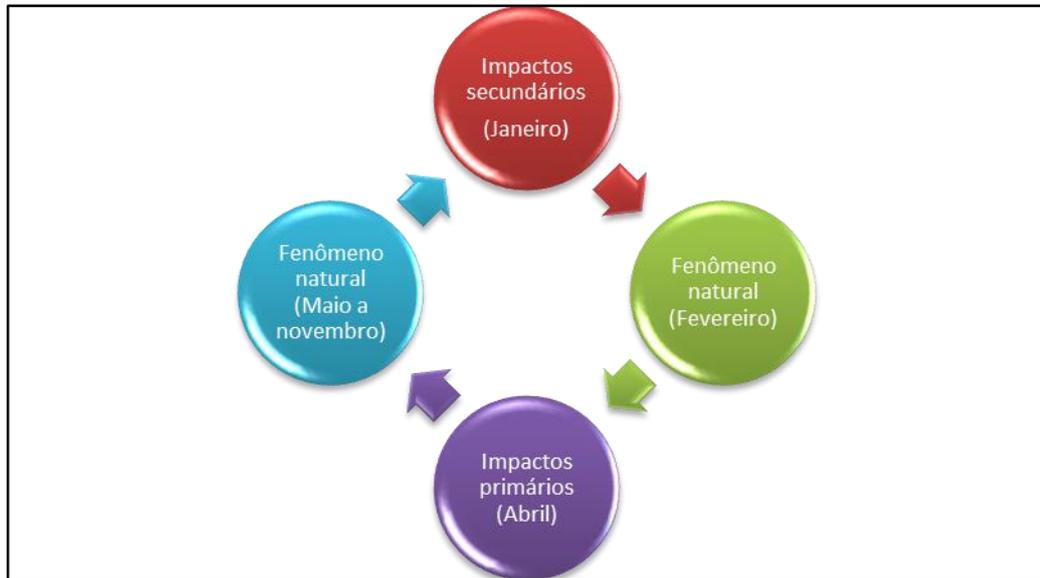


Figura 48: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JSBA (2010).



Figura 49: Memória Midiática das notícias sobre inundações no JCT (2010).

No JSBA, no período de Redução de Risco, na fase de Monitoramento de Desastre foram abordados os fenômenos naturais e os impactos primários e na de Recuperação tão somente o fenômeno natural.

O JSBA apresentou o ciclo da memória midiática invertido, iniciando com impactos secundários e finalizando com fenômeno ambiental, isso ocorreu devido ao

fato de as primeiras informações do ano relacionadas a inundações tratarem-se ainda das inundações de 2009 e dos impactos indiretos ocasionados por ela.

Na fase de Redução de Risco as abordagens mais constantes referiram-se ao fenômeno natural, também foi evidenciada a ausência do assunto durante um período. Na temporalidade do Monitoramento de Desastre foram destacadas publicações sobre impactos primários e secundários. Na Recuperação observou-se a ausência de publicações, ou seja, o “esquecimento midiático”.

Em 2010, o JCT apresentou o mesmo ciclo de memória midiática evidenciado em 2009, e novamente verificou-se um período de “esquecimento midiático”, o que leva a concluir que o JCT preservou o ciclo da memória midiática. Afinal, em 2010 também houve inundações na cidade, porém menores do que as ocorridas em 2009. Tal fato levanta a hipótese de que a memória midiática do JCT pode seguir o mesmo ciclo da memória midiática não só nos anos de 2009 e 2010, mas em outros anos em que há a incidência do fenômeno.

7. PROPOSIÇÃO

De maneira propositiva, sugere-se que a Defesa Civil desenvolva palestras e oficinas visando esclarecer os jornalistas sobre a temática da comunicação de risco de inundações, pois assim poderão escrever com mais clareza e objetividade sobre o assunto, além de compreenderem a responsabilidade e importância dos jornais impressos ao divulgarem informações relacionadas ao risco de inundação. Afinal, uma informação errada no impresso gera uma reprodutibilidade errônea que ressoa nos outros meios de comunicação, pois o impresso é fonte de informação para outras mídias.

É interessante também se estabelecer um constante canal de comunicação entre a Defesa Civil, Pesquisadores e a Mídia para que eventos preventivos ao fenômeno, possivelmente desenvolvidos pelo órgão, sejam divulgados e se utilizar dessas importantes oportunidades para abordar o fenômeno de forma científica e prática antes que de fato ele ocorra.

A aproximação entre esses 4 atores sociais: mídia, Defesa Civil, Pesquisadores e população, será capaz de gerar uma ação e conscientização preventiva, minimizando perdas e danos. Porém, para que a mídia ajude a conscientizar a população é necessário que ela se conscientize primeiro. A compreensão e a prática da Comunicação de Risco farão com que os reflexos positivos na informação(maior abordagem sobre o assunto, utilização de recursos gráficos e enunciado propagado corretamente) sejam visíveis e ocorram não só quando as inundações estiverem ocorrendo, mas no decorrer do ano inteiro, visando lembrar o fenômeno natural e minimizar as vulnerabilidades.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da avaliação dos índices forma, conteúdo, número de publicações e memória midiática apresentada no decorrer da dissertação, pode-se chegar as seguintes conclusões:

Apesar de o Jornal Correio do Tocantins ter mostrado maior destaque de informações sobre inundações quando comparado ao JSBA, como foi constatado na avaliação de recursos gráficos, verificou-se que no decorrer de ambos os anos analisados, o jornal desenvolveu a comunicação do risco e não a Comunicação de Risco. Para chegar-se a esta dedução observou-se todas as avaliações e foi comprovado que o jornal aumentou o número de publicações da temática inundações apenas nos meses de maior incidência do fenômeno natural, ou seja, no período de Monitoramento de Desastre, porém apresentou um número reduzido de publicações na fase anterior ao desastre (Redução de Risco) e no período posterior (Recuperação), chegando a exibir nesta última o elemento do “esquecimento midiático”, avaliado na memória midiática, fator que vai contra o princípio da frequência da informação propagado pela Comunicação de Risco.

Outra consideração que contribuiu para ausência da Comunicação de Risco foi a pouca profundidade com que o assunto foi abordado no decorrer das fases de Redução de Risco e Recuperação, notando-se maior profundidade apenas nas edições que correspondiam ao período do Monitoramento de Desastre. Ainda na avaliação do conteúdo, identificou-se em todas as fases da Gestão de Risco a propagação do enunciado “inundações” de maneira equivocada, também se notou o reduzido número de entrevistados especializados no assunto, ambos os fatores contribuíram para uma comunicação menos eficiente sobre inundações, pois quanto maior for o conhecimento da população sobre o assunto mais condições terá de se preparar para um possível desastre.

Já o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas apresentou dois tipos de comportamento em ambos os anos analisados. Em 2009 observou-se a comunicação do risco, porém em 2010 concluiu-se que a Comunicação de Risco passou a ganhar seus primeiros contornos no jornal, porém de forma não muito efetiva.

No ano de 2009 a maior quantidade de informações ocorreu no período de Monitoramento de Desastre. Entretanto, após o fenômeno exacerbado em 2009, as publicações de 2010 apresentaram certa mudança, pois um maior número de edições sobre o assunto passou a ser produzido ainda na fase da Redução de Risco, ou seja, antes da ocorrência do desastre. Também ficou evidente uma menor quantidade de publicações sobre inundações em 2010, em decorrência dos baixos índices pluviométricos, que chegaram a gerar estiagem em Santarém.

O JSBA apresentou em ambos os anos publicações com maior quantidade de informações, ou seja, mais profundas do que o JCT, porém as abordagens mais relevantes ainda ficaram restritas a fase do Monitoramento de Desastre em 2009 e a fase de Redução de Risco em 2010. Assim como o JCT, nos dois anos analisados, na maioria das vezes, o enunciado inundações foi propagado de maneira equivocada, porém em 2010 o termo foi utilizado da forma correta um maior número de vezes quando comparado ao JCT.

A avaliação dos anos de 2009 e 2010 mostrou que ambos os jornais focaram-se em publicar assuntos referentes aos impactos primários enfrentados e as notícias, em sua maioria, no momento em que o impacto está atingindo a população.

Logo, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas destacou-se por abordar o assunto de forma mais profunda, além de informar melhor o leitor sobre a ameaça a ser enfrentada, em detrimento do Jornal Correio do Tocantins. Levando-se em consideração o tempo de permanência da informação nos jornais e a memória midiática, concluiu-se que o JSBA apresentou notícias sobre inundações de forma mais constante no decorrer do ano inteiro, pois em praticamente todos os meses houve a abordagem do assunto. O JCT, por sua vez, apresentou o esquecimento midiático, caracterizado por um longo período sem divulgação do assunto. Portanto, comparando-se os jornais a partir de todas as avaliações, verificou-se que o JSBA apresentou mais características que evidenciam uma efetiva Comunicação de Risco, em detrimento do JCT.

Dentre os pontos mais relevantes desta pesquisa destaca-se a análise das mudanças editoriais no decorrer do tempo, a partir das avaliações estabelecidas na metodologia. Afinal, quando a Comunicação de Risco é efetiva, irá

constantemente contribuir para lembrar o leitor sobre o risco e aumentar a percepção do mesmo à ameaça. Porém, uma fragilidade encontrada no decorrer do estudo foi a ausência da abordagem de publicações referentes às estiagens ocorridas em 2010. As publicações sobre tal fenômeno deixaram de ser analisadas pela dificuldade de acesso ao material do acervo do JSBA.

9. REFERÊNCIAS

AB´SABER, A.O suporte geocológico das florestas beiradeiras (ciliares). In: RODRIGUES, R.; LEITÃO FILHO, H. (Eds.). **Matas Ciliares: conservação e Recuperação**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p.15-25. 2004.

ADGER, W.; ARNELL N.; TOMPKINS, E. Successful adaptation to climate change across scales. **Global Environmental Change**, v. 15, n.2, p. 77-86, 2005.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Cotagrama da estação 29050000 - Marabá. Agência Nacional de Águas e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Rede Hidrometeorológica Nacional. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Cotagrama da estação 17900000 - Santarém. Agência Nacional de Águas e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Rede Hidrometeorológica Nacional. 2014.

AMARAL, L.; SANTORO R.; TOMINAGA, J. **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. 196 p.

ARAÚJO, S. Manual de Planejamento de Emergência. Secretaria de Defesa. Rio de Janeiro, 2000. 49 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BASHER, R. Global early warning systems for natural hazards: Systematic and people-centred. **Philosophical Transactions of the Royal Society**, v. 364, n.1845, p. 2167–2182, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. In: CARVALHO, C.; MACEDO, E.; OGURA, A. (Orgs.). Brasília: Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, 2007a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, 2007b. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Incidência de situação de Emergência e calamidade pública nas regiões. Defesa Civil do Pará. Belém. 2013.

BURTON, I.; KATES, R.; WHITE, G. **The environment as hazard**. New York: Oxford Univ. Press, 240 p.1978.

CARVALHO, A.; ANTUNES, J. **Cobertura de problemas ambientais nos jornais do Oeste do Pará**: “Diário do Tapajós” e “Jornal de Santarém e Baixo Amazonas”. SBPJOR, 2011.

CASTRO, A. (Coord.) **Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres**. 3.ed. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2003. 283 p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010**: v. Pará. Florianópolis: CEPED – UFSC, 2012.

CENTRO DE COORDINACIÓN PARA LA PREVENCIÓN DE LOS DESASTRES NATURALES EN AMÉRICA CENTRAL; PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (CEPREDENAC-PNUD). **La gestión local del riesgo**: nociones y precisiones em torno al concepto y la práctica. Programa Regional para la Gestión del Riesgo en América Central. Guatemala, 2003. Disponível em: <http://www.desenredando.org/public/libros/2006/ges_loc_riesg/gestion_riesgo_espanol.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

COELHO, M.; TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, M. **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p.

DAMASCENO, P. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2013

DI GIULIO, G.; FIGUEIREDO, B.; FERREIRA, L. Comunicação de Risco e mídia: um debate sobre dois casos brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANPPAS, 6., 2008, Brasília. **Anppas**, 2008. 17p.

DI GIULIO G.; FIGUEIREDO B.; FERREIRA L. Avaliação, comunicação e percepção de riscos associados a desastres naturais: uma contribuição aos estudos ambientais. **Revista Cienc. Cult.**, v.65, n. 4, 15 p., 2013.

EL HAJJI, M.; TOMAZ, G.; BARRETO, G.; COTTA, D. **Comunicação de Risco e Gestão de Catástrofe**. Rio de Janeiro: Peteco, 2009. 27p.

ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES- EIRD/ONU. **Vivir con el riesgo**: informe mundial sobre iniciativas para la reducción

de desastres. Naciones Unidas (EIRD/ONU): Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, 2004.

FARIAS, D.; SZLAFSZTEIN, C. Risco Geológico. In: JOÃO, X.; TEIXEIRA, S.; FONSECA, D. (Orgs.) **Geodiversidade do Estado do Pará**. Programa Geologia do Brasil. Levantamento da Geodiversidade do Estado do Pará. 2013. p.119 -127

FERNANDEZ-BILBAO, A.; TWIGGER-ROSS, C.; TAPSELL, S.; WALKER, G.; WATSON, N. **Improving institutional and social responses to flooding**. Grã-Bretanha: Scientific Reports, 2008. 26 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4.ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2007. 72 p.

FREITAS, A.; XIMENES, E. **Enchentes e saúde**: levantamento das diferentes abordagens e percepções, Região do Médio Paraíba. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

FUJIMI, T.; YAMADA, F.; YAMAMOTO, M.; KAKIMOTO, R.; TANAKARA, N. Implementation of community flood risk communication in Kumamoto. **Journal of Advanced Transportation**, v.45, p.117-128, 2011.

GALLOWAY, G.; TINKER, T. How to communicate flood risks effectively. **Journal of Business Continuity & Emergency Planning**, v.3, n.3, p. 193-200, 2009.

GIACOMONI, M.; VARGAS, A. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista Veredas**, v.2, n.1, p. 119-129, 2010. (Série Análise do Discurso)

GILL, D.; ADAMS, B. **ABC of Communication Studies**. 2. ed. Walton-on-Thames: Thomas Nelson & Sons, 197. p. 1998.

GONÇALVES, M.; PONTES, R.; SERIQUE, Z.; GRADELLA, F. Identificação dos Potenciais Riscos a Sociedade no entorno do lixão do bairro Santo André na cidade de Santarém-PA. **Revista Geonorte**, v.1, n.4, p. 687- 698, 2012.

HERSCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. 123-142p

HÖPPNER, C.; BRÜNDL, M.; BUCHECKE, M. **Risk Communication and Natural Hazards**. CapHaz-Net WP5 Report, Swiss Federal Research Institute WSL, 2010. 169 p.

HORNER, M.; WALSH, P. Easter 1998 floods. **Water Environment Journal**, v. 14, n.6, p.415-418, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados infográficos dos Municípios. 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150680>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____.Dados infográficos dos Municípios. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2007: the 4th assessment report to the intergovernmental panel on climate change**. Ginebra, 104. p.2007.

_____. **Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment report (ar5), climate change 2013: the physical science basis**. Estocolmo, 2013. 32 p.

JOÃO, X.; TEIXEIRA, S.; FONSECA, D.(Orgs.). **Geodiversidade do Estado do Pará**. Programa Geologia do Brasil Levantamento da Geodiversidade. Belém: CPRM 2013. 256 p. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PA.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

JUNGLES, A. (Coord.). **Gestão de Riscos de desastres**. Florianópolis: CEPED-UFSC, 2012. 14 p.

JUNGLES A. (Coord.). **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Pará**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 61 p.

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA M.; MORENO D.; MARCELINO, I.; MARCELINO, E.; GONÇALVES, E.; BRAZETTI, L.; GOERL, R.; MOLLERI, G.;RUDORFF, F. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Orgânica Trading, 2006. 109 p.

LEAL, S.; SOUZA, E. Desastres Naturais sobre a Amazônia e Nordeste brasileiro associados às enchentes e inundações: o caso de 2009. IN: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE METEOROLOGIA. 4., 2011, Pelotas, RS. **Anais...** Pelotas, RS: UFpel, 2011.

LOPES, D.; OLIVEIRA, M.; MORAES, A.; BUENO, W.; SOUSA, S.; ZENATTI, A. **Comunicação de Risco e de Desastre**. Florianópolis: Cabeça ao Vento, 2010. 93 p.

MACHADO, M.; NILO, N.; BAPTISTA, M.; GONÇALVES, M.; SILVA, A.; LIMA, J.; DIAS, R.; SILVA, A.; MACHADO, E.; FERNANDES, W. **Curvas de danos de inundações versus profundidade de submersão**: desenvolvimento de metodologia. 2005. Disponível em: <<http://www.cepal.org/samtac/noticias/documentosdetrabajo/9/23439/InBr0200pdf.>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MARCELINO, E.; GOERL, R.; RUDDORF, F. Distribuição espaço-temporal de inundações bruscas em Santa Catarina (período 1980-2003). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, Florianópolis. GEDN/UFSC, 2004. p.554-564.

MAROUN, M. **Adaptação às mudanças climáticas**: uma proposta de documento de concepção de projeto (DCP) no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL). 2007, 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MARTENS, T.; GARRELTS, H.; GRUNENBERG, H.; LANGE, H. Taking the heterogeneity of citizens into account: flood risk communication in coastal cities: a case study of Bremen. **Natural Hazards and Earth System Sciences**, v. 9, p. 1931–1940, 2009.

MARTIN, W.; MARTIN, I.; KENT, B. The role of risk perceptions in the risk mitigation process: the case of wildfire in high risk communities. **Journal of Environmental Management**, v. 91, p. 489-498, 2009.

MCCAFFREY, S.; STEELMAN, T. Best practices in risk and crisis communication: Implications for natural hazards management. **Natural Hazards Earth System Sciences**, v.65, n.1, p. 683- 705, 2013.

MILETI D.; KULIGOWSKI, E. **Evidence-based guidance for public risk communication and education**. START Research Brief. Maryland, 2006.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n.37, p.7-32, 1999.

MORENO, A.; PERES F. El estado del arte de la comunicación de riesgos en la región de América Latina. **Revista Comunicación e Salud**, v.1, n.1, p. 52-68, 2011.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Improving Risk Communication**. Washington, DC: National Academy Press, 1989. 352 p

NORA, P. **Entre memória e história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 200 p.

OLABUENAGA, J.; ISPIZUA, M. **La descodificación de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989. 241 p.

O'SULLIVAN J.; BRADFORD R.; BONAIUTO M.; DOMINICIS S.; ROTKO P.; AALTONEN J.; WAYLEN K.; LANGAN S. Enhancing flood resilience through improved risk communications. **Natural Hazards and Earth System Sciences**, v. 12, p. 2271-2282, 2012.

POFFO, I. **Vazamentos de óleo no litoral norte do Estado de São Paulo**: análise histórica (1974 -1999). 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo. 2000.

PONTE, J. **Rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos**. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/miolo_plano_diretor.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2013.

RINALDI, A. A importância da Comunicação de Risco para as organizações. 137 f. Dissertação (Mestrado em gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente) - Centro Universitário SENAC. São Paulo, 2007.

SANTOS, J. A importância do jornalismo de qualidade na redução de riscos e desastres. **Revista Razón y Palabra**, 15 p., 2012.

SAUSEN, T.; NARVAES, I. **Desastres naturais e geotecnologias**: inundação - Caderno Didático nº 7. São José dos Campos: INPE, 2013. 38 p. Caderno Didático, 7

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF. **Estatística Municipal de Marabá**. 2013a. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Maraba.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013a.

_____. **Estatística Municipal de Santarém**. 2013b. Disponível em: <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/santarem.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013b.

SHEPPARD, B. Mitigating terror and avoidance behavior through the risk perception matrix to augment resilience. **Journal of Homeland Security and Emergency Management**, v.8, n.1, p.1-19, 2011.

SZLAFSZTEIN C.; MARQUES, O.; MAIA, H.; PIVA, L.; PRETTE, M.; FISCHENICH P.;ALTIERI, F. **Referências Metodológicas para Mapeamento de Riscos Naturais na Amazônia**: mapeando vulnerabilidades. Brasília: MMA/GTZ, 2012. 64 p.

TAVARES, M. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v.2, n.3, p. 59-83, 2008.

TELLAROLI, T. A proximidade das notícias publicadas na editoria geral em dois portais de Campo Grande, MS. In: Congresso online. **Observatório para a Ciber sociedade**, 3., 2006, Catalunha. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?llengua=po&id=609>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

UNITED NATIONS, INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION - UNISDR. **Living with risk**: a global review of disaster reduction initiatives, 2004. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-lwr-2004-eng.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. **Terminology on Disaster Risk Reduction**. United Nations International Strategy for Disaster Reduction, Geneva, Switzerland, 2009. Disponível em: <<http://unisdr.org/eng/library/lib-terminology-eng.htm//>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Caleidoscópio, 184. p.2006.